

Revista

guará

Pró-Reitoria de Extensão - UFES

JANEIRO 2024
ANO 12 XVII
ISSN 2316-2007

REVISTA GUARÁ - JANEIRO 2024

ANO 12 N.º XVII

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Eustáquio Vinícius de Castro
Reitor

Sonia Lopes Victor
Vice-Reitor

Claúdia Maria Mendes Gontijo
Pró-Reitora de Graduação

Valdemar Lacerda Junior
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Ednilson Silva Felipe
Pró-Reitor de Extensão

Roney Pignaton da Silva
Pró-Reitora de Administração

Cristina Engel de Alvarez
Pró-Reitor de Planejamento e
Desenvolvimento Institucional

Josiana Binda
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Antonio Carlos Moraes
Pró-Reitor de Políticas Afirmativas e Assistência
Estudantil

Conselho Editorial

Ana Paula S. de Vasconcellos Bittencourt (UFES)
Angelica Espinosa B. Miranda (UFES)
Ariadne Mara de Souza (UFES)
Carolina Fiorin Anhoque (UFES)
Gloria Barreto (Universidade Nacional Caaguazú)
Gustavo Menendes (Universidad del Litoral)
Jaqueline Carolino (UFES)
João Meyer (UNICAMP)
Ligia Ribeiro e Silva Gomes (UFES)
Mariana Duran Cordeiro (UFES)
Maurice da Costa (UFES)
Patricia Moore (Universidad Pablo de Olavide)
Rogério Dias Fraga (UFES)
Viviana Borges Cortes (UFES)

Editora Executiva

Paola Pinheiro Bernardi Primo

Equipe técnica

Thais Bruna Bento

Revisão

Thais Bruna Bento

Ensaio Visual

Tom Boechat

Editoração

Karina Ellen Ramos Neves
Helyza Teixeira Mattos

Revista Guará

Publicação Semestral da
Universidade Federal do Espírito Santo
Ano XII - nº 17 - Abril/2024

Ednilson Silva Felipe
Editor-Chefe

Pró-Reitoria de Extensão

Editora
Tiragem: 100 exemplares
Endereço para correspondência:
Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Extensão
Av. Fernando Ferrari nº 514 - Vitória/ES
CEP 29075-910
E-mail: guaraextensao@gmail.com

SUMÁRIO

- 06 APRESENTAÇÃO
Marcos C. Teixeira
- 08 A mostra de biologia da Ufes: Um espaço não formal virtual de educação científica
Maria Lavanholle Ventotin, Raphaela Passigatti Cezar, Iris Moreira da Silva, Larissa Villa Dias, Viviana Borges Corte
- 23 Soluções sociais para a exclusão digital: O caso do auxílio emergencial durante a pandemia do COVID-19
Giuliano Prado de Moraes Giglio, Renata Alves da Silva, Valéria Alves da Silva
- 34 Ações sociais desenvolvidas com famílias de estudantes da rede pública de ensino na região do Caparaó
Camila Aparecida da Silva Martins, Gracieli Lorenzoni Marotto, Ariany Binda Silva Costa, Damaris Guimarães, Fernanda Falqueto Salvador, Robson Costa de Sousa, Carina Crevelari Lachini, Dayana Silva de Mattos
- 48 Monitoramento de idosos durante a pandemia de coronavírus: Relato de experiência
Fabiana Gonring Xavier, Karla de Melo Batista, Carolina Maia Martins Sales, Rafael Soares Nogueira, Luiza Albina Ribeiro
- 61 Pré-Natal de alto risco: Evidências para uma abordagem diferenciada entre gestantes adultas e adolescentes.
Diésse do Nascimento Norete Reis, Hully Cantão dos Santos, Ludmila Souza Traspadini, Lauriete Carlos da Silva, Fernanda Amorim Venâncio, Miriam Carmo Rodrigues Barbosa
- 74 Universidade Aberta à Pessoa Idosa: um relato de Extensão Universitária em tempos de pandemia
Monique Simões Cordeiro, Cenira Andrade de Oliveira, Dayane Renata Rodrigues M. A. Viana, Fernanda Pinto Medina, Octávio Henrique Durante Cirne Nascimento, Madê Soares Tavares de Oliveira, Rayane Aleixo da Silva

87

Encontros entre experiências de ser criança em São Paulo e São Gabriel da Cachoeira

Nadia Massagardi Caetano da Silva, Ana Paula Santiago do Nascimento

101

Culturas da infância: Um olhar para as crianças quilombolas

Maria Tarcília Alves dos Santos, Margareth Araújo e Silva

113

Promoção de conhecimento sobre população indígena: intervenções de aproximações entre crianças indígenas e não indígenas

Christina Maria Moretti, Paula Lira Briseida Resende

125

Perfil epidemiológico de residentes da Comunidade Quilombola Sapê do Norte, Espírito Santo, Brasil

Ana Alice Dias de Castro Luz, Susana Bubach, Laís Silva Saccone, Maila Santana Franco

137

Ensaio Visual

Tom Boechat

APRESENTAÇÃO

Nesta edição da Revista Guará o leitor verá que os artigos abordam uma diversidade de temas: saúde, educação, cuidado com os idosos, exclusão digital e temas que envolvem a relação entre crianças e cultura. A maioria dos artigos são produções da própria comunidade acadêmica da nossa Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Contudo, mantendo a tradição, publicam-se manuscritos de autores de outras universidades como Universidade Federal de Jataí, Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

A Revista Guará tem pautado a seleção dos trabalhos nos objetivos da Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU), critério base para avaliação do mérito extensionista das ações universitárias. Nesse sentido, um dos objetivos identificado nos trabalhos foi o de “priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais”. Como exemplo, cita-se um dos artigos que traz uma importante contribuição ao tema “pré-natal” evidenciando a relação entre o perfil social das gestantes e as manifestações de risco. Cita-se ainda, nesse contexto que 2 artigos dedicaram-se a realização de ações sobre o cuidado com a pessoa idosa e 4 abordaram questões sobre o cuidado com as crianças, marcando o compromisso da extensão universitária com os grupos sociais mais vulneráveis.

Outro aspecto relevante a ser mencionado, ao se observar os trabalhos selecionados para esta edição, é que a Pandemia da Covid-19 ainda continua a ser motivo de abordagem dos trabalhos de extensão. Nesta edição, o termo aparece em praticamente todos os artigos, em ações de extensão relacionadas ao cuidado com a família, com as crianças das comunidades tradicionais e povos originários e ao potencial da ciência e tecnologia para enfrentamento da pandemia. Assim, os trabalhos apresentados nesta edição sinalizam o quanto esse evento provocou mudanças duradouras e profundas em nosso cotidiano e que as investigações e intervenções para entendermos esses efeitos em nossas vidas ainda devem perdurar.

Ainda tomando a PNEU como referência, os trabalhos que compõem esta edição da Revista Guará nos remetem a uma de suas diretrizes: “A Universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil”. De forma a fortalecer esse compromisso, desejo que os leitores e leitoras se inspirem nos 10 trabalhos reunidos nesta edição e se engajem na luta por um país em que o conhecimento chegue a quem mais precisa de forma a promover as mudanças sociais necessárias à justiça social, objetivo maior da extensão universitária.

Marcos C. Teixeira
Coordenador do Laboratório de
Educação Ambiental/UFES



Toquiotas 01, Tom Boechat

A mostra de biologia da UFES: Um espaço não formal virtual de educação científica

The UFES biology fair: A non-formal virtual space for scientific education

Resumo

Caracterizada como espaço não formal de educação, a Mostra de Biologia estabelece uma conexão entre o âmbito científico, educacional e a comunidade. Tem seu alicerce teórico em Chassot (2003) que foca na alfabetização científica, no protagonismo e na autonomia dos estudantes e sua formação integral. Em virtude da pandemia da Covid-19, espaços não formais de educação foram adaptados para o formato virtual. Nesse contexto, a Mostra ingressou nas comunidades virtuais de aprendizagem, como possibilidades inovadoras e seguras para o processo de ensino e aprendizagem. O estudo teve como objetivo traçar o perfil do público e sua percepção em relação ao evento Mostra de Biologia *on-line*. Foram utilizados questionários semiestruturados e indicadores de interação virtual, como instrumentos de coleta de dados. A Mostra foi bem avaliada pelos participantes, majoritariamente estudantes de graduação e professores, de vários estados do país. O formato virtual se mostrou uma importante aliada da educação científica, ao configurar um espaço não formal de educação e de discussão do papel da ciência para a sociedade, em especial aos estudantes, por meio de atividades interdisciplinares, acessíveis, plurais e abrangentes.

Palavras-chave: extensão universitária; feiras de ciências; eventos virtuais; ensino não formal; ensino remoto.

Maria Lavanholle Ventotin,
Raphaela Passigatti Cezar,
Iris Moreira da Silva,
Larissa Villa Dias,
Viviana Borges Corte

Maria.lavanholle@gmail.com
raphaelapassigatti@gmail.com
iris.silva@edu.ufes.br
larissa.villa.dias@gmail.com
viviana.corte@ufes.br

Abstract

Characterized as non-formal education spaces, science fairs establish a connection between the scientific and educational sphere and the community. Due to the Covid-19 pandemic, non-formal education spaces were adapted to a virtual format. In this context, science fairs and exhibitions entered the virtual learning communities, as innovative and safe possibilities for the teaching and learning process. A semi-structured form and virtual interaction indicators were used as a data collection instrument. The aim of the study was to outline the profile of the public and their perception of the online Biology Fair. The Exhibition was very well evaluated by the participants, mostly undergraduate students and professors, from several states in Brazil. In this way, this work proposes to record the virtual format of the UFES Biology Fair and its importance as a non-formal virtual space for science education, so that it is a possibility to think about events that are increasingly accessible, plural and comprehensive.

Keywords: university extension; science fairs; virtual events; non-formal education; remote teaching.

INTRODUÇÃO

A educação, enquanto processo de ensino-aprendizagem, pode acontecer de maneira formal (desenvolvida nas escolas), informal (transmitida pela interação social em processos naturais e espontâneos do cotidiano); e não-formal, que ocorre de maneira intencional em espaços fora da instituição escolar (GOHM, 1999; COLLEY; HODKINSON; MALCOLM, 2002). A educação não formal pode ser definida como a que proporciona a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em espaços como museus, centros de ciências, ou qualquer outro em que as atividades sejam desenvolvidas de forma bem direcionada, com um objetivo definido (GOHM, 1999). Estes espaços de ciências estimulam a curiosidade dos visitantes e oferecem a oportunidade de suprir algumas carências da escola como a falta de laboratórios, recursos audiovisuais, entre outros, conhecidos por estimular o aprendizado (VIELRA; BIANCONI; DIAS, 2005).

As feiras de ciências constituem possíveis espaços não-formais de ensino. Neelas destacam-se o caráter científico-cultural e a interdisciplinaridade como forma de estabelecer conexão entre o ambiente acadêmico-educacional e a comunidade. Nesse sentido, a Mostra de Biologia constitui-se num rico espaço não formal de educação, o qual cumpre função complementar aos espaços escolares ao suscitar práticas pedagógicas alternativas extraescolares (TRILLA, 2008) que favorecem processos interdisciplinares, políticos, educacionais, culturais, científicos e tecnológicos.

Como extensão universitária, é importante reconhecer o papel da Mostra de Biologia na promoção do conhecimento científico, no engajamento da comunidade acadêmica e no estreitamento da relação entre a universidade e a sociedade. Por se tratar de um evento que possibilita o acesso da população em geral, a instituição acadêmica tradicional permite a diversificação do público em que os avanços científicos e as pesquisas são compartilhados. É uma iniciativa que promove o conhecimento científico, a integração entre academia e sociedade, incentiva a pesquisa e a formação de futuros cientistas (CRISOSTIMO; SILVEIRA, 2017). Ao abrir as portas da universidade para o público, de acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária, essa atividade reforça o compromisso das instituições de ensino superior com a disseminação do saber e com a resolução de problemas relevantes para a sociedade como um todo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2022).

No entanto, com o surgimento da COVID-19 e a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, houve a necessidade de estabelecer medidas de restrição e isolamento social que afetaram o funcionamento de diversos setores inclusive o educacional. Como resultado, houve uma mudança rápida e emergencial do ensino nesse período, onde territórios físicos de educação foram transformados em ambientes virtuais, convertendo metodologias e práticas pedagógicas no que foi designado ensino remoto de emergência. Nesse contexto, as comunidades virtuais de aprendizagem, gestadas no espaço midiático da Internet, representam novas possibilidades para o processo de ensino e aprendizagem, tanto no âmbito da educação formal como no da educação não-formal (PASSARELLI, 2003). Assim, pode-se afirmar que no novo formato, as feiras e mostras de ciências virtuais vieram como possibilidade de espaços não formais de ensino (HAUSCHILD *et al.*, 2020), pois permitem uma grande gama de possibilidades e, sobretudo, de desafios. Ao migrar uma atividade que tradicionalmente era desenvolvida no formato

presencial para o *on-line*, pode-se reunir pessoas de diferentes regiões geográficas, bem como uma economia de tempo e custo de deslocamento, garantindo a segurança sanitária, além da possibilidade de gravar as atividades para que sejam assistidas no horário mais propício para os espectadores.

Neste contexto, devido a imposição do distanciamento social, observou-se um aumento nas palestras acadêmico-científicas (denominadas popularmente '*lives*'), que funcionaram como um dispositivo de mediação didática a partir das práticas educativas em ambientes *on-line*. No meio acadêmico, essas *lives* levam para o ciberespaço uma diversidade de movimentos e eventos científicos em novas presencialidades em rede (SANTOS, 2020).

Segundo Dantas e Deccache-Maia (2020), mais do que nunca, cientistas, professores, divulgadores científicos, independente da área a que pertencem e atuam, precisam se juntar para combater as *fake news* presentes nos veículos sociais, utilizando os mais diferentes meios das novas tecnologias de informação e comunicação, como vídeos, textos, *podcasts*, entre outros. Considerando as concepções norteadoras da extensão na educação superior, conforme a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 7, de 18 de dezembro de 2018:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social; II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, deve ser valorizada e integrada à matriz curricular; III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico; V - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável; VI - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade; VII - a promoção de iniciativas que expressam o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas. (art. 3 RES/CEPE/UFES/Nº 28, DE 12 DEZ 2022)

O estudo teve como objetivo avaliar o Evento Mostra de Biologia da UFES, realizado em formato virtual, quanto sua relevância para a educação científica dos participantes.

MÉTODOS

A investigação é caracterizada como pesquisa exploratória de abordagem quali-quantitativa descritiva, adotando-se como instrumentos de coleta de dados, o questionário, e os indicadores de interação virtual (LÜDKE; ANDRÉ, 2013). Como principal instrumento de coleta de dados, o questionário semiestruturado continha perguntas acerca do perfil dos participantes, seus interesses e aprendizados vivenciados durante a mostra.

A participação foi voluntária, sendo garantido o direito de desistir em qualquer etapa do preenchimento dos questionários. Respeitando-se os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que informou todas as etapas do projeto e sobre a coleta de dados (CAAE: 40300720.1.0000.5542). Os dados dos participantes da pesquisa serão mantidos em segredo, e nesse sentido, qualquer informação que identifique os participantes será ocultada neste trabalho.

Mostra de Biologia da UFES

A Mostra de Biologia faz parte da Mostra de Ciências, juntamente com as mostras de Estatística, Física, Matemática e Química, consolidando seu caráter interdisciplinar. Pelo método ativo, a Mostra de Biologia destaca-se pela difusão e popularização de temas científicos, trazendo reflexões importantes que visam aprimorar a formação dos estudantes, unindo as capacidades de “produzir conhecimentos com uma cidadania que sabe pensar” (DEMO, 2010, p. 10). Assim, busca impulsionar soluções significativas e inovadoras, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação em atendimento ao objetivo do desenvolvimento sustentável 4 (ODS 4) da Agenda 2030 (ONU BR, 2023). Tendo o conhecimento científico e o avanço tecnológico como referência estratégica, a Mostra de Biologia caracteriza-se pela promoção de atividades de educação não formal e de divulgação científica, com o objetivo principal de estimular o aprendizado e a percepção do papel da ciência na sociedade e como instrumento de fortalecimento da educação formal (Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Educação Tecnológica), não-formal e informal.

Além disso, a Mostra de Biologia se destaca por possuir sua versão itinerante, que nos períodos pré e pós pandêmicos leva atividades de ciência aos municípios do interior do Espírito Santo, beneficiando uma parcela da população que não teria acesso aos eventos sediados na UFES. O evento segue as temáticas determinadas pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e está inserido como uma das ações da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) promovidas pela universidade (CORTE *et al.*, 2021). A SNCT é uma ação do Governo Federal que objetiva aproximar a Ciência e Tecnologia da população, promovendo eventos, como as Mostras, a fim de realizar atividades de divulgação científica em todo o país (MCTI, 2022).

As exposições são tradicionalmente realizadas presencialmente, com atividades expositivas e interativas. Modelos didáticos, animais fixados ou taxidermizados, fósseis, conchas, exoesqueletos, crânios, ossos e materiais botânicos, entre outros, dão um caráter impressionante, provocando encantamento e sensibilização dos visitantes. Excepcionalmente durante o período pandêmico, a Mostra de Biologia foi adaptada para o formato virtual, levando palestras em formatos de *lives*, mesas redondas, oficinas e minicursos para participantes de diversas regiões do país.

Lives são transmissões de vídeo síncronas online, de forma individual ou coletiva, com a possibilidade de interação direta com o público por meio chats (bate-papo) e de espelhamento para mais de uma plataforma ou rede social simultaneamente, de modo que os participantes podem estar digitalmente presentes mesmo que geograficamente distantes. Além disso, quando encerrado o encontro virtual algumas plataformas como o *youtube* e *google classroom*, utilizadas durante as Mostras de Biologia, permitem que a gravação da *live* permaneça hospedada e disponível para o acesso do público (COSTA; ALMEIDA; SANTOS, 2021).

As Mostras de Biologia foram realizadas virtualmente em 2020 e 2021. As palestras, mesas redondas, minicursos e oficinas, relacionadas aos temas “Inteligência artificial: uma nova fronteira da ciência” e “A ciência está em tudo!” foram transmitidas por meio do canal no *YouTube* do Laboratório de Ensino de Biologia (LEB). As atividades foram gratuitas, abertas para o público geral e com emissão de certificado de participação. A divulgação ocorreu pelas redes sociais e malas diretas para as escolas públicas estaduais.

Coleta de dados

As informações foram obtidas via questionários produzidos e aplicados através da plataforma Formulários *Google*. Os questionários (Material Suplementar 1 e 2) continham perguntas socioeconômicas, a fim caracterizar o perfil dos participantes, além de questões que avaliaram a percepção dos mesmos em relação à Mostra, no formato de escala de satisfação (escala Likert).

Escala Likert é uma escala psicométrica amplamente difundida em pesquisas que buscam avaliar a satisfação do público em relação a algum serviço, produto, evento etc. Ela consiste em afirmações envolvendo aspectos do objeto avaliado seguidas por uma escala de pontos, no caso aqui empregado 7 pontos, de modo que o ponto central da escala corresponde a neutralidade e que pontos mais à esquerda correspondem gradativamente a graus (*scores*) de discordância em relação à afirmativa e pontos mais a direita correspondem gradativamente a scores de concordância em relação a afirmativa (DALMORO; VIEIRA, 2013)

Além das respostas dos formulários, também foram contabilizados os indicadores do envolvimento dos participantes nas *lives* e vídeos apresentados. Registramos a quantidade de visualizações nos vídeos e a média de ouvintes simultâneos durante as Mostras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil dos participantes

Participaram da pesquisa 123 pessoas entre 10 e 55 anos, sendo a maior parte do público na faixa etária entre 20 e 25 anos. Destes, a maioria se identificou como gênero feminino (69,1%), seguido por masculino (30,1%) e não binário (0,8%). Quanto a renda mensal a maioria dos participantes declarou possuir renda familiar mensal entre 1,5 e 3,0 salários-mínimos (31,7 %) ou inferior a 1,5 salários-mínimos (29,3%), seguido por de 3,0 a 6,0 salários mínimos (25,2%), de 6,0 a 9,0 salários mínimos (9,8%) e por último renda superior a 9,0 salários mínimos (4,1%).

Quanto à rede de ensino, a maioria (62,6%) alega ser proveniente da rede pública de ensino, depois pessoas provenientes da rede privada (22,8%) e por último, pessoas que passaram por instituições públicas e privadas ao longo da vida (14,6%). A maioria dos participantes (44,7%) cursavam Ensino Superior ou possuíam o Ensino Médio Completo (26,8%), sendo que apenas 0,8% possuíam Ensino Fundamental Incompleto. Dos participantes do Ensino Superior, 65,8% cursavam Ciências Biológicas, 9,7% cursavam pedagogia e 2,4% Física. Outros cursos também presentes foram Educação Física, Matemática, Engenharia Florestal e Enfermagem.

A maior parte dos participantes (73,9%) da Mostra foram pela primeira vez, enquanto 26,01% já haviam participado em edições anteriores. Os participantes, em geral, ficaram sabendo da Mostra por colegas (33,3%) ou pelas redes sociais (33,3%) e 30,08% por professores/escolas, os outros participantes ficaram sabendo por e-mail ou por recomendação do *YouTube* (2,4%). Por último, 58,5% dos ouvintes assistiram a Mostra pelo computador ou *notebook*, 40,6% pelo *smartphone* e 0,8% pela TV.

A maioria dos participantes da Mostra em 2021 declarou residir na Grande Vitória (35,3%), seguido pela mesma quantidade de ouvintes do interior do estado (32,3%) e outros estados do país (32,3%).

Indicadores do Evento

Em 2020 foram abordados na modalidade vídeo aulas para o ensino médio os assuntos (“Sistema nervoso dos invertebrados”; “sistema nervoso dos vertebrados”; “Evolução da inteligência dos hominídeos”; “Inteligência humana X Inteligência artificial”) e na modalidade palestras ou *lives* para o público geral (“IA para preservação ambiental”; “IA na neurobiologia e cognição”; “As aves são mais inteligentes do que se pensa”; “IA e o enfrentamento da pandemia”; “evolução da inteligência humana”). Em 2021 as *lives* foram intituladas: “100 anos de Paulo Freire”; “Autorregulação das emoções”; “Importância da divulgação e alfabetização científica”; “Super heróis da ciência”; “Panorama internacional da pandemia”. Todas as *lives* podem ser acessadas no canal do LABPOP no *Youtube* (Laboratório de Popularização da Ciência - LabPop UFES).

O total de visualizações nas palestras da Mostra em 2020 foi de 1357 (Tabela I) e em 2021 a quantidade subiu para 1527. Já o total de visualizações simultâneas, ou seja, pessoas assistindo a *live* durante a exibição, foi maior em 2020 (268) quando comparado à 2021 (223).

Edição da Mostra	Total de visualizações nas lives	Total de visualizações simultâneas
Mostra de Biologia 2020	1357	268
Mostra de Biologia 2021	1527	223

Tabela I - Visualizações nas Mostras de Biologia avaliadas.

Fonte: De autoria própria

Além das *lives*, ambas edições da Mostra de Biologia contaram com outras atividades remotas como minicursos e oficinas realizados em formato síncrono, visando a promoção da interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social e a mostra de vídeos (disponível no *Youtube*).

Em 2020, a Mostra de vídeos apresentou os temas “Educação ambiental na coleta seletiva”; “Experimentoteca da UFES”; “As programadoras do ENIAC”; “Morcegos, ao resgate”; “Atividades investigativas e altas habilidades”; “Capacidade cognitiva em primatas”; “Clube de observadores na Natureza”; “*Fake news* e a Ciência”. Em 2021, a Mostra de vídeos fez um concurso de projetos de pesquisa realizado por estudantes de escolas públicas e os melhores vídeos enviados encontram-se disponíveis no canal “Extração de DNA do tomate”; “A polinização no dia a dia”; “Plantas usadas por moradores de comunidades rurais”; “Protocolos de segurança contra

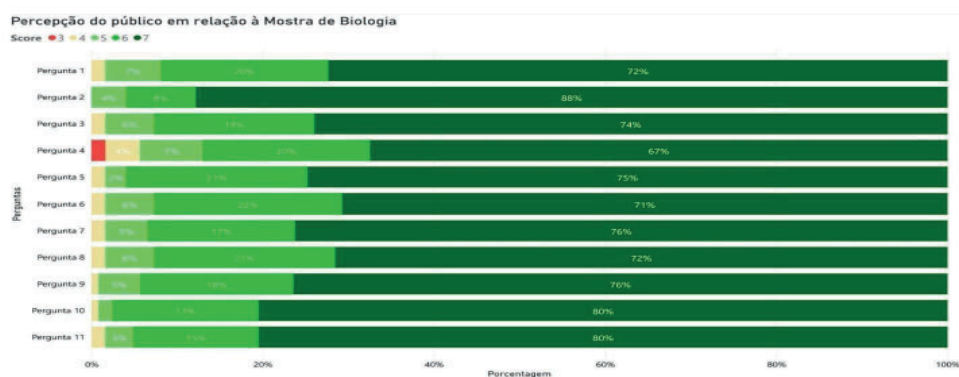
covid-19”; “A água desse rio é boa?”. Essa atividade somou 3.362 visualizações contribuindo para a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, deve ser valorizada e integrada à matriz curricular, conforme princípio básico extensionista previsto na Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

Percepção do Público

A percepção do público em relação às duas edições do evento está sumarizada na Figura I. Além das onze perguntas propostas pelo formulário, havia um espaço em aberto para comentários em relação à Mostra, como sugestões, críticas, opiniões ou elogios.

Figura I – percepção do público sobre questões de ciência e tecnologia e avaliação do evento.

Fonte: De autoria própria.



As perguntas 1 e 2: “Eu tenho grande interesse por ciência e tecnologia.” e “Ciência e tecnologia são temas relevantes para minha vida e para a sociedade” visaram avaliar o interesse dos participantes sobre assuntos de ciência e tecnologia.

As perguntas 3 a 11 visaram avaliar o evento realizado e sua eficácia para o cumprimento de seu objetivo (pergunta 3: “Me sinto satisfeito com os temas “Inteligência artificial: uma nova fronteira da ciência” e “A transversalidade da ciência, tecnologia e inovações para o planeta” proposto pelas edições da SNCT”. Pergunta 4: “A Mostra foi eficaz em correlacionar os temas propostos com as diversas áreas do saber”. Pergunta 5: “As atividades da Mostra de Biologia (MB) contribuíram para a minha compreensão e interesse acerca dos temas apresentados”. Pergunta 6: “Me sinto satisfeito com os conteúdos abordados nos vídeos e nas *lives* apresentados durante a MB”. Pergunta 7: “Me sinto satisfeito com a duração dos vídeos e das *lives* apresentados durante a MB”. Pergunta 8: “Consegui compreender a linguagem utilizada durante vídeos e *lives* apresentados durante a MB”. Pergunta 9: “A MB se mostrou eficaz em apresentar novidades para seus espectadores”. Pergunta 10: “Participar da MB agregou aprendizado sobre os temas trabalhados”. Pergunta 11: “Participar das atividades da MB despertou curiosidade sobre temas relacionados à Ciência e Tecnologia”).

Os *scores* ou graus de concordância variaram em uma escala de 1 a 7 sendo que quanto mais próximo do 1 menor e quanto mais próximo do 7 maior a concordância com a afirmativa de cada questão. O ponto 4 é considerado uma zona de neutralidade.

DISCUSSÃO

Ao analisar o perfil dos participantes da Mostra de Biologia, percebe-se acentuada diferença no público em comparação aos anos anteriores. Anteriormente, no modelo presencial, o público do evento era majoritariamente composto por grupos de alunos do ensino básico, do fundamental ao médio, acompanhados de professores. Nas edições virtuais, apesar da ampla divulgação para as escolas, notamos uma participação pequena de estudantes do ensino regular e uma grande participação de estudantes do ensino superior. Esta constatação leva a questionar quais os possíveis motivos para esta mudança de público.

Segundo dados reunidos por Nascimento *et al.* (2020), cerca de 16% da população matriculada no ensino fundamental e 10% da população matriculada no ensino médio não possui acesso a *internet* em suas casas, já na graduação e pós-graduação esse cenário muda consideravelmente, somente 2 e 1%, respectivamente, declararam não possuir acesso residencial à *internet*. Além das óbvias restrições de acesso a tecnologias de informação, Cantanante, de Campos e Loiola (2020) investigaram um fenômeno parecido em uma escola de ensino fundamental e médio no estado de São Paulo e levantou a hipótese de que um ambiente residencial inadequado, a ausência de apoio familiar e cultura que relaciona o ambiente virtual com lazer e território sem lei são fatores que também podem influenciar negativamente a participação em atividades remotas de ensino.

Outro ponto que pode ter sido responsável pela diferença no público da Mostra em sua modalidade virtual em relação à presencial, é o fato de que, presencialmente, os alunos participavam a partir de saídas e viagens escolares e a Mostra tinha um caráter mais interativo, experimental e lúdico do que meramente teórico. Assim sendo, os alunos podiam visualizar e manusear modelos científicos, animais fixados, assistir e participar de experimentos e jogos, tirar dúvidas e interagir com os mediadores, ou seja, o aluno estava ativamente, fisicamente, afetivamente e cognitivamente inserido nas dinâmicas. Levando em consideração que não é atraente para um aluno do ensino regular, após encerrar suas aulas do dia, seja no modelo híbrido, presencial ou virtual, assistir uma palestra *on-line*.

O modelo de Mostra de Biologia, apenas com *lives* e palestras, distanciou os alunos do ensino regular. Por outro lado, ao trazer temas mais complexos com linguagem mais acadêmica e pesquisadores para se apresentarem, aproximou os alunos da graduação e profissionais da educação, cujos relatos expressam a contribuição na formação profissional que integra ensino-pesquisa-extensão:

“Eu achei muito interessante a palestra da professora Sasseron. Os exemplos de atividades investigativas serão muito úteis pra mim que estou ministrando aula pela primeira vez na educação infantil da primeira fase”. Professora participante.

“Parabéns a todos envolvidos nesse evento. Sou uma aluna que está em fase de busca da minha linha de pesquisa, e eventos como este, me ajudam a ter outra visão sobre tal tema. Obrigada!”, Estudante de graduação.

Foi possível observar um aumento de visualizações nas palestras entre as duas Mostras, o que demonstra que o evento cresceu e atingiu novas pessoas de um ano para o outro. Isso pode ser comprovado com o dado de que 73,98% dos participantes não participaram de nenhuma atividade relacionada à Mostra de Biologia, o que reflete uma boa divulgação do evento. Por outro lado, o total de visualizações simultâneas decaiu do primeiro para o segundo ano do evento virtual e, juntamente com o aumento no número de visualizações nas *lives*, pode evidenciar que, apesar das pessoas não estarem assistindo as palestras ao vivo, ainda participaram da Mostra e se interessaram pelas *lives*, provavelmente devido à volta parcial de compromissos presenciais no segundo ano de pandemia.

No ano de 2020, a maioria dos participantes soube da Mostra por colegas e professores, e em 2021 a maior parte dos ouvintes conheceu pelas redes sociais. Esse dado reforça que o investimento no uso das tecnologias e das redes sociais é a forma mais eficaz de divulgação para esse tipo de evento, movimento esperado em um mundo cada vez mais virtual.

A partir da localidade dos participantes, conseguimos observar esse fenômeno, em que mesmo que a maioria dos ouvintes tenham sido da grande vitória, estiveram presentes moradores do interior do estado Espírito Santo, como de Linhares, Anchieta, Colatina, Iconha e Domingos Martins, que provavelmente não conseguiriam estar presentes no modelo presencial da Mostra, como deixou claro esse participante: “Criar a versão *online* da SNCT daqui pra frente. Assim é possível atingir maior público do interior do Estado.” Professor participante

Além do público do interior, foi possível também atingir ouvintes de outros estados do país que, até o momento, nunca haviam participado da Mostra de Biologia da UFES, atendendo o que prevê o inciso VI do artigo 3º da Res. 28/2022, quanto a importância do “o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade” (RES CEPE UFES 28/2022).

Conferências virtuais podem ser mais inclusivas socialmente, por, geralmente, serem gratuitas ou a baixo custo, e geograficamente, por permitirem que pessoas de diversos lugares participem sem exigir descolamento. Além disso, ainda reduzem emissões de carbono e produção de lixo (RUBINGER *et al.*, 2020; SALOMON; FELDMAN, 2020). Esses fatores são um forte indício de que mesmo após o fim da pandemia esta modalidade de evento provavelmente continuará a ser adotada em algumas situações, pois assegura a realização de eventos abrangentes apesar da escassez de recursos financeiros.

Sabemos que desde o início da pandemia as queixas e diagnósticos de fadiga como *burnout*, depressão, ansiedade e diversos outros quadros psiquiátricos se multiplicaram. Essas queixas são quase unânimes entre a comunidade escolar e acadêmica, com diversos motivos: a própria insegurança gerada pela pandemia; perdas na família e amigos; problemas financeiros enfrentados por muitas famílias; excesso de informação e de uso de telas; excesso de carga horária e acúmulo de funções; prejuízos na socialização decorrentes dos meses de isolamento, e mais uma extensa lista (CIPRIANO; ALMEIDA, 2020; JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020; PEREIRA, SANTOS, MANENTI, 2020; PAZ *et al.*, 2021). Isso, evidentemente, afetou muito o rendimento e participação da comunidade escolar nas atividades ao longo destes dois anos e aparentemente se refletiu nas participações na mostra. Em especial, dois comentários

de participantes (professores) deixados no campo aberto para sugestões de temas do formulário de 2021 chamaram atenção acerca dessa problemática, a saber: “Saúde mental dos discentes da pós-graduação” e “Apoio psicológico aos professores”. Isto denota que o próprio público da Mostra está consciente desse desgaste que deve ser urgentemente considerado na organização das próximas edições da Mostra de Biologia, e de qualquer outro evento educacional e científico enquanto durar a pandemia, caso contrário os eventos se tornarão cada vez mais vazios e segregados, apenas àqueles que conseguirão contornar este fator.

Uma das possibilidades de se combater as notícias falsas, as chamadas *fake news*, e deixar a população menos vulnerável, é estimular um maior diálogo entre a ciência e a população. Podemos atingir esse objetivo com atividades de Divulgação Científica, como as Mostras de ciências, cujo propósito é estender o acesso aos conhecimentos científicos produzidos, estimulando o senso crítico e a alfabetização científica do público em geral (DANTAS; DECCACHE-MAIA, 2020). Um dos relatos reconhece a importância da Mostra como evento de divulgação científica:

“Acho que o evento é muito importante e precisa ser cada vez mais divulgado fora da academia. É de extrema relevância para a sociedade poder ter acesso ao que é trabalhado dentro da universidade em todas as áreas do conhecimento. Isso ajuda a ampliar a ciência, conscientiza as pessoas a serem mais críticas com informações que recebem pelas redes sociais e faz a sociedade ter conhecimento da importância e do impacto que as universidades públicas desempenham no país.” Professor Participante

As atividades são pensadas para a promoção da alfabetização científica, introduzindo os visitantes no mundo do conhecimento científico e tecnológico e demonstrando o quanto ele evoluiu ao longo dos anos, conectado aos fatos comuns do dia a dia. A alfabetização científica abre possibilidades de que a população disponha de conhecimentos científicos e tecnológicos necessários para se desenvolver na vida diária, ajudar a resolver os problemas, as necessidades de saúde e sobrevivência básica, e tomar consciência das complexas relações entre ciência e sociedade (CHASSOT, 2003). Os impactos positivos decorrentes dessa experiência tendem a se propagar de forma imediata e contínua na vida dos visitantes. Diante disto, fica evidente que centros de ciências, como a Mostra de Biologia, se constituem como espaços não formais de Educação. Esses espaços de Ciência e Cultura são aliados das escolas e da mídia na formação da cultura científica brasileira, pois

[..] aproximam a sociedade do conhecimento científico e contribuindo para a promoção de debates sobre o que é Ciência, quem são os cientistas, como a pesquisa científica é realizada, o que é o método científico, como a Ciência é divulgada, quem financia a Ciência no país, quais os principais interesses político-econômicos na pesquisa científica, dentre tantos outros assuntos de relevância para a formação cultural e científica do cidadão (Jacobucci, 2008, p.64).

É preciso reconhecer a importância de eventos científicos, como a Mostra de Biologia, na divulgação científica de trabalhos e projetos realizados dentro da universidade, como forma de aproximar a academia da população. Além disso, é relevante para a formação de estudantes da graduação como futuros professores, ao estimular e exercitar a capacidade de apresentar ao público geral, utilizando uma linguagem mais acessível, o que é desenvolvido em seus cursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os eventos virtuais, em alguns contextos, podem ser mais inclusivos socialmente por, geralmente, serem gratuitos ou a baixo custo, além de possibilitar o acesso de pessoas de diversos lugares que de outro modo estariam impedidos de participar devido as limitações de deslocamento. Além disso, ainda reduzem emissões de carbono e produção de lixo (SALOMON & FELDMAN, 2020). Foi positivo notar que além do público do interior do ES, foi possível atingir ouvintes de outros estados do país que, até o momento, nunca haviam participado da Mostra de Biologia da UFES. Esses fatores são um forte indício de que mesmo após o fim da pandemia esta modalidade de evento provavelmente continuará a ser adotada em algumas situações pois assegura a realização de eventos abrangentes apesar da escassez de recursos financeiros. Apesar disso, foi notável a ausência de estudantes do ensino fundamental e médio, o que nos leva a destacar a importância do evento também em seu modelo presencial. A Mostra de Biologia da UFES em seu formato virtual se mostrou uma importante aliada da educação científica, ao configurar um espaço não formal de educação e apresentar o papel da ciência para a sociedade, em especial aos estudantes, por meio de atividades interdisciplinares que elucidam os temas propostos.

Como propostas para aperfeiçoamento da Mostra nos próximos anos, poderiam ser pensadas estratégias que aproximem e despertem o interesse do público-alvo da Mostra, os alunos do ensino regular, em assistir uma programação totalmente *online*, como por exemplo dessas estratégias o desenvolvimento de dinâmicas mais interativas e jogos. Além disso, pensar em temas de *lives* e palestras que contemplem o conhecimento desses públicos e uma linguagem mais acessível. Por outro lado, pensando na Mostra como evento para a graduação e profissionais da educação, ela se mostrou eficaz ao trazer temas relevantes e inovadores, e pesquisadores e profissionais para discutir sobre os assuntos que contribuem para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral.

Pesquisas como essa são importantes para a valorização e manutenção de eventos de cunho educacional, que complementam e dão sentido ao que é trabalhado teoricamente em salas de aula de escolas e universidades. Deste modo, este trabalho fica como registro de duas edições em formato virtual da Mostra de Biologia da UFES e sua importância como um espaço não formal virtual de educação científica, a fim de que seja útil para pensar em eventos cada vez mais acessíveis, plurais e abrangentes.

REFERÊNCIAS

CANTANANTE, F.; DE CAMPOS, R. C.; LOIOLA, I. Aulas on-line durante a pandemia: condições de acesso asseguraram a participação do aluno? **Revista científica educação**, v. 4, n. 8, p. 977-988, 2020.

CHASSOT, A. Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. **Rev. Bras. de Educ.**, v 22, p. 89-100, 2003.

CIPRIANO, J. A.; ALMEIDA, L. C. C. S. Educação em tempos de pandemia: análises e implicações na saúde mental do professor e aluno. **Anais VII CONEDU - Edição Online**. Campina Grande, 2020.

CIPRIANO, J.; ALMEIDA, S. EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: ANÁLISES E IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL DO PROFESSOR E ALUNO. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA18_ID6098_31082020204042.pdf.

COLLEY, H.; HODKINSON, P.; MALCOLM, J. **Non-formal learning**: mapping the conceptual terrain, a consultation report. 2002.

CORTE, V. B., DE MOURA, P. R. G., RIBEIRO, M. A., CAMILETTI, G. G., ZAMPROGNO, B., DE CASTRO, F. C., JUNIOR, E. G. Mostra de ciências itinerante: extensão universitária para inclusão científica e cultural no Espírito Santo. **Actio**, v. 6, n. 2, p. 1-29, 2021.

COSTA, A. M. F. R.; ALMEIDA, W. C.; SANTOS, E. O. Eventos científicos online: o caso das lives em contexto da COVID-19. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 45, p. 9, 2021.

CRISOSTIMO, A. L.; SILVEIRA R. M. C. F. **A extensão universitária e a produção do conhecimento: caminhos e intencionalidades**. Guarapuava: Editora Unicentro, p. 242, 2017.

DALMORO, M.; VIEIRA, K. M. Dilemas na construção de escalas Tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados?. **Revista gestão organizacional**, v. 6, n. 3, 2013.

DANTAS, L. F. S.; DECCACHE-MAIA, E. Divulgação Científica no combate às Fake News em tempos de Covid-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. e797974776-e797974776, 2020.

DEMO, P. **Saber pensar é questionar**. Brasília: Liber Livro, 2010. 192 p. ISBN 9788579630163.

PAZ, M. S. de O. et al. Envolvimento dos discentes nas atividades escolares em tempos de pandemia do COVID-19: Ações desenvolvidas pelo o IFPA-Campus Paragominas. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e36310313470-e36310313470, 2021.

GOHM, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez. 1999.

HAUSCHILD, M. E.; MARCOLLA, L. M.; FUHR, I. R.; ARAÚJO, R. R. Feiras e Mostras de Ciências online: as emergências desses espaços não-formais de ensino e aprendizagem em tempos de pandemia. **XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED) e I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisas em Educação (SIEPEC)**, v. 1, 2020.

JACOBUCCI, C. F. D. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. **Revista em extensão**, v. 7, n. 1, 2008.

JOYE, C. R.; MOREIRA, M. M.; ROCHA, S. S. D. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. 1-29, 2020.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. DA. **Pesquisas em educação: uma abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 2013.

MCTI - **Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações**. O que é a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia?.

2021. Disponível em: <https://semanact.mcti.gov.br/o-que-e-a-semana-nacional-de-ciencia-e-tecnologia/>. Acesso em: 11 fev. 2022

NASCIMENTO, P. M., RAMOS, D. L., MELO, A. A. S. D.; CASTIONI, R. **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia**. IPEA, 2020.

ONU BR – **Nações Unidas No Brasil**. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. 2023. Disponível em: Sustainable Development Goal 4: Educação de qualidade | As Nações Unidas no Brasil. Acesso em: 20 fev. 2023.

PASSARELLI, B. **Interfaces digitais na educação: Alucinações consentidas**. 2003. Tese de Doutorado. Tese (Livro Docência). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PAZ, L. et al. **COVID-19: a importância da fisioterapia na recuperação da saúde do trabalhador**. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, v. 19, n. 1, p. 94–106, 2021. Disponível em: <http://www.rbmt.org.br/details/1583/en-US/covid--19--a-importancia-da-fisioterapia-na-recuperacao-da-saude-do-trabalhador>.

PEREIRA, P. H.; SANTOS, V. F.; MANENTI, A. M. Saúde mental de docentes em tempos de pandemia: os impactos das atividades remotas. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 3, n. 9, p. 26-32, 2020.

RUBINGER, LUC *et al.* Maximizing virtual meetings and conferences: a review of best practices. *International orthopaedics*, v. 44, n. 8, p. 1461-1466, 2020.

SABBATINI, M. Museus e centros de ciência virtuais: uma nova fronteira para a cultura científica. *Com Ciência*, v. 45, 2003.

SALOMON, D.; FELDMAN, M. F. The future of conferences, today: Are virtual conferences a viable supplement to “live” conferences?. *EMBO reports*, 21(7), e50883, 2020. Disponível em: <https://www.embopress.org/doi/full/10.15252/embr.202050883>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SANTOS, O. E. Notícias: #livesdemaio... Educações em tempos de pandemia. Notícias, *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, junho de 2020, online. ISSN: 2594-9004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redoc/announcement/view/1109>. Acesso em: 14 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. **Resolução nº 28, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022**. Dispõe sobre as normas que regulamentam a Extensão na Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, 2022. Disponível em: https://proex.ufes.br/sites/proex.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no_28.2022.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

VIEIRA, V.; BIANCONI, L. M.; DIAS, M. Espaços não-formais de ensino e o currículo de ciências. *Ciência e Cultura*, v. 57, n. 4, p. 21-23, 2005.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Agradecemos também a toda a equipe que participou da organização das Mostras de Biologia de 2020 e 2021.



Toquiotas 14, Tom Boechat

Soluções sociais para a exclusão digital: O caso do auxílio emergencial durante a pandemia do COVID-19

Social solutions to the digital exclusion: The case of emergency aid during the COVID-19 pandemic

Resumo

A pandemia por COVID-19 ocasionou o isolamento social, impondo às pessoas o acesso às informações e contatos pessoais majoritariamente através da internet, fazendo uso de ferramentas digitais de acesso remoto, sites diversos e, sobretudo, aplicativos de celulares. Isso ficou mais latente com o programa de Auxílio Emergencial proposto pelo Governo Federal, sendo feito totalmente digital e, nesse caso, a maioria da população alvo apresentando vulnerabilidades sociais, baixo conhecimento em informática básica, necessitando ter acesso repentino ao meio digital para que não houvesse prejuízos em seus direitos. Este projeto foi idealizado para oferecer suporte especializado em informática para atender a estas pessoas em suas necessidades digitais, a fim de se incluírem no processo digital imposto pela pandemia, sobretudo no processo do Auxílio Emergencial. Esse assessoramento contou com mais de 60 pessoas voluntárias, entre alunos e professores da UFES, campus de Alegre, quanto da sociedade civil e suas instituições, no atendimento diário e especializado a mais de 700 pessoas. Além do processo de auxílio emergencial, possibilitou-se a adequação documental de centenas de pessoas, o acesso a serviços web e, também, ao acesso à justiça e aos direitos civis do cidadão em meio à crise do fechamento presencial das instituições.

Palavras-chave: inclusão digital; pandemia; auxílio emergencial; ação social.

Giuliano P de Morais Giglio
Renata Alves da Silva
Valéria Alves da Silva

giuliano.giglio@ufes.br
r.alegre@hotmail.com
valeria.silva@ufes.br

Abstract

The COVID-19 pandemic caused social isolation, imposing access to information and personal contacts, mostly through the internet, using digital tools for remote access, various websites and, above all, cell phone applications. This became more latent with the Emergency Aid program proposed by the Federal Government, being made completely digital and, in this case, the majority of the target population presenting social vulnerabilities, low knowledge in basic information technology, needing to have sudden access to the digital environment so that there would be no damage to your rights. This project was designed to offer specialized computer support to meet these people in their digital needs, in order to be included in the digital process imposed by the pandemic, especially in the Emergency Aid process. More than 60 volunteers were involved in this assistance, including students and professors from UFES, Alegre campus, as well as civil society and its institutions, providing daily and specialized assistance to more than 700 people. In addition to the emergency aid process, hundreds of people were able to adapt documents, access to web services and, above all, access to justice and civil rights for citizens in the midst of the crisis of face-to-face closure of institutions.

Keywords: digital inclusion; pandemic; emergency aid; social action.

INTRODUÇÃO

Desde o início de sua popularização, no final dos anos 90, a *internet* impôs à sociedade moderna uma revolução, da política aos relacionamentos, do entretenimento às relações comerciais. Durante a pandemia, seu uso foi acelerado devido às necessidades de distanciamento social, entretanto, parte da sociedade segue sem acesso à rede, com um número significativo de pessoas excluídas do acesso à serviços digitais pela *internet*, agravando o abismo de desigualdade no Brasil.

No final de 2019, o país contava com 39,8 milhões de pessoas sem conexão com a *internet* em suas residências ou em telefones celulares, o que representa 21,7% da população acima dos 10 anos de idade (IBGE, 2022). No entanto, os resultados melhoram a cada ano. De 2018 para 2019, ocorreu um salto de 6,1 milhões de habitantes *on-line* – mas o Brasil ainda é uma nação atrasada neste quesito.

As oportunidades oferecidas pela tecnologia são muitas, o que se torna vital o investimento nesse setor. No Brasil, há mais de um *smartphone* ativo por habitante, cerca de 234 milhões de aparelhos para 213 milhões de pessoas (FGV, 2019). Para alguém integrar a inclusão digital, entretanto, não basta possuir um dispositivo, mas também ter alcance à *internet*, além de conhecimento sobre essas ferramentas.

Cerca de 70 milhões de brasileiros não contam com nenhum acesso ou tem acesso precário à *internet* (por exemplo, com pacotes limitados e sem Wi-Fi), de acordo com a pesquisa TIC Domicílios, de 2018 (CETIC.Br, 2019). Lugares afastados, mesmo nos grandes centros urbanos, não possuem a mesma qualidade de sinal. Ou seja, assistir a um vídeo ou fazer *downloads* se mostra mais difícil para parte dos usuários.

Durante a pandemia viram-se casos de extremo prejuízo para a população. Quem sofreu mais economicamente durante a crise sanitária teve perspectiva de alívio com programas sociais emergenciais oferecidos pelas esferas governamentais, porém, as dificuldades da população à inclusão digital proporcionaram situações caóticas, como, por exemplo, filas que se acumularam em agências bancárias. Da mesma forma, as informações básicas de saúde, a exemplo de notícias sobre postos, vacinas e sintomas, tão essenciais em um período de incertezas e notícias falsas, também chegaram mais rapidamente a quem tinha acesso à *internet*. Na educação, as aulas *on-line* foram a solução para atenuar as perdas pedagógicas dos alunos, e esse acesso à *internet* e suas ferramentas foram ainda mais significativas. Soma-se ainda os negócios que investiram no digital, como os *deliveries* de restaurantes, que desta forma, tentavam sobreviver em meio a falta da presença das pessoas em suas dependências.

Quando declarada pela OMS (Organização Mundial de Saúde), a pandemia ocasionada pelo Coronavírus (COVID-19) no Brasil teve como uma das primeiras ações relacionadas a prevenção o isolamento social, seguindo a recomendação da própria OMS, e inicialmente proposta pelo Governo Federal. Esse fato impôs às pessoas o acesso às informações e contatos majoritariamente por meio da *internet*, através de ferramentas digitais por acesso remoto, sites diversos e, sobretudo, aplicativos de celulares *smartphones* (LEIPNITZ, 2020). O isolamento social também causou impactos socioeconômicos à população brasileira, principalmente os que se encontravam em situação de vulnerabilidade. Foi possível acompanhar a redução dos vínculos trabalhistas formais e os informais. As consequências se instalaram

desde o impacto na renda familiar, comprometendo o poder de compra, inclusive dos itens básicos na despesa doméstica, até a perda total da renda familiar. Desta forma, dentre várias ações para atenuar os problemas socioeconômico ampliados na pandemia, o Governo Federal instituiu o Programa de Auxílio Emergencial em 02 de abril de 2020 através da Lei n. 13.982, para recebimento de uma quantia mensal às famílias, que variava de R\$300,00 a R\$1.200,00, mediante alguns critérios estabelecidos (AEGF, 2020).

O acesso da população ao Auxílio Emergencial seria por meio do cadastro já existente no programa do Bolsa Família, e para os demais cidadãos, que se enquadrassem no perfil previamente definidos, deveriam realizar seu cadastro pelo site do Banco Caixa Econômica Federal no aplicativo “Auxílio Emergencial”. Logo, foi criado outro aplicativo, também vinculado a Caixa Econômica Federal, denominado “Caixa Tem”, para que os cidadãos conseguissem realizar transações bancárias desde saque, transferência e pagamentos. O grande problema observado foi que o governo iniciou o programa sem treinamento prévio dos órgãos responsáveis pelo atendimento, sobretudo a Caixa Econômica Federal e, principalmente, aos cidadãos (através, por exemplo, de programas de orientação ou tutoriais), os quais deveriam solicitar e acompanhar o processo. Logo, isso causou um grande prejuízo a muitos cidadãos que precisavam receber o auxílio, sobretudo aqueles que possuíam uma falta de experiência em processos informatizados. A pouca instrução, ou nenhuma, para o acesso aos sistemas informatizados, gerou uma série de filas enormes nas agências bancárias vinculadas ao Auxílio Emergencial.

A realidade descrita estimulou aos membros do Departamento de Computação do campus da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Alegre – ES, juntamente com o Comitê de Enfrentamento da Crise por COVID-19 instituído pela sociedade civil organizada, a executar o projeto descrito pelos primeiros citados com o objetivo a auxiliar os cidadãos com dificuldades em informática, bem como nos processos burocráticos e documentais relacionadas ao Auxílio Emergencial. O objetivo geral do presente artigo é apresentar os resultados gerados no projeto de extensão, o qual ofereceu suporte especializado aos cidadãos com dificuldades tecnológicas, como: acesso às ferramentas da *internet*, como acesso à rede *Web* e seus serviços, instalação de aplicativos, documentos digitais e pesquisas sociais, e suporte quanto às etapas relacionadas ao Auxílio Emergencial. O projeto buscou parceiros como facilitadores das resoluções dos possíveis impedimentos ao Auxílio Emergencial, mesmo nos casos complexos sob o ponto de vista jurídico, dentre elas: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direito Humanos de Alegre/CRAS; Caixa Econômica Federal de Alegre, Agência do Instituto Nacional do Seguro Social de Alegre, e a Defensoria Pública da União.

METODOLOGIA

A partir do registro do projeto de extensão, em 13 de maio de 2020, foram convocados alunos que desejariam participar voluntariamente da ação social, tendo como pré-requisitos importantes o conhecimento de informática básica e facilidade em trabalhar com público. Em resposta a esta convocação, recebemos cinquenta e cinco inscrições, a princípio, para um treinamento em ambiente controlado, de acordo as medidas sanitárias.

Este treinamento foi dividido em três fases:

- Protocolo de segurança: medidas de segurança sanitária e de cuidados pessoais, como: uso de máscaras e desinfecção nos atendimentos pessoais. Ministrado pela prof^a Juliana Severi do Departamento de Farmácia e Nutrição;
- Processo de atendimento: foi produzido um manual de instruções contendo todos os passos para requisitar, consultar e contestar o auxílio emergencial, bem como verificar as condições cadastrais de documentação dos atendidos;
- Atendimento ao público especializado: capacitação no tratamento da pessoa assistida, suporte à informática e dos aplicativos de celular envolvidos.

Para a efetivação dos atendimentos foi estabelecido que cada aluno iria atender a um turno semanal, contendo 04 horas de trabalho, sendo 03 horas de trabalho efetivo e 01 hora de preparação do ambiente da entrada e saída do turno. Os atendimentos foram feitos, ininterruptamente, todos os dias úteis da semana, de segunda a sexta-feira, de 08h às 12h (turno da manhã) e de 14h às 18h (turno matutino), os alunos tiveram sempre a supervisão de um professor ou membro do Comitê de Enfrentamento municipal. Estes supervisores também foram alocados em um turno semanal de trabalho, com exceção dos coordenadores do projeto, os quais seriam alocados em dois turnos.

Cada turno comportava até cinco (05) alunos, sendo que um deles executava o processo de triagem dos casos e recepção e os demais davam o suporte propriamente dito. Em cada turno, sempre que possível, havia um advogado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Subseção de Alegre, parceiros do projeto, para suporte jurídico mais especializado, como pode-se observar pelas fotos na Figura 1 registradas pelos autores.



Figura 1. Atendimentos realizados. (a) Triagem e recepção; (b) Suporte a atendido;

Fonte: Do Autor, 2020

A partir de dados dos primeiros atendimentos feitos em outra ação pregressa do Comitê de Enfrentamento, foi possível especializar ainda mais os atendentes acerca dos trabalhos de atendimento e casos que viriam a ocorrer. Para que todos tivessem a mesma conduta e informações sobre o atendimento, foi produzido um Manual de Procedimentos que foi disponibilizado *on-line* e de acesso público pelos trabalhadores, o qual poderia ser consultado sempre que uma demanda já conhecida fosse enfrentada a fim de se saber qual o procedimento de resolução deveria ser adotado.

Porém, a medida que casos foram aparecendo de forma inédita, estes foram agregados ao manual, produzindo um documento rico em situações diversas enfrentadas pelas pessoas no processo do Auxílio Emergencial e suas soluções. Desta forma, o manual se transformou em um histórico de casos e relatos de situações enfrentadas diariamente, dando mais agilidade e segurança no trato das questões pelos diversos colaboradores, sobretudo para aqueles que assumiriam o turno após as questões novas serem registradas.

Para imprimir agilidade aos atendimentos, bem como aos retornos das pessoas e acesso ao seu histórico de atendimentos (flexibilizando a triagem, o encaminhamento de soluções e controle geral do número de atendimentos e dos dados dos assistidos), foi desenvolvido um sistema *web*, para todos os colaboradores do projeto, a fim de que, tanto localmente, quanto remotamente, haveria acesso às informações históricas dos atendimentos de todos os casos, sobretudo aquelas que apresentavam alguma pendência (Figura 2). O sistema apresentou melhorias, de acordo com as demandas surgidas e novas necessidades funcionais, num processo de melhoria contínua durante todo o fluxo de atendimentos diários.

Figura 2. Sistema de Atendimentos desenvolvido.

Fonte: Do Autor

#	Cpf	Nome	Data	Horário	Situação	Atendente	Cras
1	[REDACTED]	José [REDACTED]	29/07/2020	15:00:21	Aberto	Supervisão	Não
2	[REDACTED]	Thiago [REDACTED]	29/07/2020	14:49:02	Atendido	Erasmus Christofori Moco	Não
3	[REDACTED]	Crislany [REDACTED]	29/07/2020	14:25:14	Pendente	Supervisão	Não
4	[REDACTED]	Adecir [REDACTED]	29/07/2020	14:11:20	Pendente	Supervisão	Não

Podemos observar na Figura 2 uma das telas do sistema, o qual apresenta os assistidos atendidos, ou aqueles que viriam a ser atendidos, devidamente registrados na triagem. O sistema também integrou os advogados da OAB envolvidos, os quais acessavam o sistema para responder os casos mais intrincados e que necessitavam de um parecer jurídico.

Todo atendimento foi realizado no Salão Paroquial da Igreja Matriz de Alegre, Nsa. Sra. da Penha, instituição religiosa, inclusa no Comitê de Enfrentamento à crise do coronavírus, a qual ofereceu a todos os colaboradores e atendidos a conexão *wi-fi* de internet, sanitários, *coffee break*, mobiliário, suporte de escritório. Os computadores e toda rede tecnologia foi ofertada pela UFES, bem como o suporte técnico pelo setor de Seção de Tecnologia da Informação - STI do campus Alegre.

RESULTADOS

Além dos cinquenta e cinco (55) alunos voluntários, o projeto contou com três (3) professores da UFES e um (1) professor do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES Campus de Alegre – ES, sendo a última, membro do Comitê de Enfrentamento da Crise por COVID-19, também constituído por: Secretaria Municipal de Assistência Social de Alegre; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Subseção de Alegre; Rotary Clube de Alegre; Paróquia Matriz de Nossa Senhora da Penha; Conselho Municipal de Assistência social de Alegre; Igreja Metodista de Alegre.

Como resultados, além de possibilitar o recebimento do auxílio emergencial de todos os atendidos, havia a necessidade de regularização de várias situações cadastrais que a pessoa, por desconhecimento ou vulnerabilidade socioeconômica, não sabia como fazê-lo. Logo, a ação, além de diretamente agir no processo de auxílio, possibilitou a adequação documental e o atendimento de setecentas (700) pessoas, abrangendo os municípios circunvizinhos à Alegre como Jerônimo Monteiro, Muniz Freire, Guaçuí, Lúna, Muqui, e em maior escala aos municípios de Alegre e seus distritos.

Pelo fato da Caixa Econômica Federal ser parceira da ação e dar suporte a várias questões internas do processo do Auxílio Emergencial, desconhecidas das pessoas externas à Caixa, o Manual de Procedimentos foi utilizado por eles na própria solução dos casos que eram diretamente tratados na agência, presencialmente, pois haviam casos rastreados pela ação que não havia uma solução definitiva pela Caixa. Na busca dessa mesma solução na ação social, chegou-se a uma resolução definitiva e eficaz para a pessoa assistida, que poderia também ser adotada pela Caixa. O histórico de atendimentos e casos registrados no manual também possibilitou a troca de informações entre as agências de alguns municípios, dando mais celeridade ao processo.

Ao findar o acesso ao programa do Governo Federal, muitos atendidos possuíam todos os requisitos para receber o auxílio e, por cruzamentos de dados do cidadão malsucedidos pelos sistemas governamentais ou impossibilidade documental, bem como outros motivos, o sistema do Auxílio Emergencial acusava a impossibilidade de inclusão da pessoa ao programa. Avaliadas todas as variáveis e condições do cidadão, frente a negativa do sistema, um advogado aconselharia a necessidade de abertura de uma petição judicial contra a união, para garantir o direito ao auxílio pelo cidadão. O Tribunal de Justiça do estado do Espírito Santo disponibilizou em

seu sistema *web* a possibilidade da pessoa assistida entrar com a petição judicial sem a necessidade da representação de um advogado por procuração, ou seja, ela própria poderia realizar o procedimento.

Porém, como era mais um processo digital e intrincado, e por se tratar da maioria das pessoas serem carentes, muitas analfabetas digitais (DURAN, 2008) ou ainda sem muito trato com processos computacionais, decidiu-se abrir mais uma frente de trabalho, na qual os atendentes abririam a petição judicial digital para os cidadãos que se enquadrassem.

Nesta etapa foi feito mais um treinamento, com o apoio da OAB aos atendentes e, após a convocação das pessoas, foram abertos os processos, sendo atendidas nesse caso 110 pessoas. O controle das petições realizadas e o acompanhamento dos processos abertos foram implementados no sistema de atendimentos, integrando os atendidos, atendentes, advogados, supervisão do projeto e dados do processo. Na Figura 3 mostra a tela do sistema com o controle das petições realizadas.

Figura 3. Controle de petições judiciais

Fonte: Do Autor

16	16844441797	[REDACTED]	Joao Fazolo Chaves	[REDACTED]	hugossi2020		Por fazer
17	16427568736	[REDACTED]	Joao Fazolo Chaves	email pessoal	senha enviada no corpo do email	5004668-62.2020.4.02	Realizada
18	09500017750	[REDACTED]	Joao Fazolo Chaves	[REDACTED]	ssi20200	5005050-55.2020.4.02	Realizada
19	09502320760	[REDACTED]	Joao Fazolo Chaves	[REDACTED]	198zevanderson	50040788520204025002	Realizada
20	11961054728	[REDACTED]	Joao Fazolo Chaves	[REDACTED]	2020ssi0		Por fazer

Podemos observar as pessoas que possuem já a petição aberta, contendo o número do processo aberto e aqueles que estavam aguardando a sua vez, sendo que todos os dados do processo também estavam no sistema, como registro do atendimento completo da pessoa, para cada atendido do projeto nesta situação, o que garantia a segurança das informações e histórico jurídico da pessoa.

Vale ressaltar que, a abertura de petições judiciais só foi possível devido ao fato do Tribunal Judiciário do Estado do Espírito Santo – TJES abrir um serviço totalmente *online* para que as pessoas pudessem fazer sua petição de forma remota e até sem a necessidade de um advogado para tal, justamente devido aos inúmeros casos improcedentes enfrentados pelas pessoas no recebimento de seu auxílio. Com isso, e pelo fato de instituições como a Defensoria Pública do Estado e Fórum estarem fechados para atendimentos presenciais e suspensos até expedientes externos, bem como advogados em isolamentos ou em suspensão de seus trabalhos, este serviço aberto pelo TJES agilizou essa nova frente de trabalho para que todos pudessem ter algum encaminhamento de solução, mesmo que não fosse imediata, como era o caso das petições.

DISCUSSÃO

Ao realizar o Projeto de Suporte Social em Informática durante a Pandemia de COVID-19 pode-se observar um fator importante que faz a diferença em um país cheio de carências, como a importância do olhar para outro, que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica e por vezes de abandono dos mecanismos responsáveis. O envolvimento da sociedade civil organizada é uma ferramenta importante para conscientização, e na realização de ações em prol da resolutividade de problemas que inviabilizasse o direito de acesso ao auxílio emergencial. Haja vista que, os participantes voluntários do projeto se dedicaram com seriedade e destreza para resolução dos problemas observados.

Os cidadãos que foram atendidos pelo projeto se mostravam felizes e agradecidos, não apenas pelo recurso que conseguiram obter nesse momento de pandemia, mas também por terem sua dignidade de volta ao conseguirem acessar seus direitos como cidadãos.

Nenhum dos casos foi deixado de ter uma solução, ou positivamente com o recebimento do auxílio emergencial pela pessoa, ou por orientação a ela da situação correta impeditiva, ou, até mesmo, no encaminhamento para uma decisão judicial a respeito do tema. Esses casos inclusive foram acompanhados pelos advogados e coordenadores do projeto, mesmo após sua finalização dos atendimentos, como compromisso a estas pessoas de serem atendidas ao máximo na assessoria que necessitavam e pelas condições sociais que detinham.

Em relação aos atendimentos de assessoria técnica em informática em geral, principalmente relacionada aos produtos da *web*, foram capacitadas várias pessoas no uso de redes sociais, principalmente o *WhatsApp*, acesso a serviços do governo para documentação pessoal e outros mais, realização de videoconferências, criação e manipulação de *e-mails*, instalação de aplicativos no celular, ensino de técnicas para aumentar a segurança do acesso à *internet* nos computadores e celulares, dentre outras.

Desta forma, entende-se que o projeto atendeu aos seus objetivos primordiais que eram aumentar a inclusão digital da sociedade, sobretudo com maior vulnerabilidade social, diminuição do analfabetismo digital (OLIVEIRA; AZEVEDO, 2007), acesso da população a documentação digital e possibilidade de recebimento do auxílio emergencial pela COVID-19 e acesso à Justiça e seus direitos civis (NASCI-MENTO, 2022), contribuindo para oferecer à população maior integridade e segurança no trato com a informática e seus processos.

REFERÊNCIAS

AEGF – **Auxílio Emergencial do Governo Federal**. Disponível em: <https://auxilio.caixa.gov.br/#/inicio>. Acesso em: set. 2020.

CAVALCANTI, Isabella Macário Ferro (2020). **Tecnologias em tempos de isolamento social [recurso digital]** / Projeto Educa Coronavírus 1. ed. Vol.7. Belém: RFB Editora, 202

CETIC.Br. **Pesquisa TIC Domicílios 2018 do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br)**. Publicado em 28 de agosto de 2019. Disponível em <https://cetic.br/noticia/tic-domicilios-2018-revela-que-40-8-milhoes-de-usuarios-de-internet-utilizam-aplicativos-de-taxi-ou-transporte/#:~:text=A%20pesquisa%20TIC%20>

Domic%C3%ADlios%202018,que%20um %20ter%C3%A7o%20(32%25). Acesso em: fev. 2022.
DEMO, P. INCLUSÃO DIGITAL - cada vez mais no centro da inclusão social. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1504>. Acesso em: 10, mar. 2022.

DURAN, DÉBORA. (2008) **Alfabetismo digital e desenvolvimento: das afirmações às interrogações**; Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo: s.n., 2008. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-07052013-62230/publico/debora.pdf>

FGV. **30ª Pesquisa Anual do FGVcia da FGV/EAESP**, 2019. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/noticias2019fgvcia_2019.pdf. Acesso em 20, mar. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C)**. NSCTotal, 2020 Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques>. Acesso em 14, abr. 2022.

LEIPNITZ, DANIEL. (2020) **A tecnologia durante tempos de pandemia**. Revista Digital NSC Total. Disponível em: <https://www.nsc total.com.br/noticias/a-tecnologia-durante-tempos-de-pandemia>. Acesso em abr. 2022.

NASCIMENTO, M. S. (2022) Acesso à Justiça: Abismo, população e Judiciário. **Revista Âmbito Jurídico**, edição 74. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-74/acesso-a-justica-abismo-populacao-e-judiciario/>. Acesso em: jan. 2022.

OLIVEIRA, C. A. & AZEVEDO, S. P. (2007) Analfabetismo Digital Funcional: Perpetuação de Relações de Dominação? **Revista Brasileira de Lingüística**, v.15, n. 2, 2007, p.101 – 112. Disponível em: <http://professorcarlosoliveira.com/MDV/Carlos/RBL2007.pdf>. Acesso em 05, mai. 2022

AGRADECIMENTOS

Para este projeto se tornar realidade e, principalmente, alcançar seu êxito no cumprimento de seus objetivos, a participação da sociedade civil foi primordial e vital para que toda operação fosse executada e conduzida sistematicamente. Logo, agradecemos ao Rotary Clube de Alegre pelos colaboradores dedicados, pelos materiais de segurança, como luvas e álcool gel doados para a ação. À Paróquia Matriz de Nossa Senhora da Penha, na pessoa do Padre Enildo, pelo uso de seu salão de eventos, com acesso à internet, limpeza, móveis, energia elétrica e o café quente para abastecer os colaboradores. À OAB - subseção de Alegre, pelo tratamento dos casos jurídicos, especialmente ao advogado Dr. Vinícius Pavesi Lopes, pelo exemplo de solidariedade aos mais necessitados, ao comprometimento da causa social em detrimento ao ganho pessoal e por toda dedicação e disponibilidade em atender a todos, colaboradores e assistidos, com o máximo de seu tempo e competência. E a todos os colaboradores que, em meio a pandemia e isolamento social, arriscaram sua saúde em prol de uma causa maior, em saírem de suas casas e doarem algumas horas de seu dia para essa causa. A todos os alunos voluntários que compraram essa ideia e mostraram a cidadania forte que possuem e comprometimento ao mais necessitado, sobretudo aqueles que permaneceram até o final e até além da finalização da ação. A todos os nossos mais sinceros agradecimentos, respeito e admiração.



Work On Progress 01, Tom Boechat

Ações sociais desenvolvidas com famílias de estudantes da rede pública de ensino na região do Caparaó

Social actions developed with families of students from the public school system in the Caparaó region

Resumo

O Brasil foi um dos países mais afetados pela pandemia de Covid-19 e, com isso, uma série de medidas de biossegurança foram implementadas para diminuir a exposição ao novo coronavírus. Entre as medidas, destaca-se o distanciamento social que ocasionou o fechamento das escolas e a interrupção do acesso às refeições, que afetou diretamente as crianças e adolescentes de famílias com menor poder aquisitivo. Portanto, este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados das ações de extensão desenvolvidas durante a pandemia de Covid-19, realizadas em 5 municípios da região do Caparaó, a saber: Alegre, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama e São José do Calçado. Aplicou-se um questionário para obtenção de informações sobre o perfil das famílias assistidas pelo projeto e, posteriormente, realizou-se a campanha de conscientização socio-educativa, com o auxílio de uma cartilha e um infográfico, elaborados pelos parceiros do projeto antes da entrega da cesta básica e do kit de prevenção à Covid-19 para a família. As ações sociais possibilitaram atender um total de 72 famílias e cerca de 347 pessoas. O projeto de extensão teve impacto social positivo e possibilitou uma rede de solidariedade entre universidade e comunidade, que contribuiu com a ampliação de conhecimento e transmissão de informações.

Palavras-chave: pandemia; Covid-19; ação social; distanciamento; alunos.

Camila Aparecida da Silva
Martins

Gracieli Lorenzoni Marotto
Ariany Binda Silva Costa
Damaris Guimarães
Fernanda Falqueto
Salvador

Robson Costa de Sousa
Carina Crevelari Lachini
Dayana Silva de Mattos

camila.martins@ufes.br
gracielim18@gmail.com

ariany.costa@ufes.br
damaris.guimaraes
@ufes.br

fernanda.salvador@ufes.br
robson.sousa@ufes.br
carina.lachini@edu.ufes.br
dayana.mattos
@edu.ufes.br

Abstract

Brazil was one of the countries most affected by the Covid-19 pandemic, and with that a series of biosecurity measures were implemented to reduce exposure to the new coronavirus. Among the measures, the social distancing that caused the closure of schools and the interruption of access to meals, which directly affected children and adolescents from families with lower purchasing power, stands out. Therefore, this work aims to present the results of the extension actions developed during the Covid-19 pandemic, carried out in 5 municipalities in the Caparaó region, namely: Alegre, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama and São José do Calçado. A questionnaire was applied to obtain information about the profile of the families assisted by the project and later, the socio-educational awareness campaign was carried out, with the help of a booklet and an infographic, prepared by the project partners before the delivery of the basic food basket. and the Covid-19 prevention kit for the family. The social actions made it possible to serve a total of 72 families and around 347 people. The extension project had a positive social impact and enabled a network of solidarity between the university and the community, which contributed to the expansion of knowledge and transmission of information.

Keywords: pandemic; Covid-19; social action; distancing; students.

INTRODUÇÃO

Em 2019, o órgão *Global Preparedness Monitoring Board* (GPMB) divulgou um relatório para alertar sobre a necessidade de ações políticas para mitigar as possíveis emergências globais de saúde (GPMB, 2019). Posteriormente, em um curto intervalo de tempo, surgiu uma doença que gerou uma grave crise sanitária global. O novo coronavírus, denominado de Sars-CoV-2, foi responsável pela pandemia de Covid-19 que rapidamente espalhou-se pelo mundo. Em pouco tempo a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou uma Emergência de Saúde pública de importância internacional e logo depois uma pandemia (OPAS, 2020).

A difusão de um vírus desconhecido trouxe à humanidade um estado de insegurança e pânico, reflexo de impotência diante de um vírus letal. Dentre os mecanismos relacionados com o surgimento de novas doenças e novos microrganismos patogênicos, a degradação ambiental é uma das mais citadas, no entanto, ainda é pouco discutida nas pautas de políticas públicas (CONJO *et al.*, 2021).

De acordo com Brito (2021), a crescente expansão das atividades humanas sobre os ecossistemas tem culminado na destruição dos *habitats* naturais e colocado os seres humanos a exposição de vírus, e outros microrganismos fatais, confirmando a importância do uso sustentável dos recursos naturais para evitar o desequilíbrio entre o homem e a natureza. Dessa forma, abordagens referentes a preservação ambiental tornam-se plausíveis, a fim de despertar uma consciência crítica na população sobre os impactos ao meio ambiente.

Nesse contexto, o Brasil foi um dos países mais afetados pela pandemia (ORELLANA *et al.*, 2021) e não se restringiram somente para a área da saúde. Os aspectos sociais, econômicos e políticos também foram afetados e ainda passam por dificuldades devido às medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19, e em alguns casos os efeitos da pandemia são considerados de longo prazo (FIOCRUZ, 2022). Segundo Paiva e Paiva (2021), o problema sanitário enfrentado pela humanidade desencadeou quatro grandes crises e de forma simultânea, as quais são: sanitária, econômica, política e comportamental.

Assim, no Estado do Espírito Santo, bem como nas demais unidades federativas do Brasil, a implementação de uma série de intervenções foi necessária para diminuir a transmissão do vírus. O Governo do Estado, por meio de um decreto em março de 2020, determinou estado de emergência e estabeleceu medidas de contenção ao coronavírus, entre as quais destacam-se: a suspensão de aulas, restrição no número de pessoas em locais fechados e distanciamento social (ESPÍRITO SANTO, 2020).

De acordo com Furceri *et al.* (2020), quando ocorrem pandemias, os segmentos mais pobres e vulneráveis da sociedade são os mais afetados. Com a disseminação do novo coronavírus, a desigualdade social, já existente no Brasil, acentuou-se e os impactos foram sentidos, principalmente, pelos segmentos sociais em situação de maior vulnerabilidade como, por exemplo, pelos moradores de comunidades periféricas, trabalhadores informais, crianças, adolescentes e idosos (CERQUEIRA, 2021).

Com a pandemia, o número de pessoas que sofrem com a fome aumentou, o que resultou em um incremento global da insegurança alimentar, caracterizada pela falta de acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequada para a saúde (MORAIS *et al.*, 2020). Segundo o relatório das Nações Unidas intitulado O Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI), publicado em 2021, a fome

atingiu cerca de 811 milhões de pessoas em todo o planeta no ano de 2020, o que representa cerca de um décimo da população mundial (FAO, 2021).

No Brasil, de acordo com uma investigação realizada pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), cerca de 125,2 milhões de pessoas conviveram com algum grau de insegurança alimentar durante a crise sanitária, situação que reintroduziu o Brasil no mapa da fome (REDE PENS-SAN, 2022). No Espírito Santo, o cenário não foi diferente, a pandemia agravou o problema da fome, principalmente, para famílias da periferia. Segundo Arpini (2021), muitas famílias que vivem em periferias no estado passaram dias sem ter o que comer e contaram com o auxílio de doações para garantir sua sobrevivência.

Dentro desse contexto, o fechamento das escolas foi uma das medidas adotadas para frear a transmissão do vírus e mitigar a pandemia, no entanto, devido ao fechamento prolongado das escolas, consequências significativas foram observadas, como impactos na saúde mental e qualidade de aprendizagem dos alunos (FONSECA *et al.*, 2020). Além do desenvolvimento educacional interrompido, o acesso às refeições foi cessado, o que afetou diretamente as crianças e adolescentes de famílias de menor poder aquisitivo, uma vez que grande parte desse público encontrava na merenda escolar a sua única fonte de alimentação saudável (SILVA; OLIVEIRA, 2020).

Assim, a equipe responsável pelo projeto de extensão, registrado na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES com o título: “Ações de Educação Ambiental em Escolas de Ensino Fundamental e Médio da Região do Caparaó” em parceria com voluntários, propôs a reformulação dos objetivos e das atividades do projeto durante o período de suspensão das atividades presenciais, para contribuir com a qualidade de vida das famílias de estudantes matriculados em escolas da rede pública de ensino fundamental e médio da região do Caparaó Capixaba em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia de Covid-19.

Nesse sentido, o projeto desenvolveu várias ações sociais entre amigos para promover a divulgação de informações técnicas, com o auxílio de diferentes materiais didáticos elaborados pela equipe do projeto (cartilhas, informativos e infográficos), a doação de cestas básicas e de um *kit* de prevenção contra o coronavírus para as famílias vulneráveis da região, que ainda não haviam sido beneficiadas com ações do Governo (municipal, estadual e federal) e de igrejas nos últimos dois meses.

Portanto, este trabalho tem o objetivo de apresentar os resultados das ações sociais com uma análise descritiva do perfil das famílias atendidas pelo projeto, para melhor compreensão da realidade vivenciada pelas famílias da região do Caparaó Capixaba durante a pandemia de Covid-19.

METODOLOGIA

Inicialmente foi realizado um levantamento de informações sobre famílias com filhos em idade escolar, matriculados em escolas de ensino fundamental e médio da região do Caparaó, em situação de vulnerabilidade social, que ainda não tinham sido beneficiados com auxílio governamental e de Igrejas nos últimos dois meses. Para análise, foram selecionadas 10 famílias por município da região do Caparaó Capixaba, para serem contempladas com a “Ação Social entre Amigos” que o projeto de extensão “Ações de Educação Ambiental em Escolas de Ensino Fundamental e Médio da região do Caparaó” propôs desenvolver durante a pandemia de Covid-19 em parceria com voluntários.

O levantamento das informações necessárias para a execução do projeto de extensão foi realizado de forma remota, com a colaboração de Prefeituras, por meio das Secretarias Municipais de Assistência Social e Direitos Humanos, e com o apoio de representantes de igrejas, professores, psicólogas e representantes da sociedade civil na região, que forneceram uma relação de famílias com filhos em idade escolar, no ensino fundamental e médio, em situação de vulnerabilidade social.

A seleção das famílias foi realizada com base nas informações técnicas fornecidas pelas Secretarias Municipais de Assistência Social e Direitos Humanos, entre as quais estão: nome da escola; nome do responsável pela família; endereço completo; telefone de contato; se a família possui bolsa família; se a família recebeu cesta básica da Assistência Social nos últimos dois meses; se a família recebeu cesta básica de Igrejas nos últimos dois meses; se a família recebeu auxílio do Governo Federal; quantos membros familiares; e se os responsáveis pela família possuem emprego formal.

Em seguida, foram realizadas reuniões remotas para organização do cadastramento das 10 famílias nos municípios da região do Caparaó Capixaba com o apoio de assistentes sociais, que atuam nos municípios, para a conscientização das famílias sobre a importância do distanciamento social e da preservação ambiental no período de quarentena, em parceria com voluntários, recomendadas pelos órgãos responsáveis pela saúde, com a divulgação de material educativo elaborado pela equipe do projeto e distribuição de cestas e *kits* de prevenção à Covid-19.

Com base nas informações fornecidas pelos parceiros do projeto, na região do Caparaó Capixaba foram selecionadas as famílias para serem atendidas pelas ações sociais do projeto, desde o dia 25 de abril de 2020 até o dia 9 de dezembro de 2021. Por isso, em três municípios (Alegre, Ibatiba e São José do Calçado) foram realizadas três ações sociais por meio de visitas técnicas com intervalo de 30 dias, e em dois municípios (Guaçuí e Ibitirama) foram realizadas somente uma ação social em cada, com base nas doações recebidas.

Cada cesta básica foi composta por 13 gêneros alimentícios adquiridos pela equipe do projeto, após a realização de pesquisas de preços no comércio local, a saber: 5 quilogramas (kg) de arroz, 5 kg de açúcar, 1 kg de feijão, 1 kg de fubá, 1 kg de farinha de mandioca, 1 kg de sal, um litro de óleo, um pacote de milho de pipoca, uma caixa de polpa de tomate, um pacote de macarrão, um litro de leite PV integral, uma unidade de sardinha e um pacote de biscoito manteiga.

Os *kits* de prevenção à Covid-19 foram compostos por 5 máscaras de tecido, 1 recipiente de álcool em gel de 500 mililitros e materiais educativos elaborados pela equipe do projeto (cartilha: “Entenda o que é Covid-19 para se proteger”; infográfico, com quatro dicas sobre como contribuir com a preservação ambiental durante a quarentena; e informativo sobre o uso correto de máscaras e preservação ambiental).

Todos os produtos foram adquiridos por meio de doações ao projeto e alguns *kits* de higiene foram elaborados em parceria com a Central Única de Favelas (CUFA), que realizou a doação de detergente e água sanitária, que também foram distribuídos para as famílias contempladas com as ações do projeto nos municípios de Guaçuí, Ibitirama e São José do Calçado.

As ações sociais desenvolvidas no período de abril de 2020 a agosto de 2020 tiveram a participação de 14 colaboradores internos e 20 externos ao quadro de servidores e/ou estudantes vinculados à Universidade Federal do Espírito Santo. En-

quanto que, a Ação social desenvolvida entre setembro de 2020 e dezembro de 2021 teve a participação de 12 colaboradores internos e 10 externos à universidade. Estes colaboradores contribuíram com doações e, quando possível, alguns participaram presencialmente das ações que viabilizaram a execução e divulgação do projeto, para alcançar melhores resultados.

Antes da entrega das cestas básicas e dos *kits* de prevenção à Covid-19, foi aplicado um questionário com quatro perguntas fechadas sobre a composição familiar (Tabela 1), para a pessoa responsável pelo(a) estudante do ensino fundamental e médio assistidas pelo projeto, com base nos aspectos socioeconômicos avaliados pelas Assistentes Sociais de cada município.

Tabela 1. Perguntas realizadas ao familiar que recebeu a cesta básica e o *kit* de prevenção à Covid-19.

Perguntas
1) Quantidade de componentes familiar?
2) Quantidade de filhos em idade escolar?
3) Possui emprego formal?
4) Recebe bolsa família?

Posteriormente, foi apresentado pela equipe do projeto de extensão um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que contém um esclarecimento sobre o projeto de extensão e as ações desenvolvidas durante a pandemia de Covid-19.

Após a apresentação do TCLE, o referido termo foi assinado pelo responsável do(a) estudante, que autorizou o uso e a análise dos dados do projeto para possíveis divulgações das ações de extensão desenvolvidas pelo projeto.

O conjunto de informações obtidos foram digitalizadas para a obtenção de um banco de dados do projeto e para a realização deste trabalho. Os dados foram tabulados e analisados por meio de estatística descritiva, com a confecção de tabelas e figuras para expor os resultados obtidos, com respeito, anonimato e o sigilo das respostas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações sociais desenvolvidas pelo projeto de extensão abrangeram 5 municípios da região do Caparaó e conseguiram atender um total de 72 famílias com filhos em idade escolar (de 0 a 17 anos), devidamente matriculados na rede pública de ensino fundamental e médio, considerados como famílias em situação de vulnerabilidade social devido à pandemia de Covid-19, o que resultou em um total de 347 pessoas assistidas pelo projeto nos anos de 2020 e 2021.

A Ação Social entre Amigos teve início no dia 25 de abril de 2020 com o foco de apoiar famílias de estudantes da rede pública de ensino que não receberam auxílio

governamental ou de igrejas nos últimos dois meses. No total, foram distribuídas 176 cestas básicas, 176 kits de prevenção contra o coronavírus e 60 kits de higiene.

Em relação ao número total de pessoas atendidas, o município de Alegre foi o mais assistido, visto que, cerca de 130 pessoas foram atendidas durante as três ações sociais desenvolvidas no município. Isso pode ser explicado pelo maior número de doações e de colaboradores terem sido obtidos para as ações sociais desenvolvidas na cidade de Alegre, e pela logística da Universidade Federal do Espírito Santo, onde o campus está inserido. Os dados para cada município atendido constam na Tabela 2.

Município	Número de ações realizadas	Número de famílias assistidas	Quantidade de pessoas
Alegre	3	29	130
Guaçuí	1	10	67
Ibatiba	3	12	57
Ibitirama	3	10	35
São José do Calçado	1	11	58
Total	11	72	347

Tabela 2. Número de ações realizadas, de famílias assistidas e quantidade de pessoas assistidas por município.

Tendo em vista que a temática ambiental tem participação importante para evitar futuras pandemias, estas famílias foram sensibilizadas sobre a importância da preservação ambiental para agirem conscientemente e assim evitem o descarte inadequado de lixo seco e lixo úmido, garrafas plásticas e óleo de fritura, além da necessidade do distanciamento social durante o período de pandemia.

Tais ações foram realizadas com a apresentação oral e distribuição de um infográfico impresso para cada família, com quatro dicas para contribuir com a preservação do meio ambiente durante a quarentena, a saber: 1) Deixe janelas e portas abertas

para aumentar a circulação de ar e iluminação natural no ambiente. 2) Guarde o óleo de fritura em embalagens recicláveis e se for possível, doe para quem fabrica sabão. 3) Separe lixo seco (reciclável) do lixo úmido (orgânico). 4) Reutilize garrafas plásticas para fazer uma horta ou jardim vertical.

A equipe do projeto convidou as crianças em idade escolar para serem os agentes multiplicadores das atitudes conscientes e sustentáveis para amigos e familiares, pois as temáticas voltadas para a educação ambiental aumentam a conexão entre os seres humanos e a natureza. Assim, tal campanha foi de suma importância para conscientizar as famílias sobre as transformações ocasionadas pelo homem no ambiente em que vivem e a interferência negativa sobre a natureza. Além disso, foi importante em despertar nas crianças e adolescentes valores e ações de preservação do meio ambiente, para tornarem-se cidadãos mais conscientes e com senso de responsabilidade para as gerações futuras.

Durante as ações, também foram apresentados e distribuídos um informativo sobre como utilizar e higienizar máscaras, além de uma cartilha impressa, intitulada “Entenda o que é Covid-19 para se proteger”, que foi elaborada com a contribuição de bolsista e colaboradores externos do projeto de extensão “Ações de Educação Ambiental em escolas de ensino fundamental e médio da região do Caparaó”, coordenado pela Professora Dra. Camila Aparecida da Silva Martins do Departamento de Engenharia Rural/CCA/UFES.

Na cartilha foram apresentadas as orientações sobre as medidas de prevenção à Covid-19 recomendadas pelos órgãos da saúde e a importância da adoção destas medidas como estratégias de enfrentamento da pandemia para contribuir com a saúde da família, com o objetivo de despertar o senso de responsabilidade social e ambiental nas pessoas assistidas pelo projeto.

Segundo Conjo *et al.* (2021), a adoção de novos comportamentos perante a natureza, como a preservação da vegetação nativa, menor geração de lixo e consumo consciente, é imprescindível para a prevenção, controle de futuras eventuais pandemias e catástrofes ambientais. Uma vez que, a pandemia de Covid-19 possibilitou uma maior reflexão das pessoas sobre os hábitos e ações, que são desenvolvidas pelo ser humano e interferem na qualidade de vida da população, como por exemplo, o uso de álcool em gel com maior frequência para higienização das mãos, e descarte correto dos resíduos sólidos.

Caracterização das famílias assistidas pelo projeto de extensão

Dentre o total das famílias analisadas, aproximadamente 42% apresentam em sua composição familiar cerca de 5 a 7 pessoas, seguido por uma composição familiar de 8 a 10 pessoas, o que representa 26% das famílias assistidas (Figura 1). De acordo com um estudo realizado pela Globo Sintonia (2018), denominado “Fotografia do Brasil”, obtido com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o modelo da família brasileira com quatro ou mais integrantes é representada por 33% dos arranjos familiares no país, sendo o restante (67%) formado por um menor número de pessoas, em que a média de pessoas por domicílio é de 2,9.

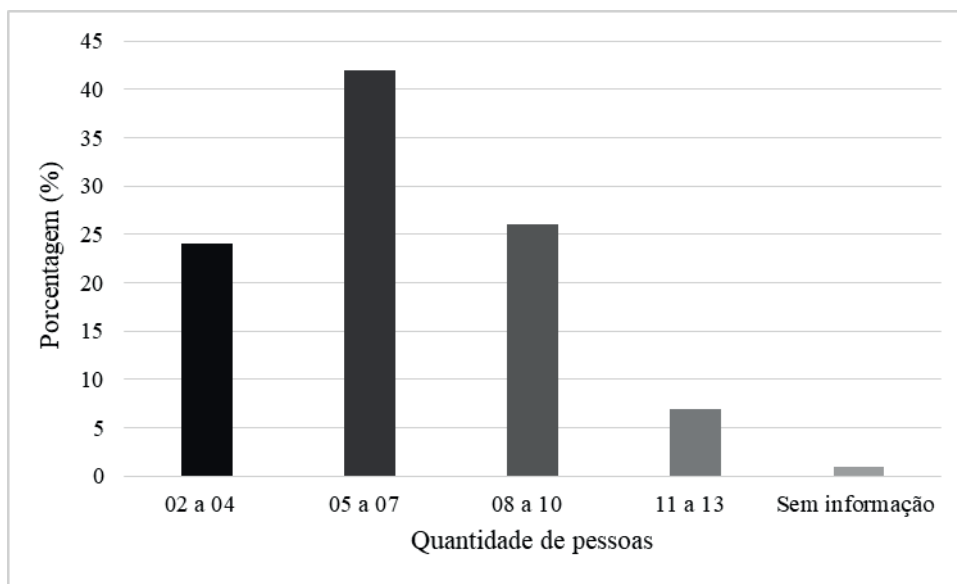
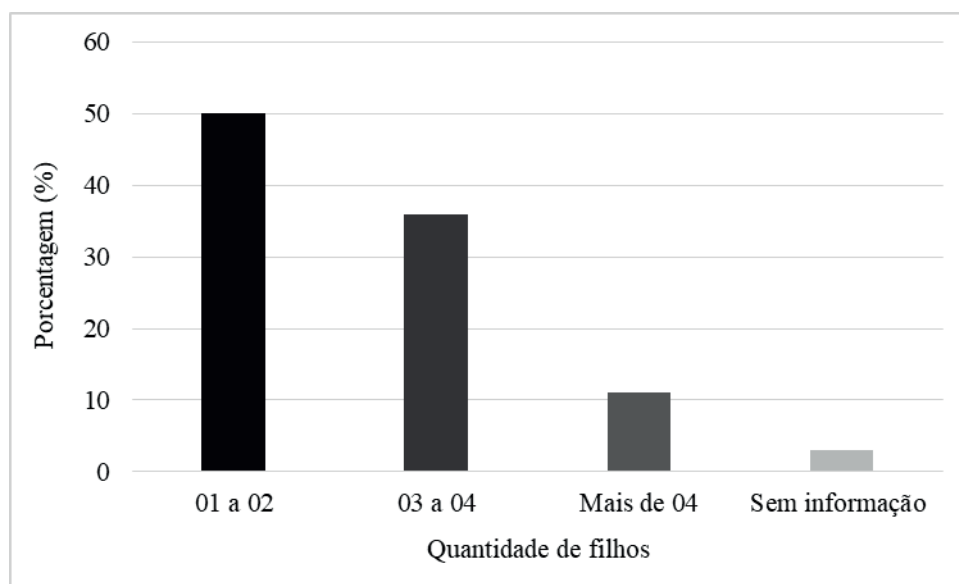


Figura 1. Número de pessoas que compõe as famílias assistidas pelas ações sociais desenvolvidas pelo projeto de extensão durante a pandemia de Covid-19.

No entanto, apesar da diminuição do número de filhos nas famílias brasileiras (LABOISSIÈRE, 2015), muitas ainda ficaram mais pobres nos últimos anos (FURCERI *et al.*, 2020; FIOCRUZ, 2022). Este é um fato preocupante, principalmente para as famílias que se encontram em estado de vulnerabilidade social, visto que famílias compostas por membros que não possuem um emprego formal apresentam maiores dificuldades financeiras, o que torna difícil manter a qualidade de vida e o bem-estar dos seus componentes familiares (WFP, 2020; COSTA, 2020). Quanto ao número de filhos, 50% das famílias assistidas possuem de 1 a 2 filhos que frequentam a escola, o que corresponde a 36 famílias. Já, as famílias que apresentam de 3 a 4 filhos representam 36% (26 famílias assistidas), e 11,1% (8 famílias) possuem mais de 4 filhos na escola (Figura 2). Devido à necessidade de implementação do distanciamento social para diminuir a velocidade de transmissão do vírus, estas crianças e adolescentes tiveram suas atividades escolares presenciais suspensas e, conseqüentemente, deixaram de ter um apoio na alimentação que antes era oferecido nas escolas.

Figura 2. Número de filhos das famílias assistidas pela ação social que frequentam a escola.



Segundo a Unesco (2020), diversas são as consequências do fechamento das escolas, no entanto, para crianças e adolescentes que vivem em condições vulneráveis os reflexos são ainda maiores e bem mais graves, pois afeta diretamente às suas famílias e expõe as desigualdades existentes nos sistemas educacionais do país.

A alimentação escolar se tornou um sério problema aos alunos da rede pública de ensino, uma vez que, para aqueles que se alimentavam somente na escola, o fechamento acarretou impactos na nutrição adequada para o seu desenvolvimento. Com o acesso à alimentação interrompido, gerou a desnutrição e deficiência de micronutrientes com efeitos a longo prazo (SOBRINHO JUNIOR; MORAES 2020). Dessa forma, crianças e adolescentes sem a alimentação escolar podem adoecer e até mesmo abandonar a escola, perdendo uma grande oportunidade de escapar do estado de vulnerabilidade social em que se encontram (WFP, 2020).

Vale ressaltar que, nas famílias com maior número de crianças e adolescentes em sua composição familiar o desempenho econômico é desfavorecido, uma vez que nesses domicílios há uma menor quantidade de pessoas em idade produtiva, resultando em aumento dos desafios financeiros da família (DRAIBE, 2000). Com a pandemia e o fechamento abrupto das escolas, estas pessoas tiveram que fornecer alimento diário aos filhos e, dessa forma, muitas passaram a conviver com a insegurança alimentar, inclusive com a fome.

Em relação a fonte de renda das famílias, a maior parte dos responsáveis declararam não possuírem emprego formal (94%) (Tabela 3). Nesse sentido, convém mencionar que o trabalho formal é uma atividade profissional regida pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), a fim de garantir a contratação do trabalhador com respeito aos direitos assegurados por meio das leis trabalhistas, o que efetivamente proporciona segurança ao trabalhador (COSTA, 2020).

Resposta	Sim	Não
Possui emprego formal? (%)	6	94
Recebe bolsa família? (%)	72	28

O cenário de pandemia da Covid-19 afetou fortemente o setor econômico, com impactos, principalmente, no mercado de trabalho. No entanto, o decréscimo na ocupação informal foi mais significativo do que no emprego formal, pois os impactos são mais severos para os trabalhadores desprotegidos e para os grupos mais vulneráveis (GLOMB, 2020; SOUZA *et al.*, 2021). Com a redução de renda, as famílias passaram a ter dificuldades em manter o essencial à vida, tais como: a alimentação, os serviços de saúde e a moradia. Conforme previsto no relatório publicado pelo UNICEF e pelo Banco Mundial, com dados obtidos em 35 países, dois terços dos domicílios com crianças perderam renda durante a pandemia de Covid-19, apesar de que os domicílios com três ou mais crianças sofreram mais com a perda de renda das famílias (UNICEF, 2022).

No Espírito Santo, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Retrospectiva (Pnad) (IBGE, 2022), o desemprego afetou cerca de 263 mil pessoas no estado, que atingiu a segunda maior média anual em 2020, desde que se iniciou a série histórica no ano de 2012. A taxa de informalidade correspondeu à 710 mil pessoas em 2020. Esses dados corroboram a certeza de que o estado passaria por muitas dificuldades ao enfrentar as consequências da crise, uma vez que a alta taxa de desemprego e informalidade afetariam principalmente as pessoas que já passavam por alguma situação de vulnerabilidade social.

Do total das famílias entrevistadas, nota-se que cerca de 72% são assistidas pelo programa Bolsa Família e 28% não recebem (Tabela 3). O Bolsa Família consiste em um programa de transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil, com o intuito de minimizar e superar a vulnerabilidade no país (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022). Durante a pandemia de Covid-19, o Programa apresentou-se como uma das garantias de subsídios para os grupos mais vulneráveis e em estado de pobreza. No entanto, apesar de ser uma garantia mínima de sobrevivência, seus valores foram insuficientes para assegurar a subsistências de muitas famílias, fato este que já era problema antes da Covid-19, e com a chegada da pandemia se intensificou (COLVERO; CAMORETTO, 2021).

Dados do UNICEF (2021) corroboram com estas informações, pois, segundo o órgão, cerca de 72% das famílias entrevistadas, que receberam o benefício, afirmaram que alguma criança que reside na casa deixou de fazer alguma refeição por falta de dinheiro. Dentro desse contexto, mesmo que mais de 70% das famílias assistidas na ação social recebam o Bolsa Família, a doação das cestas e dos *kits* de prevenção foram de suma importância para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 a curto prazo, além de garantir o mínimo de bem-estar, principalmente, para as crianças e adolescentes.

CONCLUSÃO

Sabe-se que a crise ocasionada pela pandemia de Covid-19 terá consequências a médio e longo prazo. Dessa forma, mesmo com o fim da pandemia, o estado precisa investir em políticas públicas, principalmente na geração de emprego e renda, para que a sociedade consiga se restabelecer e garantir os seus direitos constitucionais.

A comunidade acadêmica, com sua importância no âmbito de ensino, pesquisa e extensão, deve continuar trabalhando em prol da comunidade através da transmissão de conhecimentos.

As ações sociais desenvolvidas pelo projeto intitulado por “Ações de Educação Ambiental em escolas de ensino fundamental e médio da região do Caparaó” atenderam um total de 72 famílias, e proporcionaram o atendimento imediato de 347 pessoas durante a pandemia de Covid-19. O projeto teve um impacto social positivo, por beneficiar grupos sociais em situação de vulnerabilidade e contribuir com a qualidade de vida das famílias participantes do projeto, além de criar um espaço de interação entre universidade e comunidade com geração de conhecimento, divulgação de informação técnica e prestação de auxílio imediato às famílias com filhos em idade escolar.

REFERÊNCIAS

- ARPINI, N. **Pandemia agrava problema da fome nas favelas do ES. 2021.** Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/04/09/pandemia-agrava-problema-da-fome-nas-favelas-do-es.ghtml>. Acesso em: 24 de ago. 2022.
- BRITO, C. L. Covid-19: relação meio ambiente e educação ambiental. **Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí.** Ano 01 - Edição 01 - Jan/Jun 2021.
- CERQUEIRA, E. Conexão Saúde no Enfrentamento da Pandemia de Covid-19. In: MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia** [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p.
- COLVERO, R. B.; CAMORETTO, T. M.; **A gestão do programa bolsa família no município de São Borja no período de pandemia de covid-19.** Revista de Ciências Humanas e Sociais. v.7, n.2, mai-ago 2021. p 18.
- COSTA, S. da. S. The pandemic and the labor market in Brazil. **Brazilian Journal of Public Administration, Rio de Janeiro** 54(4):969-978, July – Aug. 2020.
- CONJO, M. P. F.; JESUS, O. J de.; FUMO, R. I.; CONJO, C. G. D.; SILVEIRA, V. A da. Covid-19 e meio ambiente, educação ambiental como ferramenta alternativa para consciencialização das pessoas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação.** São Paulo, v. 7, n. 6, jun. 2021. DOI: doi.org/10.51891/rease.v7i6.1356.
- DRAIBE, S. M. Por um reforço da proteção à família: contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família brasileira: a base de tudo.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p.109-130.
- ESPÍRITO SANTO. **Decreto nº 4593-r, de 13 de março de 2020.** Disponível em: <https://servidor.es.gov.br/Media/PortalServidor/Documentos/DECRETO%20N%C2%BA%204593-R-2020.pdf>. Acesso em: 25 de ago. de 2022.
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2021. The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cb4474en>

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia.** Portal Fiocruz, Rio de Janeiro. Disponível em: ><https://portal.fiocruz.br/impactos-sociaiseconomicosculturaisepoliticosdapandemia#:~:text=A%20pandemia%20de%20Covid9,na%20hist%C3%B3ria%20recente%20das%20epidemias.>> Acesso em: 24 abr 2022.

FURCERI, D.; LOUNGANI, P.; OSTRY, J. D. **Como as pandemias deixam os pobres mais pobres.** 2020. Disponível em: https://www.imf.org/pt/News/Articles/2020/05/11/blog051120-how-pandemics-leave-the-poor-even-farther-behind?sc_mode=1. Acesso em: 20 abr. 2022.

GPMB - Global Preparedness Monitoring Board. **A word at risk: anual report on global preparedness for health emergencies.** Geneva: World Health Organization, Set. 2019.

Globo Sintonia. **Fotografia do Brasil, dados e indicadores nacionais. 2018.** Disponível em: http://estatico.redeglobo.globo.com/2018/05/14/Fotografia_rev2.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022

GLOMB, M. A vulnerabilidade do trabalho informal: qual a influência da pandemia? **Jornal Jurid.** 2020. Disponível em: <https://www.jornaljurid.com.br/doutrina/trabalhista/a-vulnerabilidade-do-trabalho-informal-qual-a-influencia-da-pandemia>. Acesso em: 28 abr. 2022.



Underground Cats 01 1995, Tom Boechat

Monitoramento de idosos durante a pandemia de coronavírus: Relato de experiência

Monitoring elderly people during the coronavirus pandemic: Experience report

Resumo

Este artigo tem como objetivo relatar a experiência do desenvolvimento de um projeto de acompanhamento de 209 idosos cadastrados na Universidade Aberta à Pessoa Idosa. A proposta foi conduzida por docentes e estudantes do curso de enfermagem da Universidade Federal do Espírito Santo e teve como finalidades o acolhimento, monitorização em saúde e orientações sobre medidas de prevenção da Covid-19. Foram realizadas ligações telefônicas com duração média de 30 minutos, no período de abril a outubro de 2020. Também, foram aplicados 6 formulários que visavam o monitoramento das condições de saúde, rastreamento de vacinação, medidas de prevenção e enfrentamento da situação de isolamento social. Constatou-se inicialmente que 89% referiram estar bem, com relatos relacionados à mudança de rotina, perda das atividades e do convívio social. É importante destacar que houve aumento de 7,7% na utilização de novos medicamentos, principalmente analgésicos. Aproximadamente 90% conheciam as medidas de prevenção e não houve relatos de manifestações clínicas da Covid-19 durante a ação. O projeto possibilitou segurança aos idosos acompanhados e, aos estudantes, experiências para o desenvolvimento dos instrumentos básicos do cuidar em enfermagem, em um movimento intergeracional de troca de saberes, vivência e novos aprendizados, estimulando o ajustamento ao contexto vivido e a atuação como cidadãos e futuros profissionais.

Palavras-chave: idosos; coronavírus; pandemia.

Fabiana Gonring Xavier
Karla de Melo Batista
Carolina M Martins Sales
Rafael Soares Nogueira
Luiza Albina Ribeiro

gonring@hotmail.com
karla.batista@ufes.br
carolina.sales@outlook.com
rafaelnogueira271112@gmail.com
luizaalbino1@gmail.com

Abstract

This article aims to report the experience of developing a monitoring project of 209 elderly enrolled in the Open University to the elderly. The proposal was conducted by teachers and students of the nursing course of the Federal University of Espírito Santo and aimed at welcoming, health monitoring and guidance on measures to prevent Covid-19. Telephone calls were made with an average duration of 30 minutes, from April to October 2020. Also, 6 forms were applied that aimed at monitoring health conditions, vaccination screening, prevention measures and coping with the situation of social isolation. It was initially found that 89% reported being well, with reports related to routine change, loss of activities and social interaction. It is important to highlight that there was an increase of 7.7% in the use of new drugs, especially analgesics. Approximately 90% knew about the prevention measures and there were no reports of clinical manifestations of Covid-19 during the action. The project allowed security to the elderly accompanied and, to students, experiences for the development of the basic instruments of nursing care, in an intergenerational movement of exchange of knowledge, experience and new learning, context and acting as citizens and future professionals.

Keywords: elderly; coronavirus; pandemic.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é considerado o fenômeno demográfico mais relevante das últimas décadas (KLINENBERG, 2016). As recomendações de isolamento social, que foram necessárias pela situação pandêmica decretada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde, trouxeram à tona a importância dos impactos psicológicos das medidas de distanciamento social e da solidão que muitas pessoas experimentaram, e ainda estão experimentando, devido ao luto, diminuição de renda, ausência dos entes. Na vida cotidiana de muitos idosos, esse sentimento já era comum, entretanto, silenciado pela sociedade (AZEREDO; AFONSO, 2016).

As formas mais expressivas de viver e conviver entre os idosos se dá através dos centros de convivência, das comunidades religiosas, das reuniões de família e de outros ambientes que propiciam o contato presencial. Porém, as medidas adotadas de forma preventiva, tiveram como objetivo a proteção da população idosa, já que o perfil de saúde desta parcela populacional a torna de alto risco à gravidade da Covid-19, devido a alta prevalência de doenças crônicas (REZENDE *et al.*, 2020; ROMERO *et al.*, 2021).

Destaca-se, que apesar de toda revolução tecnológica, há ainda dificuldades de pessoas idosas acompanharem todos os novos meios de comunicação. Muitos não têm acesso às redes sociais, são menos familiarizados com a internet e aplicativos. Já para os que possuem maiores possibilidades de estarem conectados, foi demonstrado que, em adultos de meia-idade e idosos residentes nos Estados Unidos, a maior exposição às informações do Covid-19 na mídia entre julho e agosto de 2020 esteve associada a maior risco percebido de contrair Covid-19 e gravidade percebida da pandemia (independentemente do sexo), bem como maior ansiedade relacionada ao Covid-19 em homens (CURTIS *et al.*, 2021).

A partir destas reflexões, face à nova realidade imposta de isolamento social preventivo, em meio a uma avalanche de informações inespecíficas e contraditórias – situações que para os idosos podem ser fatores predisponentes para dependência e fragilidade –, e considerando as estratégias desenvolvidas pela Universidade Federal do Espírito Santo durante o período pandêmico, acolher os idosos cadastrados na Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UNAPI) em um momento de incertezas foi a propositiva inicial para compreender e mitigar os efeitos ainda incertos da Pandemia de Covid-19, iniciada em março de 2020.

A Universidade Aberta à Pessoa Idosa da UFES é um programa de extensão e faz parte do Núcleo de Estudos sobre o Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa da UFES (NEEAPI). Suas atividades iniciaram há 26 anos e tem o objetivo de, por meio da educação, contribuir para o fortalecimento da cidadania do idoso, como sujeito de direitos, inserido em um contexto político, econômico e sociocultural (GOMES; OLIVEIRA, 2015).

Enquanto moderadoras de um dos módulos cadastrados como projeto de Extensão da UNAPI, três docentes do curso de Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde lançaram a propositiva de acolher todos os idosos por intermédio de ligações telefônicas. Apesar de ouvirmos e falarmos o tempo todo que eles (os idosos) são os mais vulneráveis, muito pouco “era/estava” dito em relação a forma de abordá-los, como apoiá-los, ou como cuidar de modo integral e equânime neste momento pandêmico.

Este trabalho teve como objetivo relatar a experiência do desenvolvimento de um projeto de acompanhamento de 209 idosos cadastrados na Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UNAPI), o que proporcionou, além do conhecimento, a compreensão de como os idosos conviveram frente a pandemia do Covid-19. Destaca-se que os relatos de experiência apresentam as medidas adotadas para lidar com uma determinada situação e seus desdobramentos. Aos estudantes, foi possível aprofundar os conhecimentos relacionados aos instrumentos do cuidar, entre eles: acolher, monitorar sinais e sintomas da Covid-19, realizar educação em saúde (promoção de saúde) e prevenção de agravos, em todos os aspectos, inclusive os de saúde mental, e retirar dúvidas sobre as medidas de prevenção específicas da Covid-19.

MÉTODO

Tipo de Estudo

Estudo de natureza qualitativa do tipo Relato de Experiência (RE).

De acordo com Daltro e Faria (2019), o RE deve ser vislumbrado em perspectiva epistemológica, expandida a partir das singularidades, sendo, conseqüentemente, um importante produto científico na contemporaneidade. Através do RE é possível uma construção teórico-prática que se propõe ao refinamento de saberes sobre a experiência em si, a partir do olhar do sujeito-pesquisador em um determinado contexto cultural e histórico. Sem a pretensão de se constituir como uma obra-fechada ou conjuradora de verdades, desdobra-se na busca de saberes inovadores.

Público Interno e Externo

Docentes e discentes do Curso de Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo e, como público externo, os idosos cadastrados na UNAPI.

Etapas de Desenvolvimento

Após os trâmites necessários para oficialização do projeto de extensão na UFES, como o cadastramento e autorização na Pró-Reitoria de Extensão (PRO-EX), aprovação no Departamento de Enfermagem, autorização da Coordenação da UNAPI com disponibilização dos telefones dos participantes, deu-se início a fase de preparação. O processo iniciou-se com o planilhamento dos telefones cadastrados, organização de número identificador (ID) para cada idoso, cadastramento e treinamento de estudantes voluntários do curso de Enfermagem.

Inicialmente, dez estudantes do curso de Enfermagem foram selecionados e receberam treinamento sobre formas de acolhimento, monitorização em saúde e orientações sobre formas de contaminação e medidas de prevenção da Covid-19. Após a fase de preparação foram desenvolvidas mais seis fases, realizadas a distância, através de ligações telefônicas, que serão discriminadas a seguir.

A primeira fase constou da apresentação dos voluntários e aplicação do primeiro formulário, que aconteceu no período de 07 a 17 de abril de 2020. O formulário inicial de monitoramento continha perguntas gerais relacionadas ao estado de saúde, vacinação contra a gripe, formas de prevenção contra o coro-

navírus, levantamento sobre dúvidas, principais demandas, além dos meios de comunicação mais utilizados pelos idosos e com quem estavam permanecendo durante a quarentena.

A segunda fase do projeto aconteceu de 20 de abril a 15 de maio do mesmo, e constou de ligações semanais para preenchimento do segundo formulário. Vale ressaltar que neste momento, além de confirmações de dados anteriores (realizados na primeira fase) e busca ativa de sintomas da Covid-19, levantou-se itens relacionados às doenças de base, utilização de medicamentos, utilização de medicamentos após início da pandemia, assim como novos tratamentos de saúde.

Buscou-se conhecer um pouco mais sobre rotinas e atividades realizadas durante a pandemia, formas de prevenção contra o coronavírus adotadas, e também questões relacionadas à espiritualidade, religião, sentimentos e emoções diante das mudanças. Por fim, foi solicitado que os idosos deixassem uma mensagem de otimismo para que os voluntários pudessem transmitir em sua próxima ligação.

Houve nesta segunda etapa, a preocupação em registrar as ligações que foram atendidas dos telefones da listagem inicial (209). Tirando os números repetidos, os que não chamavam, e que estavam fora de cobertura desde a fase 1, fez-se a exclusão de 12 números. Havendo então 197 participantes neste segundo momento.

Destaca-se que houve a necessidade de ampliação do tempo para que a maioria das pessoas (idosos) pudessem ser contactadas. Houve também limitações dos voluntários em relação ao preenchimento do formulário, como problemas em computadores, *tablets*, telefones, além das alterações nas rotinas familiares, de estudo, manutenção de campos de estágio, entre outros.

Após a finalização da segunda fase do projeto, iniciou-se a etapa 3 que ocorreu de 18 a 29 de maio e a etapa 4 de 01 de junho a 31 de julho. Já em um formato de acompanhamento para as manifestações clínicas da Covid-19, assim como para manutenção do vínculo e de um ambiente para escuta ativa. O formulário elaborado para a etapa 3, também foi utilizado na etapa 4.

Na fase 4, além dos telefonemas que se mantiveram, uma nova forma de contato foi associada ao processo, além das ligações telefônicas, houve a criação de grupos de *WhatsApp* para divulgação de material educativo relacionados a formas de prevenção contra a Covid-19, estresse, nutrição e outros temas de interesse dos participantes.

As orientações, o vínculo e a escuta se mantiveram pelos grupos que foram criados com a permissão dos idosos, em levantamento realizado na fase 3 e de forma individual, as ligações acontecem a cada 10 dias, aproximadamente. A fase 4 encerrou-se em 31 de julho com o fechamento do formulário.

Em agosto, foi realizada nova chamada de discentes para participação voluntária e nove estudantes iniciaram sua participação na ação. Houve a saída de voluntários que participaram no primeiro semestre por diversos motivos, entre eles: retorno dos estágios, aulas e desistências por motivos pessoais. Neste mesmo mês, houve novo treinamento considerando a experiência anterior e para o nivelamento dos novos integrantes. Para o segundo semestre, houve a implantação do relatório para preenchimento dos discentes.

Durante os meses de setembro e outubro foram aplicados os formulários 4, 5 e 6, finalizando neste sentido as etapas 5 e 6.

Análise do Monitoramento dos idosos

A análise do monitoramento dos idosos era diário de acordo com as demandas que surgiam a cada ligação. A cada 7 dias os formulários preenchidos pelos estudantes e professores eram analisados, para formulação de estratégias, abordagens das semanas seguintes e elaboração dos novos formulários. Os dados gerados forneciam os parâmetros das condições de saúde física e mental dos idosos.

Algumas estratégias foram utilizadas ao longo do projeto, de acordo com as demandas. Em casos de manifestações gripais, as ligações eram repetidas em intervalos menores que 7 dias, e os telefones à disposição nas 24 horas para atendimento por ligação ou *WhatsApp*. Também foram realizadas orientações sobre manifestações respiratórias, perda de olfato ou paladar. O contato com os familiares de idosos (filhos/netos), também aconteceu em algumas situações. A busca de atendimento aos serviços de saúde foi orientada em caso de agravamento de manifestações respiratórias. Ressalta-se que durante o desenvolvimento do projeto não houve nenhum caso de COVID-19 declarado pelos idosos participantes.

Avaliação dos estudantes

Ao final de cada fase, realizou-se reuniões com os estudantes e docentes para atualização dos assuntos e demandas que surgiam durante as ligações. Durante todo o período do projeto, um grupo de *WhatsApp* foi criado para que estudantes e professores mantivessem contato diário. Também foi inserido no segundo semestre de 2020 um relatório de atividades que deveriam ser enviados a cada 10 dias.

RESULTADOS E RELATOS

Os contatos telefônicos foram iniciados em 07 de abril de 2020 e em 07 de outubro de 2020 foram encerrados. Por meio de ligações telefônicas, os voluntários realizaram o preenchimento de formulários com perguntas-chaves sobre condições de saúde física e mental a fim de monitorar riscos relacionados à Covid-19.

Na fase 1, houve variações em relação ao número de respostas, visto que também foram preenchidos como NA (Não Avaliados) os IDs dos participantes que não atenderam as ligações. Também foi identificado, nesta fase, números de telefone que não atendiam ou que encaminhava direto para a caixa postal, números de telefones duplicados (de filhos e de familiares), telefones de outros estados e também de idosos que atendiam ao telefone, e referiam que o voluntário havia ligado para o telefone errado.

É importante deixar registrado que algumas ligações realizadas foram recusadas, pois o telefone (pessoal) de cada voluntário, era desconhecido para os participantes. Neste sentido, a equipe da ação de monitoramento solicitou o reforço para esclarecimento via redes sociais para coordenação da UNAPI e via site da UFES.

Os dados provenientes dos formulários serão descritos de forma generalizada, resumida e narrativa, já que o objetivo de monitoramento era acolher para colaborar no atendimento de possíveis demandas e para educação em saúde, não sendo o foco com fins de pesquisa para a circunstância vivenciada.

Em relação às respostas sobre o estado de saúde, constatou-se que 89% dos respondentes referiram estar bem. Houve relatos relacionados ao incômodo em relação a mudança de rotina, perda das atividades que realizavam antes, e queixas

sobre manifestações como choro constante, tristeza, ansiedade e depressão. 62,7% já haviam tomado a vacina contra a gripe, e dentre os que não tomaram os motivos foram: não acreditar em vacinas, fazer tratamento homeopático, dificuldades para o agendamento *on-line* e reações adversas em vacinação anterior.

Noventa e um por cento (91%) dos idosos contactados não apresentaram dúvidas sobre a prevenção contra o coronavírus, e disseram que existem muitas informações (o tempo todo) pela televisão e outros meios de comunicação. As dúvidas que surgiram estavam relacionadas ao agendamento de consultas e vacinas, outras demandas que já existiam antes do isolamento, como tratamento de doenças, dores no joelho, artrose, entre outras.

Sobre os meios de comunicação que os idosos mais utilizavam observou-se que há predomínio do *WhatsApp* e ligação telefônica, seguidos de Instagram, e-mail e *Facebook*.

Na questão “com quem está permanecendo nesta quarentena?”, 34 idosos responderam que moram sozinhos e permanecem nesta situação durante a pandemia. Os outros residem com familiares, como (esposos/esposas), filhos, e outros parentes, e existem os que tomam conta de pais idosos.

Das 197 respostas obtidas na segunda fase, constata-se que 62,9% (124) dos idosos atenderam ao telefonema e 37,1% (73) não atenderam.

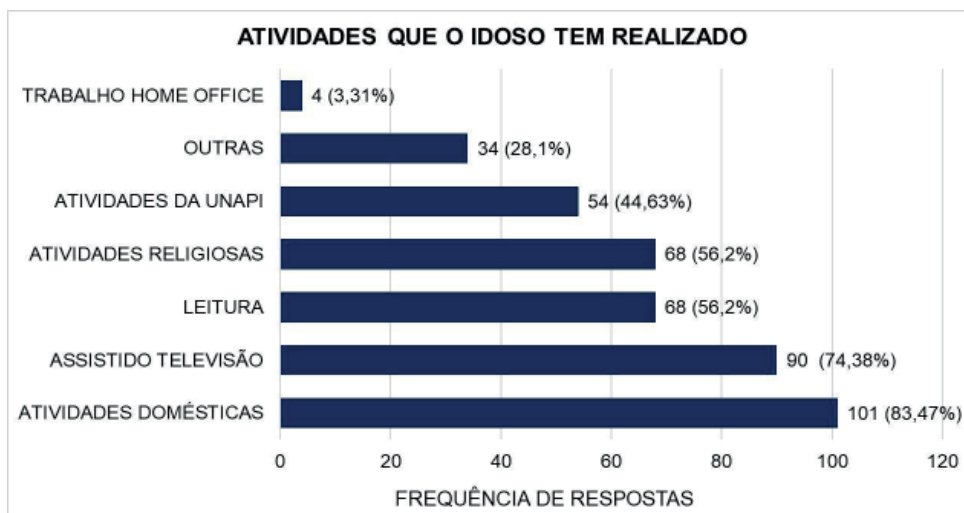
Sobre o estado de saúde física, os idosos relataram permanecer bem, desde o último contato, e 93,1% estão assintomáticos para manifestações da Covid-19, sendo que 4% apresentaram a queixa de dor de cabeça e o restante com outras manifestações, como: espirros, tosse e dor de garganta. Porém, todos que apresentaram sintomas estavam isolados, sem possibilidade de nexo causal para a doença com associação de manifestações. Nenhum participante relatou anosmia. Observou-se que houve somente 19,5% dos participantes que continuavam sem tomar a vacina da gripe e que 87,1% dos que atenderam já estavam vacinados.

Sobre as doenças de base, destaca-se a hipertensão, diabetes, problemas cardíacos, artrose, artrite, problemas de coluna e depressão. Há a utilização de mais de 2 medicamentos por dia (anterior a pandemia) e 7,7% iniciaram novos medicamentos após o período de isolamento, principalmente analgésicos.

Quando questionados sobre as atividades que têm desenvolvido, houve 119 respostas e 4 formulários não foram preenchidos, conforme gráfico 1. Vale ressaltar que o resultado é maior que 100%, pois havia a possibilidade de marcar mais de uma atividade

Gráfico 1 – Atividades realizadas durante a pandemia que foram registradas pelos idosos na segunda fase da ação de monitoramento de saúde, Vitória/ES 2022.

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.

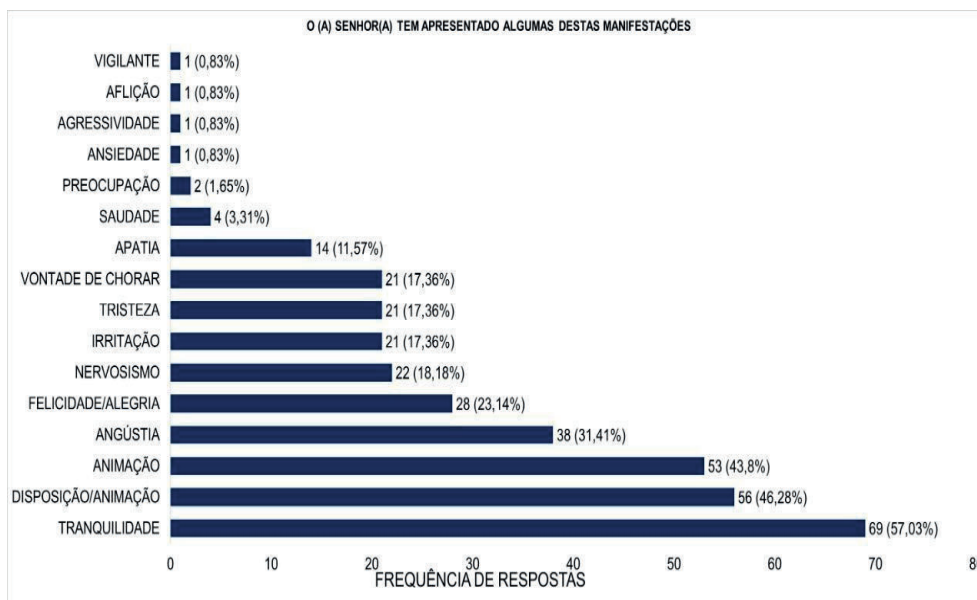


Também foi possível respostas livres, na forma de perguntas abertas, para que pudessem expressar sobre suas rotinas. Muitos informaram que estavam costurando, fazendo atividades manuais (tricô, crochê, trabalhos com plantas), pintura, jogando baralho, lendo sobre assuntos diversos, ouvindo música, além das atividades físicas em domicílio pelo grupo quarentena da UNAPI. Infelizmente, foi possível constatar que alguns insistiram em realizar caminhadas em seus bairros, no calçadão e também nas pracinhas próximas às suas residências.

Sobre a prevenção contra o coronavírus, pode-se constatar que há informação sobre as formas de prevenção e os idosos estão seguindo as recomendações, o que pode ser comprovado através das respostas no gráfico 2 e também das respostas da pergunta aberta.

Gráfico 2 – Formas de Prevenção contra o coronavírus utilizadas e registradas pelos idosos durante a segunda fase na ação de monitoramento de saúde, durante a pandemia da Covid-19. Vitória/ES 2022.

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.



Ao discutirmos o campo dos sentimentos e emoções, verificou-se variação de manifestações como pode ser constatado no gráfico 3, e que também esteve presente nas perguntas abertas.

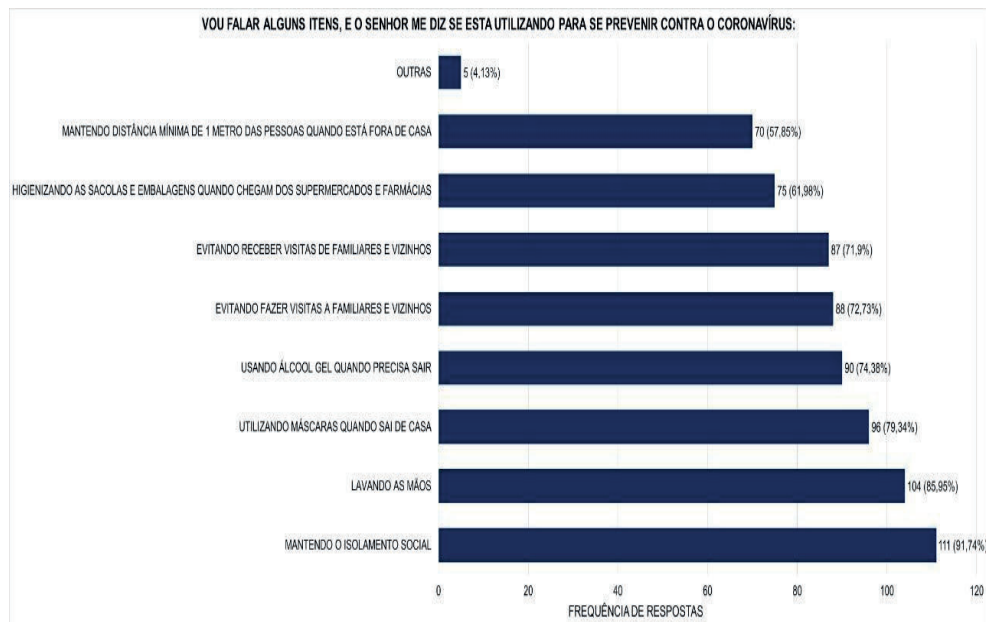


Gráfico 3 – Manifestações que foram registradas pelos idosos durante a segunda fase na ação de monitoramento de saúde durante a pandemia da COVID-10. Vitória/ES 2022.

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.

Nos aspectos relacionados à religião e a espiritualidade, 66,7% declaram que são Católicos, seguido de outras denominações, como: Espírita Kardecista, Protestante e Umbanda. Uma pessoa se declarou agnóstica, sendo que 99,9% acreditam em um ser divino.

No tocante à mensagem para ser transmitida ao próximo idoso, foi possível registrar mensagens de otimismo, carinho, paciência, cooperação, fé, persistência, resiliência, a saber:

“a gente tem que se cuidar e seguir as orientações e apesar de sentir muita falta do convívio social é importante ter esperança e fé de que vai sair uma vacina, um remédio. Também é pra gente rever a nossa vida pra ver o que precisa mudar quando a gente voltar porque nada mais vai ser igual ao que era.” (informação verbal)

“Há males que vem para o bem e às vezes a covid veio para fazer a gente refletir sobre nós.” (informação verbal)

“Que possamos trabalhar nossa mente para aceitação, que fiquemos em paz e saibamos passar por essa situação da melhor forma possível.” (informação verbal)

Nas fases 3 e 4 quando questionados sobre manifestações sobre a Covid-19, 94,3% mostraram-se assintomáticos e declararam estar bem, e 5,7% apresentam

sinais de dor de cabeça, coriza e dores de garganta, porém com testes negativos. Nesta fase, as orientações aconteceram no âmbito da utilização de medicamentos, automedicação, prevenção de quedas, meditação guiada, reeducação alimentar, inteligência emocional, questões de convivência familiar e religiosidade. Além disso, todas as orientações foram relacionadas a prevenção contra a contaminação pelo coronavírus.

Quando comparada a primeira com a segunda etapa, percebeu-se a diminuição do número de ligações atendidas pelos idosos, ou seja, a população monitorada estava deixando de atender aos telefonemas, essa redução foi de aproximadamente 12%.

Durante as fases finais, que aconteceram nos meses de setembro e outubro, foram aplicados os formulários 4, 5 e 6. Assim, foi possível constatar que os idosos se mantiveram ativos em seus domicílios, e não apresentaram sintomas da Covid-19. Em relação a aplicação da Escala Geriátrica de Depressão, oito apresentaram possível quadro de depressão e foram encaminhados para diagnóstico diferencial, com os especialistas que já os acompanhava antes da pandemia, além do acompanhamento (aumento do número de ligações) pelos estudantes e professores.

Ao final de cada etapa, os idosos referiram se sentir acolhidos e demonstravam satisfação ao conversar com os estudantes e docentes. Alguns telefonemas ultrapassavam 50 minutos, já que para o idoso era um momento para uma escuta ativa e acolhedora.

DISCUSSÃO

O relato apresentado, fortalece a articulação da extensão-assistência-ensino-pesquisa e viabiliza o potencial transformador da universidade na sociedade. Ressalta-se ainda, a contribuição na formação do graduando, na atuação em situações diversas e adversas durante seu processo de formação.

Participar voluntariamente de um projeto, disponibilizar tempo para ouvir, orientar e colocar-se à disposição em um momento delicado e incerto foi extremamente positivo para o público alvo interno (estudantes e docentes), e externo (idosos da UNAPI). No projeto, foi possível a manutenção da interlocução com a sociedade, principalmente com as pessoas idosas, além da possibilidade de aquisição de novos e diferentes saberes, num patamar intergeracional.

Consoante a teoria das necessidades humanas básicas de Wanda Horta (1979), o objeto da enfermagem é o cuidado. Nesta ação, estudantes e professores aproximaram-se deste objeto profissional de uma forma diferente da convencional (presença física), já que o contato foi realizado por ligações telefônicas. Os principais instrumentos básicos do cuidar aplicados no monitoramento foram a comunicação terapêutica (escuta ativa) e a interação (criação de vínculo). O enfoque principal foi o bem estar e a qualidade de vida, considerando os níveis físico, psicológico, nível de independência, segurança, ambiente e religiosidade, e ainda, a complexidade e multidimensionalidade do ser humano.

Quem escuta compassivamente diminui o peso daqueles que falam de suas angústias, dores e temores. Aqueles que têm com quem falar, contam suas histórias e estórias, desabafam e sentem alívio diante da empatia do ouvinte, isso também é comunicar-se; é usar a comunicação como instrumento terapêutico. O encontro

com o outro se deu mesmo à distância, o cuidado aconteceu em seu sentido mais amplo. Boff (2012) descreve o cuidado como desvelo, solicitude, atenção, diligência e zelo, mostrando que o outro tem importância e a sua realidade importa.

Ao trabalhar o acolhimento, o vínculo afetivo, a atenção, estabelece-se pontos chave para uma reciprocidade entre a pessoa que presta o cuidado e o ser (indivíduo ou coletividade) que necessita de cuidado, valorizando a saúde pela visão da pessoa idosa atendida.

No projeto, foi possível realizar o cuidado, pautado em um compromisso com as singularidades e pluralidades do ser que o recebeu, levando em consideração todo o contexto histórico-social em que ele estava inserido, ou seja, o cuidar para além do restabelecer o físico, considerando o emocional e as habilidades pessoais de cada pessoa. A criatividade, como ferramenta de interação para estimular o crescimento individual e coletivo, foi posta em prática a todo momento, visto que, a cada ligação, uma nova demanda, um novo momento e novos aprendizados estimularam o ajustamento ao contexto vivenciado.

Compartilhar medos, angústias, expectativas, desejos e esperanças, formaram a base de um vínculo positivo de amizades que ainda se mantém através de ligações, mesmo após o término do projeto. As avaliações dos idosos foram positivas e demonstram a necessidade de novas abordagens que considerem e valorizem as tecnologias leves, também chamadas de tecnologia das relações para fortalecimento do cuidado em todos os níveis de atenção à saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto apresentado trouxe benefícios relacionados ao cumprimento da função da extensão universitária. Além de atender ao público externo em um momento de extrema crise em saúde, e neste caso em específico uma população vulnerável, diante das incertezas que se tinha sobre uma nova doença. Também, possibilitou aos estudantes voluntários obter experiências, em um movimento intergeracional de troca de saberes e vivências.

Os discentes foram essenciais neste processo, colocaram em prática os instrumentos básicos da enfermagem e possibilitaram nesta via de mão dupla levar conhecimento e assistência à população idosa, e também aprenderam com o saber dos atores que estavam do outro lado da linha.

Durante o processo, alguns idosos e estudantes se desligaram do projeto, pois não desejaram mais receber/fazer as ligações, por situações novas, diversas e inesperadas que fugiram ao controle naquele momento de vulnerabilidade mundial e pessoal. A vulnerabilidade pessoal pode se manifestar pelos sentimentos de tédio, pressa, solidão, frustração, ansiedade, depressão, raiva, entre outros, que precisaram ser considerados, entendidos e transformados.

As principais dificuldades na realização do projeto, a princípio, foi a utilização dos telefones pessoais na realização das ligações, o que ocasionou o desligamento de alguns estudantes. Considerando que os números eram desconhecidos para os idosos, foram necessárias muitas ligações para efetivação dos contatos. O processo de deslocamento de idosos para o interior também dificultaram as ligações, já que em muitos lugares os celulares permaneciam “fora de área”, o que gerou preocupação no grupo em alguns momentos.

Em relação aos discentes, houve a necessidade de revisar a maneira em que as notícias eram passadas a essa população, com atualização em diversos assuntos para atendimento às demandas que surgiram, além de manter-se atualizado para os desafios de uma nova doença. Dessa maneira, a escuta ativa firmou o vínculo, permitindo troca de saberes, com monitoramento em saúde de forma segura e acolhedora.

No projeto, além da preocupação com as manifestações clínicas da Covid-19, a manifestação dos sentimentos (bons e ruins) também foi considerada durante todas as etapas, e foi possível perceber que, apesar “deles” existirem dos dois lados, o que permaneceu foi o movimento de colaboração e humanidade, em uma relação permanente de solidariedade, empatia e troca. Pode-se afirmar que os objetivos propostos pelo projeto de extensão foram alcançados, visto que houve aproximação com a população idosa capixaba cadastrada na UNAPI, no que engloba a compreensão do cenário pandêmico.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, Zaida de Aguiar Sá; AFONSO, Maria Alcina Neto. Solidão na perspectiva do idoso. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia** [online]. 2016, v. 19, n. 02, pp. 313-324. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-98232016019.150085>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BOFF, Leonardo. **O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ética e na espiritualidade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CURTIS, Ashley F. et al. Impact of Sex on COVID-19 Media Exposure, Anxiety, Perceived Risk, and Severity in Middle-Aged and Older Adults. **Journal Of Aging And Health**, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 51-59, 11 jun. 2021. SAGE Publications. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/089826432111025383>. Acesso em: 03 mar. 2022.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia** [online]. 2019, v. 19(1), p. 223-237. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451859860013>. Acesso em: 07 out. 2022.

GOMES, Maria das Graças Cunha; OLIVEIRA, Cenira Andrade de. Núcleo de Estudos sobre Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa (NEEAPI). **Revista Guará** Publicação. Ano III - nº 4 - Outubro de 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/paolap,+13781-37028-1-CE.pdf>. Acesso em: 07 out. 2022.

HORTA, Wanda Aguiar. **Processo de Enfermagem**. 1979, 6º ed. São Paulo: EPU/EDUSP.

KLINENBERG, Eric. Social Isolation, Loneliness, and Living Alone: Identifying the Risks for Public Health. **American journal of public health**, v. 106,5 (2016): p. 786-7. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4985072/>. Acesso em: 12 maio 2022.

REZENDE, Leandro F. M. et al. Adults at high-risk of severe coronavirus disease-2019 (Covid-19) in Brazil. **Revista de Saúde Pública** [online]. 2020, v. 54, 50. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002596>. Acesso em: 14 mar. 2022.

ROMERO, Dalia Elena et al. Idosos no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil: efeitos nas condições de saúde, renda e trabalho. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2021, v. 37, n. 3, e00216620. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00216620>. Acesso em: 05 maio 2022.



Underground Cats 02 1995, Tom Boechat

Pré-Natal de alto risco: Evidências para uma abordagem diferenciada entre gestantes adultas e adolescentes

High-risk prenatal care: Evidence for a differentiated approach between adult and adolescent pregnant

Resumo

A gestação é um processo natural do ciclo de vida da mulher e possui representações de modo coletivo e familiar. Contudo, diversas circunstâncias patológicas e epidemiológicas de forma isolada ou associada conferem maior risco de desfechos negativos. Objetivou-se caracterizar o estado nutricional e os fatores de risco gestacionais presentes em gestantes adultas e adolescentes assistidas em um hospital universitário. Trata-se de um estudo descritivo, quantitativo de corte transversal, desenvolvido com gestantes adultas e adolescentes atendidas em pré-natal de alto risco. Avaliou-se o estado nutricional, a caracterização do perfil socioeconômico e os fatores de risco gestacionais. Aplicou-se teste estatístico teste qui-quadrado (X^2) e o teste exato de Fisher. Considerou-se significativo o valor de $p \leq 0,05$ para todas as análises. A amostra apresentou diferença estatística para: escolaridade, situação conjugal e possuir ocupação profissional, motivo de encaminhamento, estado nutricional pré-gravídico e gravídico, esforço físico excessivo, carga horária de trabalho excessiva, exposição a agentes biológicos, químicos e físicos e estresse. Apesar de serem tratadas de igual modo em serviços e protocolos de saúde brasileiro, gestantes adultas e adolescentes encaminhadas para o atendimento de alto risco apresentam disparidades quanto às manifestações de risco.

Palavras-chave: gestação de alto risco; estado nutricional; intercorrências gestacionais; gestantes adultas; gestantes adolescentes.

Diésse do Nascimento
Norete Reis
Hully Cantão dos Santos
Ludmila Souza Traspadini
Lauriete Carlos da Silva
Fernanda Amorim
Venâncio
Míriam Carmo Rodrigues
Barbosa

dnnorete@gmail.com
hullycantao@outlook.com
ludmilatraspadini@hotmail.com
silva.lauriete@gmail.com
fernandaavenancio@yahoo.
com.br
miriamcr5@gmail.com

Abstract

Gestation is a natural process of the woman's life cycle and has representations in a collective and family way. However, a number of pathological and epidemiological conditions in isolation or associated form confer a greater risk of negative outcomes. It was aimed to characterize the nutritional status and gestational risk factors present in adult pregnant women and adolescents assisted in a university hospital. This is a descriptive, quantitative cross-sectional study developed with pregnant women and adolescents attending high-risk prenatal care. The nutritional status, the socioeconomic profile characterization and the gestational risk factors were evaluated. The chi-square test (χ^2) and Fisher's exact test were applied. The value of $p \leq 0.05$ was considered significant for all analyzes. The sample presented a statistical difference for: schooling, marital status and professional occupation, routing reason, pre-gravid nutritional status and gravid, excessive physical exertion, excessive working hours, exposure to biological, chemical and physical agents and stress. Although these are treated equally in Brazilian health services and protocols, adult and adolescent pregnant women referred to high-risk care present disparities in risk manifestations.

Keywords: high-risk pregnancy; nutritional status; gestational intercurrents; pregnant women; pregnant adolescents.

INTRODUÇÃO

A gestação é um processo natural do ciclo de vida da mulher, apesar de ser individual possui representações de modo coletivo e familiar, contendo caráter subjetivo de interação com os núcleos sociais aos quais as mulheres estão inseridas. Desta forma a gestação confere transformações fisiológicas, além de mudanças psicológicas e socioculturais (MARTINS *et al.*, 2012). São diversas as circunstâncias que influenciam o transcurso da gestação como: cardiopatias, diabetes gestacional, obesidade, idade, paridade, estado nutricional, consumo de álcool, tabagismo, insegurança familiar, entre outras. Assim, cabe ressaltar que a manifestação desses componentes patológicos e epidemiológicos de forma isolada ou associada confere maior risco de desfechos negativos à gestação (AZEVEDO; BRITO, 2012).

Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2010 demonstraram que a maioria das causas de mortalidade materna são evitáveis (IOM, 2009). Portanto, torna-se necessário um adequado pré-natal com intervenção, prevenção, controle e mudanças de acordo com o surgimento de fatores de risco de gestacionais, que conferem risco de morte materna ou do concepto (WHO, 2012).

Os protocolos de saúde no Brasil classificam diversos fatores ligados às características pré-gestacionais e gestacionais que são causadores de risco gestacional. Desta forma, os fatores de risco avaliados são: características individuais e condições sociodemográficas desfavoráveis; histórico reprodutivo pregresso; condições clínicas preexistentes; exposição indevida ou acidental a fatores teratogênicos; doenças obstétricas na gravidez atual e intercorrências clínicas (BRASIL, 2012).

O estado nutricional materno pré-gestacional e gestacional destaca-se de modo significativo como risco gestacional, pois está associado com a obesidade, as cardiopatias, o diabetes gestacional, a eclâmpsia, a anemia, o risco cirúrgico, a prematuridade, a macrosomia, o baixo peso ao nascer e as infecções (SILVA *et al.*, 2014).

Aponta-se como outro fator de risco relevante a manifestação da tríade do consumo de álcool, tabagismo e violência, que elevam o estresse gestacional podendo resultar em depressão, aborto, deslocamento placentário, atraso no desenvolvimento psicomotor, microcefalia, disfunções fisiológicas, deficiências nutricionais e baixo peso e/ou estatura ao nascer (SILVA *et al.*, 2011).

Segundo Lansky (LANSKY *et al.*, 2014), a gravidez na adolescência, no Brasil, tem sido considerada um problema de saúde pública devido à proporção de óbitos fetais. As gestantes adolescentes apresentam particularidades como: vulnerabilidade socioeconômica e financeira, consumo alimentar inadequado, baixa escolaridade, exposição ao fumo e pré-natal inadequado. Portanto faz-se necessária a atenção em saúde diferenciada para as gestantes adolescentes e adultas (MARTÍNEZ *et al.*, 2015; OLIBONI; ALVARENGA, 2015; MELO *et al.*, 2011).

O presente estudo objetivou caracterizar o estado nutricional materno e os fatores de risco gestacional presentes em gestantes adolescentes e adultas assistidas em um hospital universitário.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, quantitativo de corte transversal, derivado de um projeto de extensão intitulado “Atenção Nutricional na Gestaçã o e Puerpério - ANA-GESP” (SIEX 401386) e de um estudo intitulado “Nutriçã o na Gestaçã o de Alto Risco – NUTRIGERAR”, que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (CAAE 45328215.4.0000.5060) e financiado pelo Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) da UFES. Os dados foram coletados em um ambulatório de ginecologia/obstetrícia e maternidade de um hospital de ensino universitário do município de Vitória – ES.

A amostra não probabilística de conveniência, com posto de 135 gestantes, atendidas no serviço de pré-natal de alto risco no referido ambulatório no período de abril de 2016 a maio de 2017. Adotou-se como critério de inclusão estar gestante, haver recebido diagnóstico de gestaçã o de alto risco e ser encaminhada para o pré-natal de alto risco ou estar internada na maternidade durante a gestaçã o. Foram excluídas gestantes que não apresentaram dados para a classificaçã o do estado nutricional pré-gestacional e gestacional.

O hospital universitário em que se realizou a pesquisa é referência no município de Vitória – ES para o atendimento de gestantes de alto risco, sendo esse o público alvo, cujo motivo para o encaminhamento se encontra de acordo com o manual técnico Gestaçã o de Alto risco, proposto pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2012).

Participaram da pesquisa as gestantes que após apresentaçã o dos objetivos concordaram em assinar o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), para adolescentes entre 10 e 17 anos, sendo assinado pelo responsável o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Já as gestantes adultas, com idade acima de 18 anos participaram da pesquisa após assinatura do TCLE.

A avaliaçã o contou com o estado nutricional, perfil socioeconômico e os fatores de risco gestacional, através de entrevista, utilizando-se questionário semiestruturado segundo proposto pelo manual técnico do Ministério da Saúde Gestaçã o de Alto Risco (WHO, 2012). Utilizaram-se dados secundários dos prontuários das participantes a fim de facilitar a coleta de dados, reduzindo-se o tempo de entrevista, pois essas informaçã oes foram coletadas por profissionais habilitados do hospital e ambulatório.

Foram utilizadas: idade, peso pré-gestacional, peso atual e estatura, para determinaçã o do estado nutricional pré-gravídico e gravídico. O Índice de Massa Corporal (IMC) pré-gestacional foi classificado em baixo peso (< 18,5 Kg/m²), peso adequado (> 18,5 Kg/m² e < 24,9Kg/m²) e excesso de peso (≥ 25,0 Kg/m²) de acordo com a recomendaçã o do *Institute os Medicine* (ATALAH, 2004).

A classificaçã o do IMC gestacional (referente ao coletado no dia da entrevista) seguiu o método proposto por Atalah (ABEP, 2008) e preconizado pelo Manual de Orientaçã oes Básicas da Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN (ATALAH, 2004). Utilizou-se o mesmo critério de classificaçã o para gestantes adultas e adolescentes, pois os protocolos de saúde brasileira, não dispõem de classificaçã o diferenciada para gestantes adultas e adolescentes.

A condiçã o socioeconômica foi avaliada de acordo com o questionário semiestruturado a luz do Critério de Classificaçã o Econômica Brasil – CCEB, que fornece dados pessoais e caracteriza a amostra em termos socioeconômicos, compreendendo A, B, C e D-E (MOTTA, 2006).

Na entrevista investigaram-se os aspectos sociodemográficos como: idade, situação conjugal, raça/cor, escolaridade, ocupação profissional e recebimento de auxílio financeiro.

Verificaram-se os fatores de risco gestacional por meio da investigação de fatores de risco relacionados aos resultados obstétricos indesejáveis como: fatores relacionados às características individuais e às condições sociodemográficas desfavoráveis; fatores relacionados à história reprodutiva anterior; e fatores relacionados à gravidez atual. Segundo proposto pelo manual técnico da gestação de alto risco, proposto pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2012).

Os motivos de internação ou encaminhamento ao serviço de gestação de alto risco foram agrupados em intercorrências afins, como: intercorrências cardiovasculares, diabéticas, de indução ao parto prematuro, hematológicas, renais, infecção urinária, má formação fetal, intercorrências da tireóide, intercorrências em gestações anteriores e outras intercorrências, conforme preconizado pelo manual gestação de alto risco: manual técnico, proposto pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2012).

Tabulou-se os dados no software Microsoft Office Excel 2010, e analisaram-se estes por meio do software Statistical Package for the Social Sciences 21.0 (SPSS 21.0). A presente amostra foi subdividida em dois grupos, gestantes adultas (≥ 20 anos) e gestantes adolescentes (≤ 19 anos), segundo proposto pelo Ministério da Saúde, em seguida aplicou-se uma análise descritiva das variáveis categóricas (BARISIC; MANDIC; BARAC, 2017).

Nas demais variáveis categóricas aplicou-se o teste qui-quadrado (χ^2) e o teste exato de Fisher. Considerou-se significativo o valor de $p \leq 0,05$ para todas as análises (BARISIC; MANDIC; BARAC, 2017).

RESULTADOS

A amostra foi composta por 102 gestantes adultas, sendo que destas 25,5% eram brancas e 74,5% eram negras. Por outro lado, das 33 gestantes adolescentes 33,3% eram brancas e 66,7% eram negras (Tabela 1). Posto isso, o percentual de escolaridade \leq ao ensino fundamental entre as adolescentes foi de 48,5%, enquanto que entre as adultas esse percentual foi de 27,5%. Dentre as participantes adultas, 82,5% relataram estarem casadas/união estável. Não obstante, esse percentual se manteve alto entre as gestantes adolescentes, atingindo o percentual de 51,5%.

Na presente amostra, observou-se maior percentual de gestantes adultas empregadas (54,9%), quando comparadas com as gestantes adolescentes (12,7%), como já era esperado. Assim sendo, observa-se a estratificação socioeconômica, na presente amostra 70,6% das gestantes adultas e 50,5% das gestantes adolescentes encontram-se na classe C. Sendo que 19,6% das gestantes adultas encontram-se na classe A/B, enquanto que 27,3% das gestantes adolescentes encontram-se na classe D/E. As variáveis de caracterização da amostra que apresentaram diferença estatística foram: escolaridade, situação conjugal e possuir ocupação profissional. O maior nível de instrução foi observado entre gestantes adultas (72,5%), quando comparado com as adolescentes (48,5%). Também, as gestantes adultas apresentaram maior ocupação profissional quando comparadas às gestantes adolescentes, 54,9% e 12,7%, respectivamente. E a maioria das gestantes adolescentes relatou não serem casadas/união estável (48,5%) quando comparadas às gestantes adultas (82,5%).

Uma diferença significativa foi identificada ao motivo de encaminhamento, em que as intercorrências cardiovasculares e diabéticas foram os principais motivos para encaminhamento e/ou internação entre gestantes adultas. Enquanto as gestantes adolescentes apresentaram como principal motivo as intercorrências de indução ao parto prematuro.

Tabela 1: Caracterização dos fatores de risco para encaminhamento de gestantes adultas e adolescentes em um serviço de pré-natal de alto risco, Vitória, ES(n=135).

Variáveis	Adultas Adolescentes				Total	P valor
	n	%	n	%		
Intercorrências cardiovasculares	28	27,5	6	18,2	34	
Intercorrências diabéticas	27	26,5	2	6,1	29	
Intercorrências de indução de prematuridade	11	10,8	10	30,3	21	
Intercorrências hematológicas	5	4,9	4	12,1	9	
Intercorrências renais	3	2,9	4	12,1	7	
Intercorrências de infecção urinárias	4	3,9	4	12,1	8	
Intercorrências de má formação fetal	15	14,7	1	6,3	16	
Intercorrências da tireóide	3	2,9	0	0	3	
Intercorrências em gestações anteriores	5	4,9	0	0	5	
Outras intercorrências	1	1	2	66,7	3	0,001**
Teste exato de Fisher's						

A presente amostra não apresentou diferença estatística para as variáveis como: raça, receber auxílio financeiro, idade ≤ 15 anos e ≥ 35 anos, rotatividade de horário de trabalho, altura, número de abortos, macrossomia fetal, cirurgia uterina, realização de 3 ou mais cesarianas, classe socioeconômica, condições ambientais desfavoráveis, recebimento de auxílio financeiro, rotatividade de horário no trabalho, tabagismo, etilismo e outras drogas, além de situação de insegurança conjugal e familiar.

Ao se avaliar o estado nutricional pré-gravídico (ENPG) e gravídico (ENG), conforme tabela 2, observou-se diferença estatística, em ambos. Nesta amostra, o grupo que iniciou a gestação com baixo peso, em sua maioria, foi às adolescentes, e as adultas iniciaram com excesso de peso.

Ao analisar o ENG, observa-se uma redução no quantitativo de gestantes eutróficas, com aumento no baixo peso, sendo representado em sua maioria pelas gestantes adolescentes (39,4%) e no excesso de peso com maioria de gestantes adultas (67,6%), sugerindo-se uma tendência na migração da amostra para os extremos do estado nutricional.

Variáveis	Adultas Adolescentes				Total	P valor
	n	%	n	%		
EN Pré-gravídico						
Baixo Peso	3	2,9	5	15,2	8	
Eutrófico	37	36,3	21	63,6	58	
Excesso de peso	62	60,8	7	21,2	69	0,001**
EN Gravídico						
Baixo Peso	4	3,9	13	39,4	17	
Eutrófico	29	28,4	12	36,4	41	
Excesso de peso	69	67,6	8	24,2	77	0,001**
Esforço físico excessivo no trabalho						
Sim	30	29,4	2	6,1	32	
Não	72	70,6	31	93,9	103	0,005**
Carga horária excessiva no trabalho						
Sim	21	20,6	0	0	21	
Não	81	79,4	33	100	104	0,002**
Exposição a agentes físicos, químicos, biológicos no trabalho						
Sim	13	12,7	0	0	13	
Não	89	87,3	33	100	122	0,038**
Estresse no trabalho						
Sim	35	34,3	5	15,2	40	
Não	67	65,7	28	84,8	95	0,036*
*teste qui-quadrado de Person ** teste exato de Fisher's						

Tabela 2: Intercorrelações individuais e socioeconômicas gestacionais em adultas e adolescentes atendidas em um serviço de pré-natal de alto risco, Vitória, ES(n=135).

O relato de esforço físico excessivo, carga horária de trabalho excessiva, exposição a agentes biológicos, químicos, físicos e estresse foi maior entre as gestantes adultas quando comparadas as gestantes adolescentes.

Quanto ao histórico reprodutivo, observou-se que 81,8% das gestantes adolescentes eram primigestas. Entre as gestantes que relataram terem tido recém-nascidos, pré-termo, e/ou restrição no crescimento e/ou malformado, a maioria das gestantes eram adultas. Quando comparadas, as gestantes adultas foram as que mais relataram síndromes hipertensivas ou hemorrágicas, também apresentaram intervalo interpartal, aproximadamente, 1 ano e acima de 5 anos (Tabela 3).

Tabela 3: Intercorrências reprodutivas gestacionais anteriores em adultas e adolescentes atendidas em um serviço de pré-natal de alto risco, Vitória, ES(n=135).

Variáveis	Adultas		Adolescentes		Total	P valor
	n	%	n	%		
N. de partos						
<1	28	27,5	27	81,8	55	
≥ 1 e ≤ 4	70	68,6	6	18,2	76	0,001**
≥ 5	4	3,9	0	0	4	
Recém-nasc. Pré-termo, restrição cresc. ou malformado						
Sim	24	23,5	1	3	25	
Não	78	76,5	32	97	110	0,008**
Sind. hipertensivas ou hemorrágicas						
Sim	21	20,6	1	3		
Não	81	79,4	32	97		0,015**
Intervalo interpartal ≤ 2 anos ou ≥ 5 anos						
Sim	38	37,3	3	9,1		
Não	64	62,7	30	90,9		0,002**
*teste qui-quadrado de Person						** teste exato de Fisher's

DISCUSSÃO

O período gestacional provoca mudanças biológicas, essa realidade demanda maior gasto e consumo energético para propiciar o adequado crescimento fetal e manutenção da saúde materna, de modo a evitar a competição nutricional biológica entre mãe e concepto (MELO *et al.*, 2011).

Deve-se considerar a importância dos aspectos nutricionais para prevenção de risco para a saúde, influenciando de modo direto e/ou indireto nos desfechos gestacionais supracitados, em vista de uma manutenção do estado nutricional adequado materno, favorecendo a promoção, prevenção e manutenção da qualidade de vida (NOMURA *et al.*, 2012; SOARES *et al.*, 2009; LUZ *et al.*, 2008).

Logo, o grupo de gestantes adultas iniciou a gestação com excesso de peso, em sua maioria, e aumentou no transcurso da gestação, concomitante a esse achado pode ser observado que as gestantes adultas também apresentaram, como principal motivo para encaminhamento ao atendimento de alto risco, intercorrências diabéticas e cardiovasculares. Esse dado pode ser justificado pela ação endócrina do tecido adiposo, levando as anomalias nos canais sanguíneos placentários e maternos, associando-se a desfechos negativos na gestação como pré-eclâmpsia e edema (REBELO *et al.*, 2015). Estudo conduzido com 189 gestantes adultas no Rio de Janeiro encontrou o aumento da PAD e PAS entre as gestantes que iniciaram a gestação com excesso de peso (BELARMINO *et al.*, 2009).

Ao encontro de nossos achados, estudo realizado em uma cidade na Bósnia (REBELO *et al.*, 2015), com 1300 gestantes, aponta que as principais complicações em gestantes obesas foram: hipertensão (5,6%), pré-eclâmpsia (2,5%), sangramento (5,6%) e diabetes gestacional (3,1%). Além disso, esse estudo apontou que o percentual de cesarianas foi maior entre as gestantes com excesso de peso (38,5%), quando

comparado às eutróficas, sendo o ganho de peso excessivo mais prevalente entre as gestantes mais velhas (BELARMINO *et al.*, 2009).

Dentre as gestantes adolescentes, a maioria iniciou a gestação eutrófica, contudo houve mudança do estado nutricional durante a gestação, com a maior migração para o baixo peso. Corroborando com nossos achados, o estudo conduzido em Fortaleza encontrou elevado risco nutricional entre gestantes adolescentes, sendo 27,5% das gestantes classificadas como baixo peso (OLIVEIRA *et al.*, 2016). Pesquisadores na cidade de Porto Alegre, ao estudar os fatores ligados à prematuridade, constataram a forte associação pré-termo com a idade materna, ≤ 19 anos (OR = 1,32) (SANTOS *et al.*, 2016), sendo este o principal motivo de encaminhamento para o serviço de alto risco das gestantes adolescentes de nossa amostra.

Quanto as variáveis sociodemográficas, detectou-se diferença significativa entre as gestantes adultas e adolescentes quanto à escolaridade, à situação conjugal, a estar trabalhando e às intercorrências associadas ao trabalho. Nossos achados não apresentaram diferenças significativas dentro da classe socioeconômica e o recebimento de auxílio financeiro.

Somando-se a esse dado, observou-se que 51,5% das gestantes adolescentes se declaram como casadas/união estável. Esse achado aponta a elevada prevalência de casamento infantil no Brasil, estando de acordo com os dados da UNFPA (2016), que aponta o Brasil no 4º lugar do ranking mundial de casamento infantil, sendo realizado principalmente com homens adultos e não entre adolescentes (ZANOTTI; CAPP; WENDER, 2015). Esses achados sugerem a maior vulnerabilidade social dessas adolescentes quanto ao prosseguimento na carreira estudantil, profissional e empoderamento, quando comparadas as gestantes adultas. Portanto, nota-se maior risco social e menor autonomia para gestantes adolescentes.

No estudo de Lansky *et al.* (2014) verificou-se que a baixa escolaridade materna estava associada a maior mortalidade materno infantil no Brasil. Estudo conduzido em Minas Gerais assemelha-se com nossos achados, no qual 95,8% das gestantes adolescentes não trabalhavam e residiam com os pais. Ademais, demonstraram também que as gestantes adolescentes iniciavam mais tardiamente o pré-natal quando comparado com as adultas que já moravam com seu companheiro (LI *et al.*, 2013). O estudo de Zanotti, Capp e Wender (2015) apontou que a escolaridade materna e o estado civil associam-se significativamente com a perda de peso total materna.

Estudo conduzido na China, com 38.539 mães e filhos, apontou que o ganho de peso excessivo e a obesidade materna estavam associados à baixa escolaridade e baixa renda familiar, sendo este estado nutricional gravídico independente do estado nutricional pré-gestacional. Verifica-se ainda que os filhos dessas gestantes apresentaram maior risco de desenvolvimento de excesso de peso até 1 ano de vida (VÍTOLO; BUENO; GAMA, 2011).

Estudo conduzido por Vítolo, Bueno e Gama (2011) objetivou avaliar o reflexo das orientações dietéticas sobre o ganho de peso durante a gestação e, em seus achados, verificou que as intervenções propostas reduziram o ganho de peso, impactando nas intercorrências como: diabetes gestacional, pré-eclâmpsia, dentre outras. Portanto, entende-se ser essencial resguardar a assistência nutricional no transcurso da gestação, evitando desfechos desfavoráveis para a gestante e o neonato (DREHMER *et al.*, 2010; NIELSEN *et al.*, 2006; OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Paradoxalmente, no estudo de Drehmer *et al.* (2010) encontraram o menor ganho de peso excessivo entre as gestantes com menor número de visitas ao pré-natal; e como as adolescentes iniciaram tardiamente o pré-natal, essas apresentaram menor ganho de peso, apontando o risco nutricional que existe entre gestantes quando não são assistidas de forma adequada no pré-natal (NIELSEN *et al.*, 2006).

Em semelhança com nossos resultados, um estudo conduzido no estado de Alagoas notou maior prevalência de comorbidades hemorrágicas em gestantes adultas e maior excesso de peso, quando comparadas as adolescentes, além de apresentar que essas gestantes tiveram mais recém-nascidos grandes para a idade gestacional quando comparadas às eutróficas (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Como limitação este estudo refere-se aos critérios de análise e classificação do estado nutricional das gestantes adolescentes, dado a inexistência de referências ou pontos de corte para gestantes adolescentes postulados pelo Ministério da Saúde, portanto, há uma demanda de estudos quanto à avaliação e proposta de métodos voltados a este público. Outra limitação, deu-se pela linha de trabalho, por ser de corte transversal, assim não se investigou o comportamento dessas intercorrências ao longo da gestação, não permitindo uma visão longitudinal.

Contudo, os resultados desse trabalho podem colaborar na compreensão das intercorrências gestacionais nos grupos de gestantes adultas e adolescentes. Apesar de essas serem tratadas de igual modo, em serviços e protocolos de saúde brasileira, pode-se observar que as gestantes adolescentes apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica em relação as gestantes adultas. No entanto, as gestantes adultas apresentaram maiores intercorrências patológicas. Desta forma, há uma necessidade de tratamento diferenciado, garantindo assim, o princípio da equidade.

As intercorrências, aqui observadas, apontam para a relevância do acompanhamento nutricional adequado no pré-natal, assegurando, não apenas o ganho de peso adequado do concepto, mas também na saúde da mãe, favorecendo a menor incidência de intercorrências pós-natal e perinatal. Além de garantir a manutenção do estado nutricional dentro do recomendável, adequado fornecimento energético e nutricional, prevenindo os desfechos desfavoráveis nas gestantes e nos bebês.

CONCLUSÃO

Em vista dos achados apontados neste estudo, gestantes encaminhadas para o atendimento de alto risco apresentam disparidades quanto às manifestações de risco. Observa-se a necessidade do tratamento diferenciado para gestantes adolescentes e adultas. Detectou-se maiores intercorrências fisiopatológicas nas adultas e socioeconômicas nas adolescentes. A problemática da transição da epidemiologia nutricional brasileira vem afetando mulheres em idade fértil, demonstrando a necessidade do acompanhamento nutricional por profissionais habilitados.

Cabe ponderar quanto à necessidade de maiores estudos, averiguando a habilitação dos profissionais de saúde no pré-natal, quanto ao acompanhamento nutricional, compreender de forma mais ampla as manifestações das intercorrências ao longo da gestação e o reflexo dessas nos desfechos materno-fetal.

REFERÊNCIAS

ABEP - Associação Brasileira de Empresa de Pesquisa, 2008.

ATALAH, E. **Validation of a new chart for assessing the nutritional status during pregnancy.** [S.l.], First draft, 1999 in Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, Brasília-DF 2004.

AZEVEDO, F. R.; BRITO, B. C. **Influência das variáveis nutricionais e da obesidade sobre a saúde e o metabolismo.** Rev. Assoc. Med. Bras. 58 (6). 2012.

BARISIC, T.; MANDIC, V.; BARAC, I. (2017). **Associations of Body Mass Index and Gestational Weight Gain with Term Pregnancy Outcomes.** *Materia Socio-Medica*, 29(1), 52–57. 2017

BELARMINO G. O.; MOURA E. R. F.; OLIVEIRA N. C.; FREITAS G. L. **Risco nutricional entre gestantes adolescentes.** *Acta paul. enferm.* 2009

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações Programáticas Estratégicas. **Gestação de alto risco: manual técnico.** Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2012.

DREHMER, M.; CAMEY, S.; SCHMIDT, M. I.; OLINTO, M. T.; GIACOMELLO, A.; BUSS, C.; MELERE, C.; HOFFMANN, J.; MANZOLLI, P.; SOARES, R. M.; OZCARIZ, S.; NUNES, M. A. **Socioeconomic, demographic and nutritional factors associated with maternal weight gain in general practices in Southern Brazil.** *Cadernos de saude publica*, 26(5), 1024–1034, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2010000500024>.

IOM. INSTITUTE OF MEDICINE; **National Research Council. Weight Gain During Pregnancy: Reexamining the Guidelines.** Washington (DC): National Academy of Science, 2009.

LANSKY, S.; FRICHE, A. A. L.; SILVA, A. A. M.; CAMPOS, D.; BITTENCOURT, S. D. A.; CARVALHO, M. L. **Pesquisa Nascer no Brasil: perfil da mortalidade neonatal e avaliação da assistência à gestante e ao recém-nascido.** *Cad. Saúde Pública.* 2014

LI, N.; LIU, E.; GUO, J.; PAN, L.; LI, B.; WANG, P.; LIU, J.; WANG, Y.; LIU, G.; HU, G. **Maternal Prepregnancy Body Mass Index and Gestational Weight Gain on Offspring Overweight in Early Infancy.** *PLoS ONE*, 8(10), e77809, 2013.

LUZ A. G.; TIAGO D. B.; SILVA J. C. G.; AMARAL E. **Morbidade materna grave em um hospital universitário de referência municipal em Campinas,** Estado de São Paulo. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.* 2008

MARTÍNEZ, H. T.; SILVA, M. A. I.; CABRERA, I. P.; MENDOZA, A. J. **Obstetric profile of pregnant adolescents in a public hospital: risk at beginning of labor, at delivery, postpartum, and in puerperium.** *Rev. Latino-Am. Enfermagem.* 2015

MARTINS, M.; MONTICELLI, M.; BRÜGGEMANN, O. M.; COSTA, R. **A produção de conhecimento sobre hipertensão gestacional na pós-graduação stricto sensu da enfermagem brasileira.** *Rev. esc. enferm. USP.* 2012 .

MELO, M. I. B.; SOUZA, A. I.; FIGUEIROA, J. N.; CABRAL-FILHO, J. E.; BENÍCIO, M. H. D'A.; BATISTA-FILHO, M. **Estado nutricional de gestantes avaliado por três diferentes métodos de classificação antropométrica.** *Rev. Nutr.* 2011

MOTTA, V. T. *Bioestatística.* Caxias do Sul. RS. 2006

NIELSEN, J. N.; GITTELSON, J.; ANLIKER, J.; O'BRIEN, K. **Interventions to improve diet and weight gain among pregnant adolescents and recommendations for future research.** *Journal of the American Dietetic Association*, ISSN: 0002-8223, Vol: 106, Issue: 11, Page: 1825-1840, 2006.

NOMURA, R. M. Y.; PAIVA, L. V.; COSTA, V. N.; LIAO, A. W.; ZUGAIB, M. **Influência do estado nutricional materno, ganho de peso e consumo energético sobre o crescimento fetal, em gestações de alto risco.** *Rev. Bras. GINECOL. OBSTET.* 2012

OLIBONI, C. M.; ALVARENGA, M. S. **Atitudes alimentares e para com o ganho de peso e satisfação corporal de gestantes adolescentes.** *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v. 37, n. 12, p. 585–592, dez. 2015.

OLIVEIRA L. L.; GONÇALVES A. C.; COSTA J. S. D.; BONILHA A. L. L. **Maternal and neonatal factors related to prematurity.** *Rev. esc. enferm. USP*. 2016

OLIVEIRA, A. C. M.; PEREIRA, L. A.; FERREIRA, R. C.; CLEMENTE, A. P. G. **Estado nutricional materno e sua associação com o peso ao nascer em gestações de alto risco** [Maternal nutritional status and its association with birth weight in high-risk pregnancies]. *Ciencia & saude coletiva*, 23(7), 2373–2382, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.12042016>

REBELO, F.; FARIAS, D. R.; MENDES, R. H.; SCHLÜSSEL, M. M.; KAC, G. **Blood Pressure Variation Throughout Pregnancy According to Early Gestational BMI: A Brazilian Cohort.** *Arq. Bras. Cardiol*. 2015

SANTOS, L. A. V.; LARA, M. O.; LIMA, R. C. R.; ROCHA, A. F.; ROCHA, E. M.; GLÓRIA, J. C. R.; RIBEIRO, G. C. **História gestacional e características da assistência pré-natal de puérperas adolescentes e adultas em uma maternidade do interior de Minas Gerais.** *Rev. Ciência & Saúde Coletiva*, 2016.

SILVA, E. P.; LUDERMIR, A. B.; ARAÚJO, T. V. B.; VALONGUEIRO, S. A. **Frequência e padrão da violência por parceiro íntimo antes, durante e depois da gravidez.** *Revista de Saúde Pública*, v. 45, n. 6, p. 1044–1053, dez. 2011.

SILVA, J. C.; AMARAL, A. R.; FERREIRA, B. S.; PETRY, J. F.; SILVA, M. R.; KRELLING, P. C. **Obesidade durante a gravidez: resultados adversos da gestação e do parto.** *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v. 36, n. 11, p. 509–513, nov. 2014.

SOARES, V. M. N.; SOUZA, K. V.; FREYGANG, T. C.; CORREA, V.; SAITO, M. R. **Mortalidade materna por pré-eclâmpsia/eclâmpsia em um estado do Sul do Brasil.** *Rev. Bras. Ginecol. Obstet*. 2009

UNITED NATIONS POPULATIONS FUND (UNFPA). **How our future depends on a girl at this decisive age.** *The State of World Population 2016*, UNFPA, 2016.

VÍTOLO, M. R.; BUENO, M. S. F.; GAMA, C. M. **Impacto de um programa de orientação dietética sobre a velocidade de ganho de peso de gestantes atendidas em unidades de saúde.** *Rev. Bras. Ginecol. Obstet*, 2011.

WHO - World Health Organization. **Maternal mortality.** Nota descritiva N° 348. Maio. 2012.

ZANOTTI, J.; CAPP, E.; WENDER, M. C. O. **Factors associated with postpartum weight retention in a Brazilian cohort.** *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, 2015.



Toquotas 03, Tom Boechat

Universidade Aberta à Pessoa Idosa: um relato de Extensão Universitária em tempos de pandemia

Open University for the Elderly: an experience report in times of pandemic

Resumo

Este artigo apresenta o relato de uma experiência sobre atividades desenvolvidas pelo Programa de Extensão Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UnAPI) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no ano de 2021, período marcado pela pandemia de COVID-19. Em virtude do necessário isolamento social como medida de proteção à saúde, a UnAPI ousou se reinventar e lançar uma versão *on-line*, objetivando manter o contato com os idosos frequentadores do referido programa, a fim de atenuar os efeitos do isolamento social imposto pela conjuntura. Assim, buscou-se analisar a contribuição do Programa de Extensão na qualidade de vida de pessoas idosas no período mais intenso da pandemia. Como resultado, foi possível identificar a diminuição do nível de sofrimento ocasionado pelo isolamento social individual e coletivo das pessoas idosas. A partir da interatividade sistemática (ainda que virtual) com esse público, foi possível aumentar o nível da qualidade de vida dessas pessoas que, no momento auge da pandemia, encontravam-se fragilizadas emocionalmente.

Palavras-chave: extensão; pandemia; pessoa idosa; Universidade Aberta à Pessoa Idosa.

Monique Simões Cordeiro
Cenira Andrade de Oliveira
Dayane Renata Rodrigues
M. A. Viana
Fernanda Pinto Medina
Octávio Henrique Durante
Cirne Nascimento
Madê Soares Tavares de
Oliveira
Rayane Aleixo da Silva

monique.cordeiro@ufes.br
cenira.ufes@gmail.com
dayanerenatarodrigues@gmail.com
fernanda.medina.ufes@gmail.com
octavio.henrique98@gmail.com
madesoresso@gmail.com
rayanealeixo2010@gmail.com

Abstract

This article presents the report of an experience about activities developed by the Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Extension Program Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UnAPI), in the year 2021, a period marked by the COVID-19 pandemic. Due to the necessary social isolation as a health protection measure, UnAPI dared to reinvent itself and launch an online version, aiming to maintain contact with the elderly who frequent the program, in order to mitigate the effects of social isolation imposed by the situation. Thus, we sought to analyze the contribution of the Extension Program to the quality of life of elderly people in the most intense period of the pandemic. As a result, it was possible to identify a decrease in the level of suffering caused by the individual and collective social isolation of the elderly. From the systematic interactivity (albeit virtual) with this audience, it was possible to increase the quality of life of these people who, at the height of the pandemic, were emotionally fragile.

Keywords: extension; pandemic; elderly; University Open to the Elderly.

INTRODUÇÃO

O período mais intenso da pandemia de covid-19 trouxe uma série de desafios para a sociedade brasileira e para o mundo. Entre os vários desafios postos, ressaltamos um, que entre os demais, teve um grande impacto no cotidiano da maioria das pessoas. Referimo-nos ao isolamento social. Se por um lado algumas pessoas tiveram que permanecer reclusas em seu grupo social, por outro lado, algumas outras pessoas não eram providas de grupo social e tiveram que se isolarem sozinhas. Entre as consequências desse isolamento podemos citar os conflitos, separações, uniões e inquietações das mais variadas ordens e, em especial, o adoecimento mental. Sendo o ser humano eminentemente grupal, o desafio do isolamento individual foi o mais aviltante, principalmente para os idosos, já que são considerados de saúde fragilizada e, portanto, mais susceptíveis de serem acometidos/infectados de maneira fatal. Assim, a possibilidade de uma nova modalidade de interação com os idosos se coloca como uma alternativa de proteção e interação.

O presente artigo tem por objetivo relatar a experiência das atividades desenvolvidas pela Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UnAPI) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), possuindo como referência o ano de 2021, período em que pandemia de COVID-19 estava em alta e não havia vacina para todos/as. Em razão da suspensão temporária das atividades presenciais na UFES, provocada pela pandemia, e pela necessidade de proteção de todos que frequentam esse espaço, buscou-se novas metodologias de ensino e interatividade. Neste sentido, criou-se a modalidade virtual para o programa. Foram criadas e ofertadas atividades através das mídias sociais como *WhatsApp*, *Google Meet*, *Instagram*, *Facebook* e *Youtube*.

Esta pesquisa apresenta uma análise da contribuição da UnAPI na qualidade de vida das pessoas idosas participantes do projeto, no período de pandemia do COVID-19. A versão virtual do programa foi intitulada de “UnAPI em Tempos de Pandemia”, inicialmente, realizar-se-á uma breve apresentação do programa UnAPI/UFES, relatando seu funcionamento. Posteriormente, apresentaremos as diversas ações desenvolvidas no ano de 2021, bem como o perfil dos participantes da UnAPI.

METODOLOGIA

Este artigo é um relato de experiência do programa de extensão UnAPI, vinculado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo, a partir da observação por profissionais de Serviço Social, estagiários e extensionistas no contexto de pandemia de COVID-19, no qual todas as atividades foram adaptadas para o modo remoto/virtual. Concomitante ao relato, apresenta-se dados acerca do perfil dos participantes do programa, que tem como público-alvo a população a partir de 60 anos. Estes dados foram coletados no ano de 2021. Importante ressaltar que a pesquisa de perfil foi um importante instrumento para aprimorar e direcionar as ações desenvolvidas. Neste sentido, é importante reforçar que extensão e pesquisa podem e devem se retroalimentarem. O objetivo maior nesse relato parte da experiência de extensão com pessoas idosas no período da pandemia, mas é considerado importante tornar público o perfil dos sujeitos alvo desta ação extensionista. Assim, de forma objetiva, o resultado dessa pesquisa de perfil se tornou um instrumento de qualificação da ação de extensão.

No ano de 2021, a UnAPI possuía aproximadamente 200 idosos/as cadastrados/as e ofertou 14 atividades gratuitas, de forma virtual, divididas em módulos, oficinas e cursos. As inscrições para participar das atividades da UnAPI ocorreram via aplicativo *WhatsApp*. Foram criados grupos para cada oficina/módulo/curso na referida plataforma e as atividades ocorriam de acordo com o cronograma. As ferramentas utilizadas para disseminação dos conteúdos nos grupos foram primordialmente através de textos, vídeos, imagens e áudios, possibilitando maior acessibilidade aos participantes. Apenas dois facilitadores utilizaram a plataforma *Google Meet* para ministrar as suas atividades de forma síncrona.

O objetivo geral da proposta da UnAPI, durante o período da pandemia, foi promover atividades multidisciplinares de forma virtual para pessoas a partir de 60 anos, a fim de garantir um nível de interatividade no período de isolamento ocasionado pela pandemia de COVID-19. Os objetivos específicos foram: incentivar o isolamento social da população idosa em tempo de suspensão das atividades presenciais; viabilizar a educação continuada através de conteúdos multidisciplinares; refletir sobre estratégias para lidar com o isolamento social; proporcionar um espaço de aprendizado teórico-prático para estudantes de diversas áreas; e promover espaços de interação social de forma virtual para amenizar possíveis desconfortos emocionais ocasionados pelo isolamento social.

De forma complementar, no período intenso da pandemia, objetivou-se incentivar o isolamento social da população idosa durante o período de suspensão das atividades presenciais e promover espaços de interação social de forma virtual para amenizar possíveis desconfortos emocionais ocasionados nesse período. O referido incentivo foi trabalhado como forma necessária de proteção. Não obstante, vale ressaltar que, tal incentivo foi constituído desde a desmistificação de *Fake News*, passando pela noção de proteção e cuidado.

RESULTADOS

A Universidade Aberta à Pessoa Idosa da Universidade Federal do Espírito Santo

O envelhecimento da população brasileira é reflexo de diversos fatores, tais como os progressos tecnológicos, da medicina e da ciência, que permitem um maior prolongamento da vida. Freitas (2004) indica que a fabricação de antibióticos na década de 40, a criação das unidades de terapia intensiva, bem como o surgimento das vacinas, contribuíram de forma crucial para essa maior longevidade. Contudo, o processo de envelhecimento se dá de maneira desigual nas diferentes realidades sociais, uma vez que nem todos possuem as mesmas condições de acesso a esses avanços. Nessa perspectiva, enquanto o Estado de Santa Catarina apresenta a maior esperança de vida (79,1 anos) e em segundo lugar o Espírito Santo (78,2 anos), no Maranhão uma criança, ao nascer, espera viver quase 9 anos a menos, tendo em vista que esse Estado possui uma expectativa de vida de 70,6 anos.

(...) não existe um envelhecer só, mas processos de envelhecimento – de gênero, de etnia, de classe social, de cultura – determinados socialmente. As desigualdades do processo de envelhecimento devem-se, basicamente, às condições desiguais de vida e de trabalho a que as pessoas estiveram submetidas no curso de suas vidas (LOUVISON; ETSUKO, 2012, p.158).

Outro fator que impacta no envelhecimento da população brasileira é a queda significativa na fecundidade, desde os anos 1970, concomitante ao aumento do uso de contraceptivos (CAMARANO *et al.*, 2011). Segundo Camarano “em 40 anos, a fecundidade das mulheres brasileiras reduziu-se a quase um terço. Nessas últimas décadas, a taxa de fecundidade passou de aproximadamente 6,0 filhos por mulher, para 1,8” (2011, p.2).

De acordo com o levantamento realizado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), em 2018 essa taxa de fecundidade estava associada a dois principais fatores no Brasil: educação e renda. Conforme aponta a pesquisa, existem dois extremos no nosso país: mulheres com maior escolaridade e maior renda possuem menos filhos; em contrapartida, mulheres com menos escolaridade e, conseqüentemente com renda baixa e menos oportunidades possuem mais filhos, principalmente quando jovens. Esses fatores são reflexos da extrema desigualdade brasileira, inclusive “no acesso a informações e serviços” (BRASIL, 2018, p.7).

Em resumo, o Brasil já deixou para trás as altas taxas de mortalidade e natalidade, uma estrutura etária jovem e um alto crescimento populacional. Hoje, apresenta um regime demográfico com baixas taxas de mortalidade e natalidade, uma estrutura etária em envelhecimento e uma população que tende ao decréscimo (BRASIL, 2018, p.11).

Essa conquista do envelhecimento na sociedade brasileira deve estar aliada, mais do que nunca, a políticas que atendam a novas e velhas demandas sociais desse grupo etário, proporcionando às pessoas que envelhecem a dignidade humana e o cumprimento dos seus direitos fundamentais.

No contexto da UFES, o Núcleo de Estudos sobre o Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa (NEEAPI) foi criado em 1996 por duas professoras do Departamento de Serviço Social. Seu surgimento ocorre em resposta à necessidade de promover o debate sobre a temática do envelhecimento na UFES, a partir do cenário de aumento da população idosa no Espírito Santo e, por conseguinte, das demandas apresentadas por este segmento etário. Estima-se que a taxa de envelhecimento populacional entre a década de 90 e os anos 2000 representava 5,53% da população capixaba, seguidas de 7,10% em 2010 e 9,36% em 2017 (ATLAS, 2017), fato que corrobora a transição demográfica. Dessa forma, as transformações na dinâmica populacional da população capixaba, aliada às demandas sociais apresentadas por esse segmento etário, colaboraram para a constituição do referido núcleo.

O NEEAPI, há 25 anos, desenvolve o Programa UnAPI, único no porte público de Extensão Universitária no estado do Espírito Santo voltado à população com idade igual ou superior a 60 anos. O núcleo revela-se como um importante espaço

de contribuição para produção de conhecimento na temática do envelhecimento e possui assento no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Espírito Santo.

A UnAPI tem como compromisso social o Programa de Extensão que atua como um instrumento de conexão entre universidade e sociedade, promovendo o intercâmbio entre os(as) participantes e o conhecimento produzido no meio acadêmico, fazendo parte do NEEAPI, que é um Núcleo que promove a produção de monografias, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso, artigos, grupo de estudos, oferta de disciplina curricular optativa e supervisão de estágio curricular. Dessa forma, constata-se que esse processo está afinado com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que as ações do programa se concretizam de forma integrada e articulada às dimensões de ensino e pesquisa. Reconhece-se, portanto, a extensão como um espaço que também contribui para a formação profissional, possibilitando ao/à discente o contato com a realidade e, portanto, a relação teoria-prática (CORDEIRO *et al.*, 2019).

Conforme Mészáros (2008) a educação perpetuada na configuração da sociedade capitalista não tem como funcionalidade promover aos seres humanos a sua autossatisfação, ao contrário, trata-se de uma educação imediatista, que visa atender às necessidades de produção e reprodução do status quo, em detrimento da autorrealização humana. A lógica de educação emancipatória desenvolvida nas atividades, sobretudo nos módulos, segue uma abordagem questionadora das relações sociais na perspectiva de proporcionar a formação de uma consciência crítica acerca da realidade apresentada pelo cotidiano. Todo trabalho é desenvolvido a partir do estímulo à autorreflexão e impulsiona a formação de sujeitos autônomos, e capazes de propor e planejar estratégias de defesa, e ampliação de direitos no sentido da transformação da realidade social que se apresenta.

A UnAPI em tempos de pandemia de COVID-19

Durante a pandemia foram ofertados dois módulos. O módulo “Saúde e Qualidade de Vida” que tratou de questões primordiais para o enfrentamento seguro da pandemia de COVID-19, ministrado por professoras do departamento de enfermagem da UFES. O módulo “Direito, Cidadania e Questão Social” foi facilitado por uma advogada e Conselheira do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (COMID), e por uma estagiária em Serviço Social. Foram abordados temas relacionados aos direitos da Pessoa Idosa, fortalecimento e exercício da cidadania e emancipação humana.

Os módulos foram conduzidos em formato dialógico, reflexivo e democrático. Seu objetivo foi facilitar a discussão dos problemas cotidianos vivenciados pelos idosos em relação às suas principais questões. A atividade ocorreu em dois momentos principais: no primeiro, o tema foi exposto pelo facilitador com a intenção de fornecer os elementos teóricos necessários para embasar o debate; no segundo o debate ocorreu de forma horizontal, em uma dinâmica participativa e de troca mútua entre os atores.

Um dos princípios norteadores dos módulos da UnAPI é a educação horizontalizada que supere os traços autoritários, opressores e hierarquizados da educação bancária. O programa defende que cada sujeito carrega uma infinidade de aprendi-

zados e saberes adquiridos em suas experiências ao longo da vida, e os módulos são espaço de compartilhamento desses conhecimentos (CORDEIRO *et al.*, 2019).

O facilitador não é sujeito detentor de toda sabedoria e nem os idosos são “esponjas” que absorvem as informações que lhe são passadas de modo inquestionável, ao contrário disso, são espaços de reflexão coletiva crítica, debate e compartilhamento de vivências e concepções, em que a vez e a voz de todos são valorizadas (CORDEIRO *et al.*, 2019, p.6).

As oficinas tiveram um caráter essencialmente prático, no entanto, com embasamento teórico. Esta ação utilizou uma variedade de técnicas, exercícios e dinâmicas de caráter coletivo e/ou individual. No ano de 2021 foram ofertadas oito oficinas, como: Dança Sênior, Memória, Envelhe(ser) e Processos Psicossociais, Yoga, Café com Prosa, Conectados: inventores e invenções, Vivências e Criatividades e, ainda, Educação Física.

A oficina Envelhe(ser) e Processos Psicossociais, ministrada por extensionistas do curso de psicologia, teve um papel fundamental no acolhimento e manejo das emoções dos/as idosos/as e no estímulo à autoestima e ao autocuidado na quarentena durante a pandemia.

A oficina “Café com Prosa” surgiu a partir da iniciativa das pessoas participantes, com o intuito de criar um espaço em que a pessoa idosa fosse protagonista no processo de condução e escolha das temáticas a serem debatidas. A oficina visou proporcionar um espaço de resgate da autonomia, fortalecimento de vínculos, discutir sobre assuntos diversificados e promover uma nova visão sobre o processo de envelhecimento.

A modalidade do curso teve como metodologia ensinar aos/às participantes a realização de algo, como, por exemplo, falar alguma língua estrangeira. Em 2021, foram ofertados os cursos de espanhol (iniciante e intermediário), de inglês e de *smartphone*. Este último, ofertado pelo Núcleo de Cidadania Digital (NDC) da UFES, teve função importante na promoção da acessibilidade de pessoas idosas nas plataformas digitais. A partir de vídeos transmitidos pelo *YouTube* com o passo a passo, foi possível ensinar aos/às participantes como usar vários recursos no *smartphone*. O curso abordou tópicos mais básicos, como a conexão de *internet* e, também, mais avançados, como o uso de aplicativos e funções mais complexas (armazenamento de arquivo em nuvem). Durante as atividades foi perceptível o avanço desses/as idosos/as quanto ao uso das tecnologias digitais, e o êxito do curso.

Quanto ao perfil dos participantes, a pesquisa permitiu identificar quem são, onde moram e outros aspectos, auxiliando, dessa forma, a planejar e orientar as ações, pesquisas e estudos. Foi observado que a maioria dos(as) participantes se identificou como do gênero feminino (94%) e apenas 6% do gênero masculino. De acordo com Goldenberg (2015), o julgo social sobre o papel da mulher de cuidar sempre dos outros, da casa, filhos, marido e suas esperadas ações as conduzem a não olharem para elas mesmas, porém, quando em idades avançadas, deixam de se preocupar com a opinião alheia, se reinventam e passam a ter tempo para si. Por essa razão, podemos supor que a maior participação de mulheres comparada aos homens nos espaços que promovem/promoveram a interação social, pode ser reflexo de suas trajetórias de vida.

No decorrer das atividades ofertadas foi possível observar características predominantes dos(as) idosos(as) que se confirmaram com a pesquisa do perfil. Mais da me-

tade (62,5%) dos participantes possuem ensino superior completo, 80,2% possuem plano de saúde, e a maioria (53,6%) se identifica como pessoa branca. Olhar para esses dados de forma combinada nos conduz a considerar o perfil socioeconômico do público que frequenta a UnAPI.

No que tange as localidades de moradia dos(as) participantes, mais da metade estão domiciliados/as na cidade de Vitória, com 111 pessoas distribuídas em 26 bairros, seguida de Vila Velha com 30 pessoas em 12 bairros, Serra com 23 pessoas em 15 bairros, Cariacica com 7 pessoas em 6 bairros e Guarapari com 1 pessoa. Fora da Grande Vitória foram identificadas 3 participantes e ainda outras 6 pessoas de demais estados da federação (Rio de Janeiro e São Paulo). Vale ressaltar que foi verificado que os bairros da cidade de Vitória com mais participantes na UNAPI, são: Jardim Camburi (28) e Jardim da Penha (23), bairros de classe média e classe média alta. E os bairros com menos representação são bairros periféricos como Joana D'arc, Tabuazeiro e Inhanguetá, com 2, 3 e 1 participantes respectivamente.

Segundo o relatório do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), baseado no último Censo Demográfico 2010, os bairros de Jardim Camburi e Jardim da Penha têm uma taxa de rendimento médio das pessoas com 10 anos ou mais de idade de mais de 1 salário mínimo em 67,4% e 66,2%, respectivamente. Ao passo que nos bairros Joana D'arc, Tabuazeiro e Inhanguetá essa taxa cai para 49%; 48%; 41,9%, nesta ordem. Em contrapartida, a taxa de pessoas com 10 anos ou mais de idade que não possuem qualquer rendimento se inverte, sendo as taxas mais altas dos bairros mais periféricos: Joana D'arc (37,0%); Tabuazeiro (31,7%); Inhanguetá (38,2%); Jardim Camburi (26,3%) e Jardim da Penha (26,8).

Isto posto, podemos admitir que a maior parte de idosos/as que realizam/realizaram as atividades da UNAPI é de classe média, o que nos leva a refletir que o programa possui um grande caminho pela frente no sentido de alcançar outras frações da população idosa, que por algum motivo não estão acessando o programa de extensão.

A experiência do trabalho de traçar o perfil das participantes das atividades da UnAPI nos motivou a pensar e debater sobre ideias, e possibilidades de ações do projeto de extensão durante o período de pandemia como para além, como forma de expandir a ação extensionista. O mesmo questionário que utilizamos para mapear o perfil de usuários/as foi utilizado também para reconhecermos alguns efeitos da pandemia para os(as) idosos(as).

Quando questionamos se deixaram de realizar atividades devido a pandemia, a maioria relatou que sim. As respostas foram concentradas, especialmente, em atividades físicas e sociais como: deixou de ir à igreja; encontrar amigas e familiares; frequentar a UnAPI; praticar pilates, *yoga*, academia, caminhada, fisioterapia, alongamento, aeróbica, entre outras; de atuar em atividades voluntárias; de frequentar centro de convivência de idosos(as); de fazer exames médicos; de viajar; de frequentar aulas presenciais, restaurantes e bailes de dança; de ir ao cinema, às lojas; de fazer aulas de dança; aulas de música; de ir à praia, ao teatro e ao parque; de andar de bicicleta, ônibus e a pé; de receber visitas; e de participar da associação de moradores e conselhos.

De 184 pessoas, 49 não estavam participando das atividades da UnAPI naquele momento. Dos motivos apresentados, a maioria relatou não gostar ou não conseguir se adaptar no formato *online* a distância das atividades. A dificuldade com a tecnologia também esteve presente nas respostas, assim como falta de ânimo, mo-

tivo de doença, por apresentar dificuldade em se concentrar após pegar COVID-19, por estar ajudando filhos(as) e netos(as), por estar ocupada com outras demandas, e por estar trabalhando.

Sobre a saúde mental durante o período de pandemia, foram comuns os relatos de ansiedade, tristeza, angústia, estado deprimido e de depressão causadas e/ou agravadas pela pandemia. Apareceram relatos diversos como: grande impacto e ansiedade causada pelas notícias iniciais a respeito do vírus, o desconhecimento da doença e o isolamento social; saudades de netas e a falta em acompanhar seus crescimentos; a falta de ter a casa cheia; falta de contato com a família e pessoas conhecidas; insônia; tristeza; medo da doença por conta de falecimento e internação de familiares; medo de pessoas conhecidas e familiares adoecerem; se sentir esgotada com a pandemia; dificuldades para sair de casa; apreensão com o futuro de filhas e netas devido aos acontecimentos no Brasil e no mundo; se sentindo mais esquecida, irritada e estressada; relato de alucinações durante isolamento em uma internação em unidade de tratamento intensiva (UTI) devido a problemas cardíacos; desenvolvimento de síndrome do pânico por ter tido que cuidar da mãe com doença de Alzheimer; dentre outros relatos de adoecimento mental.

A participação nas atividades da UnAPI, ainda que de forma remota, mostrou trazer benefícios à saúde mental e interação social dos(as) idosos(as). De 134 pessoas, 97% relataram que a participação nas atividades estava trazendo benefícios no contexto de pandemia. As declarações foram que as atividades ajudaram a ocupar o tempo e a mente, a não ficar ociosa, aprender coisas novas, a interagir e conversar com outras pessoas, ainda que à distância, a manter a saúde mental, apoio em momento de cirurgia, a se manter ativa, a se distrair e relaxar, a sair do cotidiano da pandemia, a amenizar o afastamento social, a ser um momento de escape da rotina, a trazer mais qualidade de vida, a trazer maior conhecimento tecnológico e maior independência, contribuindo para falar com familiares pelo smartphone, a ter equilíbrio e saúde, a conseguir a lidar melhor com a depressão e afastar a solidão, e a realizar atividade física.

Em julho de 2021, tendo em vista a urgência da vacinação da população contra a pandemia do COVID-19, constatou-se que muitos/as idosos/as se encontravam temerários/as a buscar serviços de saúde, com dúvidas frente a notícias falsas veiculadas nos meios de comunicação digitais. Neste sentido, foi realizado o projeto de extensão de monitoramento e orientação vacinal para a pessoa idosa durante a pandemia. Neste projeto, foi realizado o contato com os participantes da UnAPI, via telefone, para que fosse possível verificar a situação vacinal contra a COVID-19. Os que se negavam a se imunizar e os que possuíam dúvidas sobre a vacinação, foram encaminhados para profissionais e estudantes da área da saúde para esclarecimento de suas dúvidas e sensibilização quanto à importância do esquema de imunização completo contra a COVID-19, a partir de fundamentação científica.

Durante o ano de 2021 a UnAPI realizou também uma palestra no curso “Envelhecimento e Sociedade” da Universidade Federal de Santa Catarina sobre a trajetória das políticas públicas para a população idosa; ministrou o minicurso “Conselhos de Direitos: os desafios da participação em tempos de democracia em crise”, em parceria com o Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (NEMPS) da Ufes; e concedeu palestras sobre a temática do envelhecimento nos cursos de te-

rapia ocupacional e psicologia da UFES. Vale registrar que todas as atividades foram realizadas de forma remota.

Além das atividades supracitadas, foram desenvolvidas artes para as redes sociais da UnAPI (*Instagram e Facebook*) com o intuito de ter maior divulgação das atividades durante esse período de isolamento e, também, para aproximar os(as) idosos(as) através de informações, notícias e dicas de vídeos.

Entre as várias postagens nas referidas redes sociais, destacamos o de comemoração ao Dia Internacional da Pessoa Idosa (1º de outubro), que teve como objetivo refletir acerca do idadismo, o quanto a sociedade rejeita à velhice como um estágio natural da vida. O idadismo, conhecido também como ageísmo, refere-se ao ato de “discriminar ou criar estereótipos, em geral negativos, para um indivíduo ou grupo de pessoas, baseado na idade cronológica” (DÓREA, 2021, p.10). Dessa forma, foram utilizadas algumas imagens para explicar sobre o que é idadismo, além de divulgar uma pesquisa *on-line* que tinha como questionamento: “você já sofreu preconceito por ser idoso/a? Já ouviu alguma piada por ser idoso/a? Já se sentiu descredibilizado/a, menosprezado/a, diminuído/a ou excluído/a por ser idoso/a? Se sim, conte para nós como foi!”. Diante de 82 respostas, 29 (35,7%) responderam que já sofreram idadismo. Entre os vários relatos, destacamos alguns:

Quando fiz um processo seletivo, ouvi as pessoas mais novas que estavam na fila esperando a contratação, falarem: essa velharia ao invés de ficar em casa vem tomar a nossa vez (participante UnAPI, 2021);

Em algumas rodas de conversa, principalmente se estão pessoas bem mais novas, o que eu falo não é muito relevante para eles, como se eu não soubesse de nada (participante UnAPI, 2021);

Já ouvi que lugar de idoso é em casa, na rua atrapalha (participante UnAPI, 2021);

Quando você chega em algum lugar para tratar de um assunto que é seu, porém acompanhada de alguém mais jovem, um filho por exemplo e a pessoa se dirige ao outro, é como se você não estivesse ali. É péssimo! (participante UnAPI, 2021).

Na pandemia o idoso foi tratado como objeto descartável. Quanto mais idosos morrerem melhor (participante UnAPI, 2021);

No trânsito, por qualquer coisa falam: só pode ser velha; velha, você está errada (participante UnAPI, 2021);

Em algumas rodas de conversa, principalmente se estão pessoas bem mais novas, o que eu falo não é muito relevante para eles (participante UnAPI, 2021).

Nas redes sociais, foram publicadas também, dicas de vídeos para entender o processo de envelhecimento como algo natural e também como um direito essencial dos indivíduos. Um dos vídeos foi realizado por uma das facilitadoras da UnAPI, que com 88 anos explicou os segredos da sua longevidade e do envelhecimento ativo.

CONCLUSÃO

Conclui-se que historicamente a UnAPI tem contribuído para oportunizar o desenvolvimento de ações socioculturais que favorecem a construção da sociabilidade da pessoa idosa, além de propiciar o aprofundamento da temática sobre políticas públicas para a pessoa idosa e sobre o processo do envelhecimento em diversos espaços socioinstitucionais. No decorrer do ano de 2021, período marcado pela pandemia de COVID-19, a UnAPI ousou e conseguiu adaptar suas atividades ao modelo remoto/virtual, de forma a atender algumas das necessidades do seu público-alvo. Se foi um desafio para os idosos interessados em participar e, portanto, manter o vínculo com o programa, vale ressaltar que também foi um desafio para toda a equipe. Quebrar paradigmas, romper estigmas e acima de tudo, se lançar a um novo aprendizado, um novo conhecimento de TI (tecnologias de informação) e mídias sociais foi desafiador e instigante.

Com base nos relatos foi possível observar os benefícios das atividades ofertadas pelo Programa de Extensão no cotidiano dos(as) idosos(as), sobretudo no que se refere à amenização dos desconfortos emocionais causados pelo isolamento social. Neste sentido, podemos afirmar que os objetivos foram alcançados. Romper com a solidão, poder rever amigos/as, quebrar o silêncio, contar e ouvir experiências, aprender uma nova forma de comunicação e interação, sentir-se acolhido/a pela universidade, entender e desmistificar o processo pandêmico e colorir a rotina foram alguns benefícios apresentados pelos participantes. Numa sociedade que estigmatiza, que reforça o idadismo, que aparta a pessoa idosa de participação social mais ampla, e que cultua interesses de promoção social destinados, quase que exclusivamente, à juventude, os interesses e as necessidades das pessoas idosas ficam subsumidos e/ou relegados a um segundo ou terceiro plano. Mesmo nas famílias, não há a escuta atenta aos interesses desses sujeitos. Sufocadas pelo tempo, pela pressa e afazeres, as famílias esquecem que o idoso é um adulto que envelheceu, mas que continua sendo um sujeito de direitos e desejos.

Ao buscar manter as atividades do Programa UnAPI em forma remota/virtual, no período auge da pandemia de COVID-19, reconhece-se e afirma-se mais uma modalidade de fortalecimento e ampliação da Extensão Universitária para a importante e necessária interlocução com a comunidade. Trata-se da universidade pública cumprindo o seu papel com a comunidade em geral e em especial com a população mais longa, mesmo que em tempos de pandemia.

REFERÊNCIAS

ATLAS. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/uf/32#sec-demografia>. Acesso em: 01 de maio de 2022.

BRASIL. Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 3 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm. Acesso em: 07 mai. 2022.

BRASIL. UNFPA. Fecundidade e dinâmica da população brasileira. Brasília, 2018.

CAMARANO, A. A. *et al.* **Condições de funcionamento e infraestrutura das instituições de longa permanência para idosos no Brasil**. (Comunicados do IPEA. Eixos do desenvolvimento brasileiro, 93). Brasília, DF: IPEA, 2011.

CORDEIRO, Monique Simões *et al.* O instrumento grupo no trabalho com pessoas idosas na Universidade Aberta à Pessoa Idosa do Espírito Santo. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 16., Brasília. Anais... Brasília: CFESS, 2019.

DÓREA, Egidio Lima. **Idadismo: Um mal universal pouco percebido**. 1ªed. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2021.

FREITAS, E.V. de. Demografia e epidemiologia do envelhecimento. In: PY, L. et al. Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro: Ed. NAU, 2004.

GOLDENBERG, Mirian. **A bela velhice**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2015.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Indicadores socioeconômicos dos bairros dos municípios do estado do Espírito Santo. Vitória, 2012**. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/1318-nt-29-indicadores-socioeconomicos-dos-bairros-dos-municipios-do-estado-do-espírito-santo>. Acesso em: 10 mai. 2022.

LOUVISON, M. ETSUKO, R. **Envelhecimento e políticas públicas de saúde da pessoa idosa**. In: BERZINS, M.; BORGES, M. C. Políticas públicas para um país que envelhece. São Paulo: Martinari, 2012.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. 2ª Ed. São Paulo, SP: Ed. Boitempo, 2008.



Fachada 1, Tom Boechat

Encontros entre experiências de ser criança em São Paulo e São Gabriel da Cachoeira

Meetings between experiences of being a child in São Paulo and São Gabriel da Cachoeira

Resumo

O presente trabalho apresenta as ações e reflexões realizadas no projeto “Correspondências entre diferentes experiências de infância brasileiras”, no período de 2017 a 2018, com crianças de 4 a 6 anos de idade. As atividades envolveram o ensino, a pesquisa e a extensão universitária na troca de correspondências entre crianças de São Paulo - SP e São Gabriel da Cachoeira - AM. O projeto foi realizado por meio de rodas de conversas, registros fotográficos e gráficos sobre o cotidiano das crianças, bem como um levantamento documental e bibliográfico sobre as comunidades indígenas no território brasileiro. Essa ação contribuiu para a mudança de perspectiva das crianças a respeito dos povos originários e a formação continuada das educadoras envolvidas no processo.

Palavras-chave: crianças indígenas; crianças pequenas; experiências de infância; educação para as relações étnico-raciais; extensão universitária.

Nadia Massagardi Caetano
da Silva
Ana Paula Santiago do
Nascimento

nadia.massagardi@unifesp.br
ana.santiago@unifesp.br

Abstract

This paper presents the actions and reflections carried out in the project “Correspondence between different Brazilian childhood experiences” carried out in the years 2017 and 2018 with children from 4 to 6 years of age that involved teaching, the research and university extension in the exchange of correspondence between children of São Paulo - SP and São Gabriel da Cachoeira - AM. It was carried out through circles of conversations and photographic and graphic records on the daily lives of children and documentary and bibliographical surveys on indigenous communities in Brazil. This action contributed to the change of perspective of children about indigenous peoples and the continuing education of educators involved in the process.

Keywords: Indigenous children; young children; childhood experiences; education for ethnic-racial relations; university extension.

INTRODUÇÃO

Através desses escritos se apresentará uma experiência de troca de correspondências entre crianças da cidade de São Paulo (estado de São Paulo) e crianças indígenas de São Gabriel da Cachoeira (estado do Amazonas), em 2017 e 2018. A proposta foi desenvolvida por meio de um projeto de extensão cadastrado junto à Pró Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a escola de educação básica envolvida, com a contribuição de profissionais que atuavam à época no Instituto Socioambiental (ISA), que se prontificaram a entregar as cartas para os grupos de crianças na Amazônia em ocasião de suas viagens a campo. Ainda que o projeto não tenha sido concluído de forma satisfatória, pretende-se aqui discorrer sobre a experiência, identificando no processo os ganhos observados.

Considerando o tripé que sustenta a universidade pública - e por conseguinte a escola que dela faz parte - que implica as ações de ensino, pesquisa e extensão, este trabalho se apresenta como fruto da indissociabilidade de tais aspectos: nasce a partir de uma atividade de ensino desenvolvida junto às crianças da educação infantil, organizado por uma pesquisadora no campo da infância indígena, e se desdobra para além dos muros da universidade, em uma proposta de troca com as crianças de uma comunidade indígena. Assim, de forma concomitante, tais ações se retroalimentaram e se desdobraram em novas ações, produzindo novos conhecimentos, novas pesquisas, novos saberes.

Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática. (FORPROEX, 2012)

Como ação que nasce da prática pedagógica junto a um grupo de crianças da educação infantil, o projeto teve como objetivo central viabilizar a troca de experiências e saberes entre as crianças urbanas paulistanas e as crianças indígenas da floresta amazônica. Tomando como referência primeira a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, em seu parágrafo XII, temos a diversidade étnico-racial como um princípio a ser seguido nas práticas de ensino, o que foi complementado pela alteração na LDB, com a Lei nº 11.645 de 2008 que incluiu no currículo da Educação Básica a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, indicando o papel da escola no reconhecimento dos saberes e culturas que compõem a sociedade brasileira. Desse modo, deve-se oferecer subsídios para que as crianças possam conhecer a diversidade e valorizá-la como fator constituinte de nosso país. No âmbito da educação infantil, temos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) que preconizam propostas que devem ser desenvolvidas a fim de assegurar “a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos originários, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América” (p. 21).

Tudo isso posto e considerando o papel fundamental da escola (desde a educação infantil) na formação da identidade de meninos e meninas, ao promover a troca de correspondências entre crianças de São Paulo e as crianças indígenas

de comunidades da Amazônia, buscou-se ampliar a iniciativa para acessar vozes e mundos das crianças de ambos os grupos. Ao proporcionar o diálogo entre crianças de contextos sociais, culturais e geográficos tão distintos, buscou-se favorecer o que seria uma das funções primeiras da educação infantil, segundo as referidas Diretrizes: a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Desde muito pequenas, as crianças devem ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, formar atitudes de solidariedade e aprender a identificar e combater preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem enquanto pessoas. Poderão assim questionar e romper com formas de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa, existentes em nossa sociedade e recriadas na relação dos adultos com as crianças e entre elas. Com isso elas podem e devem aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais, adquirir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis política e economicamente. Essa valorização também se estende à relação com a natureza e os espaços públicos, o respeito a todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais (BRASIL, 2009, p. 08).

Ao optar pelo desenvolvimento de uma ação junto à uma comunidade indígena, compreende-se a importância de tornarmos visíveis às nossas crianças paulistanas a existência dos povos originários, valorizando suas práticas, seus saberes, para que conheçam um pouco de suas vidas e culturas. Se há tantos anos existem e resistem as mais de 300 etnias no país¹, notamos em nosso cotidiano um grande desconhecimento em relação às mesmas pelas crianças e mesmo entre as pessoas adultas. Soma-se a essa percepção, o contexto desfavorável a estes povos que se estabeleceu de forma mais contundente naquele período, sob o governo de Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro -MDB), que nos sensibilizou para uma maior atenção à causa indígena e a um engajamento maior em suas lutas.

Vale destacar que o projeto se desenvolveu entre os anos 2017 e 2018, período que sucedeu ao golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT) e sucessão a presidência de Michel Temer. Além disso, foi o período que antecedeu a eleição de Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL, e atualmente no Partido Liberal - PL), cuja atuação foi especialmente nociva aos povos originários do Brasil. Tal conjuntura política, além de nos mobilizar para ação, foi também responsável por seu fim, quando, em 2018, com a eleição de Bolsonaro para a Presidência da República, pudemos acompanhar a intervenção direta do governo federal nos territórios indígenas da região amazônica, com a chegada do exército e expulsão de antropólogos e demais pesquisadores que atuavam nas comunidades, com as quais nos correspondíamos. Situação que inviabilizou a continuidade de nosso projeto, pois, uma vez que nossos apoiadores foram impedidos de acessar as comunidades nas quais realizavam seu trabalho, qualquer possibilidade de contato foi perdida.

1. De acordo com dados do Censo IBGE 2010, existem 305 etnias indígenas no país, falantes de 274 línguas.

METODOLOGIA: DA PESQUISA AO ENSINO E À AÇÃO DE EXTENSÃO, ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

Anteriormente às práticas de ensino e à realização da atividade de extensão, a proposta nasceu da pesquisa de uma professora da escola² que, em seu processo de investigação acerca das crianças indígenas e suas experiências de infância, propôs às professoras das turmas a realização da correspondência. Com o aceite do convite, a pesquisa logo se desdobrou em uma ação de extensão. Vale ressaltar que a proposta coincidia com as intencionalidades pedagógicas previstas para o agrupamento envolvido, correspondendo também a uma demanda das atividades de ensino realizadas junto às crianças da unidade escolar envolvida.

Destacamos que no desenvolvimento de nossas ações junto às crianças pequenas, intencionamos favorecer o processo das crianças de percepção de si, do entorno, do grupo e sensibilizá-las para perceber que existem outros lugares, outras experiências possíveis de infância: que existem crianças em outros lugares, outros espaços, outras cidades, outras realidades sociais, para além do que possam imaginar. Se em um primeiro momento partimos de nossas intencionalidades pedagógicas e de nossa prática de ensino junto às crianças com as quais atuamos, nos preocupamos também em acessar as crianças amazônicas, para que pudessem nos conhecer, mas sobretudo para que pudessem se fazer conhecer. Ainda que não pudessemos garantir o protagonismo das mesmas, dada a distância física, buscamos estratégias para que pudessem se apresentar e apresentar o que lhes parecesse significativo de seus mundos através das cartas e fotografias.

É importante ressaltar que, junto às cartas escritas pelas crianças, foi enviada uma carta aos educadores e educadoras das comunidades apresentando a proposta, com intuito de que pudessem avaliar a pertinência da atividade. Além disso, foi enviado um e-mail à coordenação geral da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), o que nos foi orientado pelos parceiros mediadores do ISA, para que a troca só fosse feita com aval das lideranças e das comunidades. Nesse sentido, buscamos uma interação dialógica, que contasse com a participação e o comprometimento dos envolvidos, para que houvesse, de fato, a construção de novos conhecimentos.

Tivemos como inspiração metodológica a “ecologia de saberes” que, tal como nos propõe Boaventura de Souza Santos (2013, p. 76), “consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígena, de origem africana, oriental etc.) que circulam na sociedade”. Através de conjuntos de práticas, buscamos promover uma convivência ativa de saberes, ainda que limitadas às condições para as trocas, tendo como pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse diálogo.

Nessa perspectiva, além das cartas, foram enviadas também câmeras fotográficas que pudessem ser usadas como um recurso para enriquecer a apresentação do contexto de vida das crianças. As câmeras digitais, já equipadas com cartões de memória, foram entregues nas comunidades para que ficassem de forma permanente e apenas os cartões, com as fotos, seriam enviados para São Paulo.

2. “Correspondências entre pequenas infâncias indígenas e urbanas: palavras, desenhos e fotografias como fontes indiciárias sobre ser criança na cidade de São Paulo”

DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÕES: REFLEXÕES SOBRE O VIVIDO

A troca de cartas foi iniciada pelas crianças de São Paulo, a partir de um convite feito pela professora de uma das turmas. Para a elaboração das mesmas, após conversa com as crianças sobre a ação e de como iria acontecer, sentamos por alguns dias em roda para elaborar a carta de forma coletiva. Inicialmente, combinamos o que iríamos contar para as crianças indígenas e depois faríamos as perguntas. Na primeira parte a escolha foi em relatar como era a nossa escola e a nossas casas, seguido dos nossos hábitos alimentares.

Após organizar o que iríamos escrever, as crianças levantaram as possíveis perguntas que queriam fazer. Após o levantamento, fizemos a seleção de algumas para não ficar uma carta muito longa. Também, as crianças se organizaram para levar a máquina fotográfica para casa e fotografar coisas que quisessem mostrar para os nossos novos amigos, além de terem feito desenhos de como era a escola para que pudéssemos apresentá-la. Diariamente, víamos as fotos e selecionávamos o que seria enviado de cada crianças junto com a carta e os desenhos.

Como a atividade foi realizada em duas turmas de infantil I (crianças com 4 e 5 anos de idade), foi feito um acordo do que ficaria na carta final. Segue a transcrição da carta elaborada pelas crianças de São Paulo:

Queridos Amigos,
Estamos muito felizes em conversarmos com vocês e conhecer um pouco de suas vidas. Aqui onde moramos, em São Paulo, vamos para a escola de uniforme, usamos boné, mas não tem boné no uniforme. Na nossa escola tem ventilador, cadeiras e mesas, armários, colchonetes (onde descansamos depois do almoço), tem tv também na sala da professora Meire[1], é nessa sala que a gente dorme depois do almoço. A nossa escola tem escada e elevador, temos três andares de salas e um solário no quarto andar. Temos gancho para colocar as bolsas dentro da sala, na sala do Infantil 1A não cabe todas as bolsas então colocamos as bolsas fora da sala, já na sala do Infantil 1 B tem bastante ganchos, cabem todas as bolsas lá dentro.
Temos banheiros aqui na escola, que tem sabonete e papel. Temos um parque que tem: motocas, casinha, escorregador, cavalo (de plástico), árvore que pode subir e balanço.
Temos também aula de educação física com o professor Alex. Na nossa escola também fazemos festa junina e trazemos garrafinhas com água todos os dias.
Na nossa escola a gente brinca com fantasias, materiais de sucata, massinha e pecinhas de monta-monta. No mês das crianças (outubro) construímos alguns brinquedos de reciclagem.
Uma coisa bem interessante: temos minhocas aqui na escola. Ah, e uma cabana para entrarmos com os brinquedos.
Nas nossas casas dormimos em berços ou camas, temos chuveiros e alguns de nós tomamos banho em banheiras; no nosso banheiro também tem vaso sanitário.
Comemos em pratos ou bandejas, alguns de nós preferem as bandejas, com colher, garfo ou faca...,mas também preferimos a colher (nem todos, claro).
Para ir até a escola vamos de pé (quem mora perto), de carro, moto, ônibus ou metrô.
Temos mercados onde compramos com dinheiro carne, comida, frutas. Também tem uma farmácia perto da escola.

Agora queremos saber um pouco de como é a rotina de vocês. Queríamos saber:

- 1) Se plantam alguma coisa por aí. aqui a gente planta girassol, cenoura, saladas, abóbora, maçã e tomate;
- 2) Como é a escola de vocês?
- 3) Vocês usam o barco para ver o jacaré?
- 4) Por que usam flecha para caçar peixes e jacaré?
- 5) Vocês caçam os bichos para comer? comem cru? Fazem fogueira? como fazem?
- 6) Vocês usam a cama para dormir e descansar?
- 7) Vocês tem açai, sorvete e iogurte por aí? Aqui temos e gostamos muito;
- 8) Existem indígenas bebês?
- 9) Como são as casas onde moram
- 10) Vocês tem geladeira?
- 11) Vestimos roupas aqui e vocês como são suas roupas?
- 12) Vocês tem bastante brinquedos?
- 13) Tem parquinho na escola de vocês? e quadra?
- 14) Vocês levam mochila para a escola?

Fizemos alguns desenhos para vocês verem como é a nossa cidade e escola.

Estamos esperando a carta de vocês.

Beijos

Crianças do Infantil I do Núcleo de Educação Infantil - Paulistinha

Na leitura da Carta construída pelas crianças de São Paulo é possível identificar o que estava no imaginário das crianças ao se referirem aos povos originários. Ficou evidente a necessidade da continuidade de conversas sobre os povos e seus costumes, para que fossem combatidos os muitos preconceitos revelados nas falas das crianças, que colocavam os povos originários em um lugar de mito, de folclore, herança de nossa educação colonizadora. Como função da educação, o trabalho se direcionou para a desconstrução desse imaginário, “contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo” (GRAMSCI, 2000, p. 42) que contribui para a manutenção do status quo.

Falamos diversas vezes que iríamos enviar a carta para as crianças indígenas, de uma escola como a nossa. As perguntas sobre as roupas que usavam (e se usavam), a forma que se alimentavam e dormiam/descansavam já eram esperadas por nós docentes ao iniciarmos o projeto, porém nos surpreendeu de forma negativa (acreditávamos mais no trabalho sendo feito com as crianças sobre os povos originários em anos anteriores e no próprio ano letivo) a pergunta de uma das crianças, sobre a existência de bebês indígenas. Esse questionamento nos fez ver, “sem sombra de dúvidas”, a necessidade urgente de retomarmos as discussões sobre os povos originários.

Assim que essa pergunta foi feita pela criança, a professora a questionou novamente perguntando se essa questão faria sentido a respeito de outras pessoas. Ela refletiu sobre a questão, ouviu a indagação de uma outra criança sobre a obviedade

da resposta e se pôs pensativa. Como uma criança muito sabida, “se deu conta” que não fazia sentido seu questionamento, só não percebeu de onde veio a motivação para fazê-la e, muito menos, do que essa pergunta havia significado na formação das professoras que as acompanhavam nessa caminhada escolar. Inicialmente, pensamos em não enviá-la, pois é uma pergunta que fere, desrespeita, coisifica os povos originários. Porém, decidimos deixá-la na carta das crianças, para explicitar a nossas fragilidades de povos não indígenas e nossa incapacidade, ainda existente (e persistente), de ensinar as nossas crianças a existência de outras etnias e formas de viver nesse mundo - que para elas se apresenta a pouco tempo.

A carta e os materiais produzidos foram então entregues aos colaboradores do ISA, que se prontificaram a mediar as trocas. Em campo, entregaram as cartas para a Comunidade São Felipe, no igarapé Castanho, afluente do Tiquié, etnia principal Yebá-Mahsã (conhecidos como Makuna); para a Comunidade São José II, Escola Tukano Yupuri, Rio Tiquié, etnia principal Tukano; e também para a Comunidade São Pedro, Escola Tuyuka Utapinozona, etnia Tuyuka. Apenas em uma delas, na São José II, houve uma mediação na entrega do material, com uma reunião com professores e uma apresentação da proposta. Nas demais, a apresentação foi feita em uma oficina dos pesquisadores indígenas, para que estes levassem as propostas às comunidades. Vale destacar a importante atuação desses parceiros, indicando estratégias, adequação de termos, formas de estabelecer comunicação e oferecendo referências sobre as comunidades que tão bem conheciam.

A importância dessa parceria se revelou em um cuidado que uma de nossas parceiras-mediadoras teve nas trocas, ao não reproduzir algumas perguntas às pessoas. A mediadora, bióloga do ISA, destacou algumas questões problemáticas, como a da existência de bebê indígena; e nos alertando para outras, como a descrição das crianças sobre o prédio da escola e, sobretudo, do que o compunha, no qual poderia soar como ostentação, sugerindo que déssemos mais foco às experiências que às coisas que constituem o cotidiano das crianças em São Paulo.

A criação da carta, desenhos e fotos se apresentou às crianças como uma importante ação. As crianças sabiam que esse retorno poderia demorar muito ou mesmo não acontecer, mas esse não era motivo para não perguntarem sobre a resposta de tempos em tempos. Durante o tempo de espera, souberam que as crianças tinham recebido a carta, os desenhos e fotos, e ficaram satisfeitos de que outras crianças saberiam de sua existência, e um pouquinho de como viviam a infância na nossa escola/território. A resposta só chegaria no ano seguinte, quando algumas crianças já estavam em outras escolas. Ainda que as cartas tenham sido recebidas com entusiasmo, recebemos apenas uma resposta, que segue transcrita abaixo:

A nossa escola é coberta com telha de barro e fechada com parede de madeira (tábua) e possui um pomar. Jacaré por aqui é difícil de ver, os nossos pais costumam de ver à noite pescando ou caçando. Hoje em dia não usamos muito a flecha para pescar e caçar, os nossos pais usam muito anzol, linha de pesca para pescar peixes e espingarda (arma de fogo) para caçar. Nós mesmos não caçamos somente os nossos pais caçam Paca, Cutia, Macaco, Jacaré e algumas Aves e comemos cozido para fazer fogo primeiro colocamos isca de fogo e acendemos com fósforo ou isqueiro. Para dormir e descansar não usamos cama, nós dormimos na rede, pertinho da rede de nossos pais. Por aqui nós temos muito açai, preparamos vinho de açai colocamos farinha, tapioca, suco de mangaça e tomamos e gostamos muito sorvete e iogurte por aqui, não temos, tomamos só quando estamos na cidade. Geralmente nossas casas são cobertas com zinco de alumínio palha, fechada com paredes de tábua e alguns com casca de envira e não temos geladeira nas nossas casas usamos camiseta de algodão e bermuda jeans e seda calçamos sandálias havaianas o nosso brinquedo preferido é Tomar banho e brincar na cachoeira não temos parque e quadra da nossa escola. Não usamos mochila na escola, guardamos nossos cadernos e lápis no saco plástico e carregamos na mão e mandamos nossas fotos para vocês conhecerem um pouco da nossa realidade.

Bárbara



Por aqui nós plantamos Açai do Pará, Maniva, Abacaxi, Cana e muito mais. A nossa escola é coberta com telha de barro e fechada com parede de madeira (tábua) e possui um pomar. Jacaré por aqui é difícil de ver, os nossos pais costumam ver à noite pescando ou caçando. Hoje em dia não usamos muito a flecha para pescar e caçar, os nossos pais usam muito anzol, linha de pesca para pescar peixes e espingarda (arma de fogo) para caçar, nós mesmos não caçamos somente os nossos pais caçam Paca, Cutia, Macaco, Jacaré e algumas Aves e comemos cozido para fazer fogo primeiro colocamos isca de fogo e acendemos com fósforo ou isqueiro. Para dormir e descansar não usamos cama, nós dormimos na rede, pertinho da rede de nossos pais. Por aqui nós temos Muito açai preparamos vinho de açai colocamos e gostamos muito sorvete e iogurte por aqui nós não temos isso só quando estamos na cidade geralmente nossos casas São cobertas com zinco de alumínio palha, fechada com paredes de tábua e alguns com casca de envira e não temos geladeira nas nossas casas usamos camiseta de algodão e bermuda jeans e seda calçamos sandálias havaianas o nosso brinquedo preferido é Tomar banho e brincar na cachoeira não temos parque e quadra da nossa escola. Não usamos mochila na escola, guardamos nossos cadernos e lápis no saco plástico e carregamos na mão e mandamos nossas fotos para vocês conhecerem um pouco da nossa realidade.

Obrigado.

3. Disponível em: <https://mirim.org/es>. Acesso em 13/04/2023 às 9h25.

4. RICARDO, Fany (org.). Povos indígenas do Brasil Mirim. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.

Com a chegada da carta-resposta das crianças de São Paulo e com a alteração de parte das crianças das turmas envolvidas, as professoras retomaram com as crianças o processo realizado no ano anterior e apresentaram a resposta que havíamos recebido.

Essa distância entre o envio e a resposta foi importante, para que pudéssemos retomar com as crianças algumas discussões realizadas na época da escrita da carta. A visualização das imagens enviadas pelas crianças indígenas também foi importantíssima para as discussões realizadas.

As crianças, agora do Infantil II (com 5 e 6 anos de idade), construíram uma carta de agradecimento às crianças indígenas, dando continuidade ao diálogo iniciado. Este processo envolveu, para além da escrita, a oportunidade de um trabalho mais abrangente sobre os povos originários no Brasil. Em um mapa, apresentamos às crianças a localização da comunidade em que viviam as crianças indígenas, acrescidas de imagens da região. Também apresentamos, através do conteúdo do site ISA Mirim³ e do livro⁴, referências sobre a etnia das mesmas, com imagens, informações sobre a língua que falam, entre outros. Ao acessar tais conteúdos, oferecemos também a oportunidade de que as crianças tivessem alguma dimensão da quantidade de povos e línguas existentes no território nacional.

Ainda com intuito de que as crianças pudessem compreender a presença indígena na atualidade, como pessoas reais, concretas, que constroem suas vidas no cotidiano, convidamos uma mulher indígena da etnia Fulni-ô, que vive em contexto urbano na cidade de São Paulo, Patrícia Rodrigues, também conhecida como *Pagu*. Em sua presença, as crianças puderam fazer perguntas, ouvir sobre seu povo, sua história e, ainda, ouvi-la falar sua língua, o *yatê*. Este contato também ofereceu às crianças uma referência sobre os povos originários do Nordeste, cuja vida se difere muito dos que vivem na Amazônia: localizamos no mapa, mostramos imagens de suas casas, contamos sobre sua história, chamamos atenção para o fato de terem preservadas a sua língua. Ao receber uma indígena moradora da cidade de São Paulo, contamos às crianças sobre a existência de muitos povos na cidade e intencionamos inclusive visitar uma das duas terras indígenas Guarani Mbya do município, o que não se concretizou por demandas e questões próprias da dinâmica escolar.

Com todo esse trabalho desenvolvido, tivemos a segunda carta, que nos pareceu menos carregada de estereótipos e preconceitos:

Oi, amigos!
Obrigada pela carta de vocês! Gostamos muito!
Achamos muito bonitos os desenhos de vocês!
As fotos que vocês mandaram nos deixaram com muita vontade de nadar em um rio! Por aqui a gente não nada no rio porque o rio está cheio de lixo e a gente pode pegar alguma doença. Nossos rios são sujos e muito fedorentos e os peixes morreram, porque em alguns rios cai água do esgoto.
Nossa turma se chama Turma dos Gigantes de todas as cores. Vocês conhecem alguma história de gigante?
A gente gosta muito de brincar de dança da cadeira. Vocês conhecem essa brincadeira? Quando estamos na escola também gostamos de brincar de esconde-esconde e pega-pega. Vocês também gostam?

Nós falamos português e conhecemos algumas palavras em inglês.
Que língua vocês falam? Podem nos ensinar algumas palavras?
Bye! Bye!
Beijos da Turma dos gigantes de todas as cores (Infantil IIA)

Para acompanhar estes escritos, as crianças produziram algumas fotos na companhia de suas famílias, a partir do convite de que apresentassem um pouco sobre a São Paulo que conhecem e vivem. O diálogo, entre as imagens produzidas por crianças amazonenses e paulistas, enriqueceu bastante as trocas, tornando visíveis as experiências tão diversas de ser criança.



Imagem 1: foto de São Gabriel da Cachoeira (AM)

Fonte: Acervo das autoras



Imagem 2: foto de São Paulo (SP)

Fonte: Acervo das autoras

Infelizmente, apesar de ter sido acompanhada por um processo muito rico e significativo para as crianças, a segunda carta não chegou a ser entregue às crianças de São Gabriel da Cachoeira, pois, conforme mencionado anteriormente, a expulsão de nossos parceiros do território indígena em decorrência da intervenção do exército, inviabilizou nosso contato com a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos identificar que, através da prática extensionista apresentada, houve ganhos consideráveis nos processos de ensino e aprendizagem junto às crianças, bem como ganhos significativos para a pesquisadora proponente, tendo essa ação um grande potencial para integrar ensino e extensão na educação básica.

Foi possível observar o quanto o processo foi significativo para as crianças com as quais se realizava as atividades de ensino, promovendo muitas aprendizagens e contribuindo para a superação de determinados preconceitos. Nos frustra o fato de que talvez não tenha sido tão importante para as crianças com as quais nos correspondemos. Entretanto, no que se refere à atividade de extensão propriamente dita e seus objetivos iniciais, avaliamos que, talvez pelo fato de que as trocas tenham sido poucas e o contato bastante escasso, este não pode se cumprir plenamente. Ainda que tenhamos nos empenhado para fazer ecoar as vozes das crianças indígenas através de suas palavras, desenhos e fotografias, reconhecemos que pouco sabemos sobre sua participação, de que forma estavam sensibilizadas com as trocas. Não identificamos de que forma a ação foi percebida pela comunidade envolvida.

Destacamos a importância da parceria com profissionais que trabalham na região, que além de viabilizarem que os objetos (carta, desenhos, máquina) chegassem ao seu destino, possibilitou refletirmos sobre o conteúdo da produção das crianças e como isso poderia ser “lido” por nossos interlocutores. Neste sentido, atribuímos o fato de termos recebido resposta apenas da comunidade onde houve a mediação direta e supressão de perguntas como um indício de necessidade de vínculo, confiança na mediação e, principalmente, como uma revelação da inconveniência de algumas perguntas feitas pelas crianças, na expressão do preconceito posto em nossa sociedade.

A possibilidade de mantermos a proposta de trabalho com as crianças durante um período mais longo e, principalmente, de poder se utilizar de diferentes recursos como fotos, desenhos, documentários, curtas, mapas, livros e roda de conversa com uma indígena, foi fundamental para a formação das crianças e das educadoras envolvidas. Esse período vem se estendendo ano após ano no trabalho com essas crianças, que, mesmo com outras educadoras, vem construindo uma nova relação com as culturas dos diferentes povos originários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996, p. 27.833. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 abr. 2023, às 13h.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB 20/2009**, publicado no D.O.U. de 9/12/2009, Seção 1, Pág. 14. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN202009.pdf?query=INFANTIL. Acesso em: 13 abr. 2023, às 12h26.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 13 abr. 2023, às 12h19.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**, Manaus, 2012. Disponível em: http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//Politica_Nacional_de_Extensao_Universitaria_-FORPROEX-_2012.pdf. Acesso em: 13 abr. 2023, às 10h51.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932). **Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais**. In: Cadernos do cárcere. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 13-53.

SANTOS, Boaventura S. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2013.

SESC, Departamento Nacional. **Educação em Rede: culturas indígenas, diversidade e educação** (Vol. 7). Rio de Janeiro: SESC, 2019, 180p.



Grande Hotel 1, Tom Boechat

Culturas da infância: Um olhar para as crianças quilombolas

Cultures of childhood: A look at quilombo children

Resumo

O projeto “Comunidade Quilombola: Constituição identitária e vivências formativas escolares e não escolares”, registrado no Sistema de Informação de Extensão da Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí (PI0116-2016), foi desenvolvido na Comunidade Quilombola do Cedro, localizada no Município de Mineiros, Estado de Goiás. O estudo seguiu a regulamentação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CAAE nº 62116416.9.0000.5083, em conformidade com o parecer substanciado nº 1.864.576). Este trabalho buscou compreender a composição identitária e as experiências formativas escolares e não escolares de um grupo de sujeitos residentes no bairro Quilombola do Cedro, Mineiros, Goiás, a partir de dados coletados entre os anos de 2016 e 2022. Considerando que partimos de paradigmas da Psicologia e da Educação, dois campos que apenas recentemente se interessaram pelos estudos étnicos, foi necessário complementar os subsídios teóricos que sustentam este projeto de extensão com conhecimentos antropológicos. Assim, os resultados são frutos da conexão entre saberes antropológicos, psicológicos e pedagógicos. O aprofundamento da pesquisa teórica foi importante, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento humano contextualizado com base na teoria do desenvolvimento ecológico de Bronfenbrenner (1996), que ajudou a criar uma mudança de paradigma na psicologia educacional. Entre os resultados, destacamos a verificação da cultura oral como forma de transmissão de conhecimento e valores; a relação com a terra e a natureza como importante vivência formativa não escolar; a capoeira, atividade muito presente na comunidade, como prática esportiva e também uma forma de expressão cultural; bem como o reconhecimento de que dentro de cada criança quilombola do Cedro há uma rica construção social, cultural e histórica, resultantes de uma interpretação única e especial que clama por atenção e valorização.

Palavras-chave: culturas da infância; desenvolvimento ecológico; crianças quilombolas.

Maria Tarcília Alves dos Santos
Margareth Araújo e Silva

mariatarcilia@ufj.edu.br
margareth@ufj.edu.br

Abstract

The project “Quilombola Community: Identity constitution and school and non-school formative experiences”, registered in the Extension Information System of the Federal University of Goiás – Jataí Regional (PI0116-2016), was developed in the Quilombola Community of Cedro, located in the Municipality of Mineiros, State of Goiás. The study followed the regulations of the Ethics Committee for Research Involving Human Beings (CAAE nº 62116416.9.0000.5083, em conformidade com o parecer consubstanciado nº 1.864.576). This work sought to understand the identity composition and school and non-school training experiences of a group of subjects living in the Quilombola do Cedro neighborhood, Mineiros, Goiás, based on data collected between the years 2016 and 2022. Considering that we start from paradigms of Psychology and Education, two fields that have only recently become interested in ethnic studies, it was necessary to complement the theoretical subsidies that support this extension project with anthropological knowledge. Thus, the results are the result of the connection between anthropological, psychological and pedagogical knowledge. Deepening theoretical research was important, especially with regard to contextualized human development based on Bronfenbrenner’s (1996) ecological development theory, which helped create a paradigm shift in educational psychology. Among the results, we highlight the verification of oral culture as a way of transmitting knowledge and values; the relationship with the land and nature as an important non-school training experience; capoeira, an activity very present in the community, as a sporting practice and also a form of cultural expression; as well as the recognition that within each Quilombola child in Cedro, there is a rich social, cultural and historical construction, resulting from a unique and special interpretation that calls for attention and appreciation.

Keywords: cultures of childhood; ecological development; quilombola children.

“Declaramos não ter conflito de interesse”.

INTRODUÇÃO

Segundo Urie Bronfenbrenner (1996, p. 26), “estamos em constante crescimento psicológico a partir das relações de reciprocidade, sentimento afetivo positivo de equilíbrio e poder, que se desenvolvem entre as pessoas e seus ambientes”. A partir desse ponto de vista, a construção de conhecimentos e integração de experiências originadas em contextos variados passam a ser dados importantíssimos, para compreensão da percepção que as crianças têm dos ambientes que habitam e de como processam as experiências vividas e pensadas. Assim, as crianças revelam o seu aprendizado, desenvolvendo um estilo de representação singular no mundo, que depende primordialmente da forma de como a pessoa percebe e lida com o seu ambiente, de como está inserida nos diferentes sistemas ambientais que são dinâmicos e vivenciados concomitantemente.

A Psicologia Ecológica do Desenvolvimento Humano (BRONFENBRENNER) subsidiou e direcionou a investigação em quatro níveis dinâmicos de análise: a Pessoa, o Processo, o Contexto e o Tempo – P.P.C.T.. A introdução desta metodologia decorre da emergência de novos papéis e funções para o psicólogo em contexto educativo e comunitário, que enfatizam uma postura colaborativa e possibilita uma atuação eficaz às solicitações de acordo com o modelo P.P.C.T., em uma matriz ecológica da intervenção em que propriedades da pessoa e do meio, a estrutura dos contextos ambientais e os processos que ocorrem no interior e entre estes contextos.

Portanto, os elementos do ambiente e a utilização de dados visuais como imagens fotográficas são importantes fontes das relações interpessoais, da vivência em diferentes sistemas, do desempenho de papéis e das práticas infantis. Assim, buscamos conhecimentos sobre a relação da criança quilombola do Cedro/ambiente e, através de imagens, procuramos contextualizar suas perspectivas de interações/transações e refletir sobre as possibilidades da forma como as crianças percebem e lidam com o seu ambiente e interagem dentro deles e com eles.

O ambiente ecológico é constituído por uma série de estruturas, encaixadas uma dentro da outra, representando os diferentes meios em que as crianças transitam, de forma direta ou indireta, e atuam como sistemas de influência na construção de suas identidades, pois o homem é um ser social que se constrói ao mesmo tempo em que constrói com outros homens, a sociedade e sua história.

Segundo Bronfenbrenner (1996), existe entre os sistemas ecológicos uma dinâmica de interação, entre eles: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. O microssistema é o núcleo familiar, relações estáveis e significativas, onde deve haver reciprocidade, equilíbrio do poder, afeto, etc. O conjunto desses microssistemas é chamado de mesossistema. Já os exossistemas são ambientes em que a pessoa não está presente, sendo que decisões tomadas nele afetam seu desenvolvimento. Por fim, nos macrosistemas encontramos os sistemas de valores e crenças que permeiam a existência das diversas culturas.

A interação dinâmica entre todos os sistemas é o objeto de estudo da Psicologia Ecológica. Pensar e ver o mundo ecologicamente significa abrir nossas percepções para mundo complexo, vivo, dinâmico e intenso. A participação da criança quilombola do Cedro acontece em diversos ambientes, como o familiar, nuclear e extenso, escolinha, vizinhança, igreja, etc. Existe um papel específico que a criança deve desempenhar em cada contexto específico. Esses processos de socialização

promovem desenvolvimento, e o ideal é uma transição ecológica efetiva e saudável, em que a criança possa contar com participação e apoio.

A pesquisa foi realizada na comunidade Quilombola do Cedro de Mineiros/GO. A constituição da comunidade do Cedro acompanha a história e formação do município de Mineiros. Segundo Silva (2012), Mineiros originou-se por volta do ano de 1873, com a chegada dos irmãos Carrijo na região e a constituição do Quilombo Cedro pode ser registrada pelo ano de 1985, ano que a terra foi registrada em cartório. Mineiros (GO) localiza-se na microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás, ficando a aproximadamente 420 quilômetros da capital do Estado, Goiânia. O quilombo do Cedro é parte da Fazenda Flores do Rio Verde, constituindo uma enorme região que circunda quase todo o município de Mineiros (GO), até próximo ao município vizinho de Portelândia. Situando-se na microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás, faz parte da Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins, na zona do Alto Araguaia, de forma que, em Mineiros encontra-se a nascente do rio Araguaia.

Observa-se que ao contrário do processo histórico de formação de grande parte dos quilombos brasileiros, que tiveram sua construção marcada pela reunião de negros que foram escravizados e, na luta por sua liberdade, eram refugiados do sistema escravista, o quilombo do Cedro surge de uma ação pacífica. Segundo Moraes (2014) a área atual tombada possui 162 alqueires, o que desperta a preocupação, inclusive, com a manutenção e continuidade da comunidade do Cedro. A Comunidade é formada por indivíduos que possuem uma identidade étnica e cultural específica, que nasce da história de resistência dos seus antepassados originários de Moçambique, que foram escravizados. A partir da luta pela liberdade, esses indivíduos construíram uma identidade cultural única, que é transmitida de geração em geração e que se caracteriza pela valorização da ancestralidade, da cultura afro-brasileira e da luta contra o racismo (SAWAIA, 1994). A constituição identitária dos sujeitos da comunidade é marcada pela vivência em um ambiente rural e pela relação estreita com a terra e com a natureza. Além disso, a comunidade é caracterizada por uma forte coesão social, que se expressa na solidariedade, no apoio mútuo e na valorização da convivência comunitárias.

A área do quilombo do Cedro possui algumas alterações que podem ser constatadas em documentos do Ministério Público Federal que, datados de 2013, foram encaminhados à Prefeitura de Mineiros e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, solicitando medidas urgentes para garantir ao integridade dos territórios tradicionais e dos direitos fundamentais dos membros da comunidade quilombola, bem como garantir a manutenção do acervo cultural das comunidades negras do sudoeste goiano. Segundo o Ministério Público Federal (BRASIL, 2014), o quilombo Cedro não tem sua situação de posse da terra devidamente demarcada e regularizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Mas, o estado de Goiás possui 26 comunidades quilombolas registradas pela Fundação Cultural dos Palmares – FCP e a comunidade do Cedro no Município de Mineiros está entre as comunidades que já possui sua certificação como remanescente de quilombos.

As formas como as crianças organizam suas brincadeiras e os significados construídos nas relações sociais que estabelecem com os objetos do brincar e entre si, evidenciam como as crianças da comunidade quilombola do Cedro lidam com seu meio educacional, cultural, familiar e ambiental. Para a obtenção de dados utilizamos várias técnicas, tais como: registros de episódios e fotográficos, observação do cotidiano e entrevistas com e sobre as crianças e suas vidas. O estudo foi respaldado em abordagens que pensam a criança em movimento, buscando novos significados nos elementos da realidade, que permitem a criação de processos culturais, a ampliação das possibilidades de significações, o desvelamento de suas próprias condições de vida, maior compreensão da complexidade e amplitude no entendimento da constituição da identidade étnica dessas crianças.

Assumimos a perspectiva sociointeracionista com o objetivo de investigar as interações que se evidenciam na comunidade. Registramos, através da observação de práticas específicas, como se mesclam, nesses espaços, componentes cognitivos e afetivos, conceitos cotidianos e/ou científicos. Esses dados permitiram a observação da constituição de subjetividades, entendida nesse estudo como um registro que os sujeitos fazem do mundo a partir de sua inserção neste mundo material, mundo que é cultural e social. Esse mundo material permite a elaboração peculiar de suas singularidades, autorrepresentação, presentes na construção da subjetividade coletiva, que abarca o fenômeno da etnicidade dos sujeitos envolvidos. A subjetividade é a dimensão do sujeito em que sua existência só se torna possível a partir do contato com o mundo exterior, este mundo que é cultural e social.

Em relação à subjetividade social ou coletiva, Bock (2002, p.93) a descreve como sendo “exatamente a aresta subjetiva da constituição da sociedade”, de forma que, “refere-se ao sistema integral de configurações subjetivas (grupais ou individuais), que se articulam nos distintos níveis da vida social”. Há um movimento constante que vai de cada um de nós, para o mundo social e que nos vem deste mesmo mundo. O instrumento básico para esta relação é a linguagem.

Então, o que acontece comigo vem da influência ‘do outro’ com quem me relaciono, que tem linguagem, significados e é um representante da cultura. É sempre ‘um outro’ que permite minha relação com o mundo social. O trabalho do educador e pesquisador psicólogo é desta forma, influenciar e direcionar o processo do sujeito que está se constituindo, na busca de potencializar a capacidade de atuar de modo transformador sobre o mundo, satisfazendo as necessidades pessoais e do coletivo. O pesquisador psicólogo trabalha buscando a compreensão das significações construídas pelo sujeito e suas mudanças, quando são geradoras de sofrimento ou de alienação.

MÉTODO

Exploramos as práticas culturais da comunidade Quilombola do Cedro em nosso tempo, em suas formas relacionais e de produção de subsistência, na descrição do meio em que habitam, nos valores sociais e modo de vida da comunidade do Cedro, bem como é em seus mundos mentais sociais, que buscam matéria-prima para construir seu jeito único de ser. A metodologia utilizada para desenvolver o presente trabalho consistiu-se de um estudo exploratório e descritivo. A pesquisa foi de caráter qualitativo e a coleta de dados se deu por intermédio da pesquisa bibliográfica, documental e aplicação da observação participante em visitas e rodas de conversas junto a representantes e integrantes da comunidade quilombola do Cedro.

Examinamos as regras de Fredrick Barth (1998) sobre descrição de identidade, auto atribuição ou atribuição heterogênea de identidade. Neste estudo, partimos do pressuposto de que as identidades são sempre construídas e, portanto, devem ser definidas historicamente e não biologicamente, pois a identidade racial não pode ser entendida como algo constituído, naturalizado, mas sim como uma identidade única em processo de formação. Barth (1998, p.194) afirma: Na medida em que os atores usam identidades raciais para categorizar a si mesmos e aos outros para interagir, eles formam grupos raciais nesse sentido organizacional. A forma como organizam os significados que são constituídos entre eles e os objetos e nas relações sociais que estabelecem entre eles mostra como lidam com seus contextos educacional, cultural, familiar, ambiental, enfim, no bairro Cedro Quilombola onde moram. Os dados recolhidos anteriormente serão agora analisados e interpretados, nomeadamente: registos de incidentes e fotográficos, entrevistas com e sobre os sujeitos e a sua vida no Cedro, observações dos participantes sobre o seu cotidiano.

É importante afirmar que não devemos esquecer que, ao realizar uma leitura interpretativa de dados e observações, nossa análise é filtrada por nossas visões filosóficas, políticas e ideológicas. O conteúdo implícito refere-se à informação explícita, valores, sentimentos e representações contidos na subjetividade coletiva da situação social em estudo. A análise é respaldada em abordagens que pensam as pessoas em movimento, buscando novos significados nos elementos da realidade, permitindo a criação de processos culturais da infância, a ampliação das possibilidades de significações, o desvelamento de suas próprias condições de vida, maior compreensão da complexidade e amplitude no entendimento da constituição da identidade étnica das crianças dessa comunidade.

RESULTADOS

- Dados etnológicos coletados nas visitas realizadas, rodas de conversa e oficinas, sobre o modo de vida e das práticas culturais da comunidade Quilombola do Cedro

A comunidade Quilombola do Cedro tem uma forte relação com a terra e com a natureza, sendo a agricultura e a pesca atividades fundamentais para a sua subsistência, atividades que as crianças participam com seus pais, irmãos, primos e amigos. Foi possível perceber a forte presença da cultura oral como forma de transmissão de conhecimento e valores. As oficinas também foram momentos de aprendizado, onde foi possível conhecer mais sobre as práticas culturais da comunidade, como a dança e a música. A capoeira, por exemplo, é uma atividade muito presente na comunidade, que além de ser uma prática esportiva, é também uma forma de expressão cultural. É notório que a identidade dos moradores está fortemente ligada à preservação das tradições culturais africanas como a capoeira, a música com tambores e a dança; além da forte relação com a natureza e a terra e a medicina natural. Possuem uma farmácia de produtos naturais, como remédios, garrafadas e sabonetes.

A relação com a terra e a natureza é uma importante vivência formativa não escolar na comunidade. A agricultura e a pesca são atividades fundamentais para a subsistência da comunidade, e os moradores aprendem desde cedo a importância da preservação do meio ambiente e da utilização sustentável dos recursos naturais, sendo uma vivência formativa importante na comunidade a alimentação saudável e a medicina natural. Os moradores cultivam alguns de seus próprios alimentos e utilizam plantas medicinais para tratar diversas doenças, o que contribui para a promoção da saúde, o bem-estar da comunidade local e também da região, uma vez que muitas pessoas se dirigem a comunidade para comprar os produtos manipulados por eles e comercializado para moradores da região de Mineiros e outras localidades do sudoeste goiano. Verificamos e descrevemos, fotografamos suas vidas, suas práticas culturais, características de aspectos referentes aos ‘acontecimentos públicos cotidianos’ das crianças da comunidade, que ‘dão vida à construção de suas histórias e de suas culturas’. Observamos as relações estabelecidas nesse espaço geográfico, práticas culturais, expressões artísticas, delimitação temporal e população, moradia, subsistência, modelos de ação da atividade educacional. A valorização da cultura quilombola e a garantia de direitos como a titulação das terras são fundamentais para a promoção da igualdade e da justiça social na comunidade (SILVA; COSTA; KINOSHITA, 2014)

- Vivências e as práticas educativas escolares e não escolares nesta comunidade

Na Comunidade Quilombola do Cedro, as vivências e práticas educativas não escolares são tão importantes quanto as práticas educativas escolares. As vivências não escolares são transmitidas de geração em geração, através da cultura oral e da convivência comunitária. Já as práticas educativas escolares são oferecidas principalmente pelas escolas de Mineiros, uma vez que não existe na comunidade quilombola do Cedro, um espaço para a educação formal das crianças da comunidade.

Como sabido, as vivências não escolares, como as rodas de conversa e as oficinas de brincadeiras e desenhos, são instrumentos fecundos e importantes para a transmissão de conhecimentos e valores culturais, isso posto, foi concebido o Projeto de Extensão “Comunidade Quilombola: Constituição identitária e vivências formativas escolares e não escolares”, com vistas a socialização dos moradores da comunidade quilombola com os alunos de disciplinas de cursos de licenciaturas e formação de professores da Universidade Federal de Jataí. Através das conversas entre crianças e adultos da comunidade, assim como das atividades realizadas em grupo, as crianças podem aprender sobre a história e as tradições da comunidade, além de compartilhar suas próprias vivências e experiências. Percebemos que as crianças aprendem desde cedo a importância da preservação do meio ambiente e da utilização sustentável dos recursos naturais, através da agricultura, da pesca e da utilização de plantas medicinais.

A educação formal oferecida pelas escolas de Mineiros é importante para a formação acadêmica dos moradores da comunidade, mas a educação não escolar é igualmente importante para a formação social, cultural e ambiental da comunidade. As vivências e práticas educativas não escolares permitem a transmissão de conhecimentos e valores que não são abordados no currículo escolar, mas que são fundamentais para a preservação da identidade cultural e para a promoção da sustentabilidade ambiental (SMOLKA; GÓES; PINO, 1995).

Visamos conciliar o desenvolvimento psíquico na perspectiva da Psicologia Ecológica de Bronfenbrenner com as propostas da Educação Escolar Intercultural. Experimentando fazer uma interpretação das relações entre as culturas da infância e a estrutura social quilombola, como ferramenta apropriada para captar, de um lado, as determinações das estruturas sociais quilombolas e, de outro, a inovação e a agência inerente às práticas educacionais e de sua ação social na constituição da identidade étnica, níveis de consciência, identificação e pertinência vivenciados pelas crianças da comunidade quilombola do Cedro, quanto a sua autoidentificação, autoestima, autorrepresentação e autoprojeção diante de si mesmas e da sociedade de uma maneira geral.

De acordo com Sarmiento; Pinto, (1997, p.25 e 26), as metodologias selecionadas para colher e interpretar a voz das crianças, os estudos etnográficos, a observação participante, o levantamento dos artefatos e produções culturais da infância, as análises de conteúdo dos textos reais, as histórias de vida e as entrevistas biográficas, as genealogias, bem como a adaptação dos instrumentos tradicionais de recolha de dados como, por exemplo, os questionários, as linguagens, e iconografia das crianças, integram-se entre os métodos e técnicas mais produtivos para essa prática investigativa.

Nesse trabalho, a abordagem do brincar surgiu como prática social e cultural que se constrói ‘nos’ e ‘pelos’ encontros entre as crianças, em articulação com o contexto sociocultural em que se inserem, e que implicam na necessidade de buscar aproximação das articulações, cujo tema vem se estabelecendo no campo da cultura.

O brincar é abordado como um dos pilares das culturas da infância (SARMENTO, 2003) e, para tanto, são discutidas as relações que os estudos sobre o brincar vêm estabelecendo, com as noções de cultura e a importância da interpretação

desse processo para compreensão das relações, a partir da proposição central das crianças como atores sociais. Em resumo, as vivências e práticas educativas escolares e não escolares são fundamentais para a formação dos moradores da Comunidade Quilombola do Cedro. A valorização da cultura quilombola e a promoção da sustentabilidade ambiental são elementos fundamentais para a preservação da identidade cultural e para o desenvolvimento da comunidade como um todo (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

Este estudo buscou a partir da Psicologia Ecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (1989, 1996), de modo participativo, caminhos que levassem ao conhecimento científico das práticas culturais da criança da comunidade quilombola do Cedro, a partir das próprias crianças. Para tal, contamos com o embasamento teórico de estudos da Antropologia da Infância (COHN, 2000, 2002; NUNES, 1999, 2002) e Culturas da Infância (BORBA, 2005; SARMENTO, 1997, 2003, 2005).

As crianças da comunidade também têm se engajado em ações de conscientização e educação sobre a história e a cultura quilombola, como forma de combater o racismo e valorizar a sua identidade cultural. As rodas de conversa promovidas por esse projeto de extensão e pesquisa, oficinas de desenhos e outras atividades não escolares foram importantes espaços de diálogo e reflexão sobre essas questões. Além disso, a comunidade tem desenvolvido ações de preservação do patrimônio cultural, como o registro e a valorização da música, da dança, da culinária e das demais práticas culturais no Dia da Consciência Negra, data na qual, a comunidade quilombola abre suas portas em uma grande festa aberta à UFJ e a comunidade de Mineiros. Essas ações são importantes para a promoção da identidade cultural e para o combate ao racismo, oportunizando a valorização da história e da cultura quilombola e a promoção da diversidade cultural.

Quanto a construção do sentimento de pertencimento, “Ser Criança Quilombola”, apresentando o mundo-vida dessas crianças e a cultura de ludicidade no seu ambiente, observa-se que a cultura da ludicidade, entre as crianças do Cedro não tem fronteiras, nesse ambiente que permeia o brincar. As crianças desenharam e reproduziram em traços e cores uma valoração do seu espaço, o brincar e o ambiente afetivo de pertencimento nesse local, o *modus vivendi*, o *modus operandi*. A educação informal os instrumenta de saber e viver com o ambiente, um saber tradicional quilombola.

A identidade cultural das crianças quilombolas do Cedro vêm sendo mantida, reconstruída e desenvolvida através das peculiaridades internas de um povo, das crianças com suas expressivas e singulares culturas do brincar e do viver, legitimadas pela tradição oral. Só este cunho pessoal, individualizado, oferece um contraponto harmonizador no processo de integração da cultura. As experiências do grupo quilombola do Cedro são aprendidas, refletidas, reelaboradas e transmitidas nas normas sociais, valores e crenças pertinentes ao dinâmico contexto cultural.

CONCLUSÃO

O que procuramos destacar foram os mundos sociais da infância quilombola e as perspectivas das crianças, como sujeitos de conhecimentos sobre os seus mundos de vida. Assim, a apresentação de seus desenhos também foi uma maneira de tê-los como parceiros na investigação e de dar-lhes voz, situando-os em um espaço coletivo de relações sociais e culturais de crianças quilombolas, merecedoras de estudo em si mesmas, independentemente da perspectiva e dos interesses dos adultos. São crianças ativas na construção e determinação de suas próprias vidas, e não apenas sujeitos passivos de processos sociais.

Assim, as crianças da Comunidade Quilombola do Cedro, juntamente com outras comunidades quilombolas, reafirmam sua luta por direitos e reconhecimento, bem como pela valorização da sua cultura e história, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A comunicação do ser humano ocorre de diferentes formas, conforme o meio em que está inserido. A partir da forma que a criança é criada, ela construirá sua identidade e desenvolverá a comunicação, seja oral ou de outros modos tais como gestos, movimentos corporais e também os sinais. Já nos primeiros anos de vida a criança aprende a se comunicar através do corpo, da fala, sons e busca descobrir sentido no que acontece ao seu redor, e aos poucos aprende a explorar e descobrir novas formas de estar no mundo. Nesse sentido o desenvolvimento se dará conforme o meio que está inserida.

A interatividade segundo Sarmiento (2005, p.23), considera que a criança vive em um mundo heterogêneo, onde ela está em contato com várias e diferentes realidades que permitem a formação da sua identidade pessoal e social, com destaque para a escola, a igreja, a família, as atividades sociais, os seus pares. Por isso, para que a aprendizagem se concretize, a cultura de pares que é estabelecida quando as crianças partilham do mesmo espaço, a interatividade como um dos fatores das culturas da infância, demonstram que a criança é um ser conotativo e atuante que realiza suas atividades sempre de uma forma distinta da cultura dos adultos sendo necessário que viva em contato com realidades distintas. Todos os contextos e espaços são fundamentais para a criança atuar na perspectiva da interatividade.

Finalizamos afirmando que, em cada criança quilombola do Cedro há uma rica construção social, cultural e histórica, resultantes de uma interpretação única e especial que clama por atenção e valorização. Todavia, os grupos infantis não produzem culturas no vazio social, assim como não têm uma completa autonomia no processo de socialização. As capacidades expressivas (verbais, gestuais, iconográficas, plásticas) se manifestam nas condições biopsicológicas em que as crianças vivem – com a cultura dos adultos, transmitidas através das suas instituições de veiculação e reprodução cultural, e disseminadas, quer sob a forma de produtos culturais para a infância, quer sob a forma de conteúdos culturais das comunidades de pertença dessas crianças.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. **Grupos Étnicos e suas Fronteiras**. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

BOCK, Ana Mercês B.. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BORBA, Ângela Meyer. **Culturas da infância nos espaços-tempo do brincar: um estudo com crianças de 4-6anos em instituição pública de educação infantil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense, 2005

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). Extrato de procedimento extrajudicial. Rio Verde: MPF/PRG, 2014.

BRONFRENBRENNER, Urie. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFRENBRENNER, Urie. (1989). **Ecological system theory**. *Annals of Child Development*, 6, 187-249.

COHN, Clarice. **A Criança Indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

COHN, Clarice. **A Experiência da Infância e o Aprendizado entre os Xikrin**. In: SILVA, A. L.; FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) 2004-2016. Disponível em: <http://www.palmars.gov.br>. Acesso em: 02, de jan de 2023.

MACEDO, A. U. L. S.; NUNES, A. (orgs.). **Crianças Indígenas: ensaios antropológicos** (pp. 117-149). São Paulo: Global, 2002.

MORAES, Ângela Maria dos Santos. **Conhecendo a comunidade quilombola do Cedro**: parte 1. Mineiros: Entrevista gravada no Centro de Plantas Medicinais do Cedro, dia 03 set. 2014.

NUNES, Ângela. **A Sociedade das Crianças A'uwe-Xavante: por uma antropologia da criança**. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Inovação Cultural, 1999.

NUNES, Ângela; SILVA, Aracy Lopes da. **Crianças Indígenas Ensaios Antropológicos**. São Paulo: Global, 2002.

SARMENTO, Manuel. J. & PINTO, Manuel. **As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo**. In: PINTO, Manuel & SARMENTO, Manuel J. (coord.). *As crianças: contextos e identidades*. Portugal, Instituto de Estudos da Criança, 1997.

SARMENTO, M. J. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto: Edições ASA, 2003.

SARMENTO, Manuel J. **Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância**. In: *Educação e Sociedade: Revista de Ciências da Educação* – vol. 26 – mai./ago. 2005. Instituto de Estudos Educação e Sociedade.

SAWAIA, B. B. **Cidadania Diversidade e Comunidade: uma reflexão psicossocial**. In: SPINK, M. J. P. (org.). *A Cidadania em Construção*. São Paulo: Cortez, 1994.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli and CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. *Ambient. soc.* [online]. 2002, n.10, pp. 129-136. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/3zsW4C3r6CFYcnx8sPSDrk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02, de jan de 2023.

SILVA, M. R. da.; COSTA, S. L. da.; KINOSHITA, R. T.. **A interação na construção do sujeito e da prática da terapia ocupacional**. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 25(2), 111-118, 2014.

SILVA, Jesiel Souza. **Levantamento etnohistórico da comunidade quilombola do Cedro-GO**. Uberlândia: UFU, 2012.

SMOLKA, A.; GÓES, M. C. R.; PINO, A. **A Constituição do Sujeito: uma questão persistente**. In: WERTSCH, J.; DEL RIO, P.; ALVAREZ, A. *Sociocultural Studies of Mind*. New York: Cambridge University, 1995.



Toquiotas 14, Tom Boechat

Promoção de conhecimento sobre população indígena: intervenções de aproximações entre crianças indígenas e não indígenas

Promotion of knowledge about the indigenous population: interventions to bring together indigenous and non-indigenous children.

Resumo

Os povos indígenas sofrem com a falta de visibilidade sobre suas culturas e história. Ainda que haja políticas de inclusão da temática indígena nas escolas, vemos as informações serem transmitidas de forma estereotipada. Pensando nisso, construímos junto a comunidades Mbyá-Guarani o projeto de extensão “Encontros para Brincar: Compartilhamento de Brincadeiras e Práticas Culturais na Casa de Cultura Indígena da USP”. Procuramos aproximar a realidade das crianças indígenas às crianças não indígenas e proporcionar a possibilidade do encontro com o outro, utilizando as interações sociais e o brincar como formas de conhecer a realidade do outro. Neste artigo, apresentamos as atividades do projeto dos “Encontros para Brincar” e avaliamos se nossas intervenções foram capazes de promover o aumento de conhecimento de crianças não indígenas sobre os povos indígenas, através da aplicação de um questionário antes das atividades e o mesmo questionário depois do contato com os indígenas. Verificamos que houve diferenças nas respostas das crianças antes e depois das nossas intervenções, através do aumento de acertos apresentado nos questionários e concluímos que intervenções podem ser capazes de promover o conhecimento da cultura do outro.

Palavras-chave: brincadeira; culturas; indígenas; interétnico; extensão.

Christina Maria Moretti
Paula Lira
Briseida Resende

chris.moretti@hotmail.com
paulagrasi@gmail.com
briseida@usp.br

Abstract

This paper presents the actions and reflections carried out in the project “Correspondence between different Brazilian childhood experiences” carried out in the years 2017 and 2018 with children from 4 to 6 years of age that involved teaching, the research and university extension in the exchange of correspondence between children of São Paulo - SP and São Gabriel da Cachoeira - AM. It was carried out through circles of conversations and photographic and graphic records on the daily lives of children and documentary and bibliographical surveys on indigenous communities in Brazil. This action contributed to the change of perspective of children about indigenous peoples and the continuing education of educators involved in the process.

Keywords: play; culture; indigenous; interethnic; extension.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, vivem no Brasil 896,9 mil indígenas, dos quais foram identificadas 305 etnias e reconhecidas 274 línguas. Tais populações estão divididas entre todas as regiões brasileiras e, historicamente, viveram e ainda vivem situações de constrangimento, invisibilização e tentativas de apagamento da sua cultura. Pensando em maneiras de transformar essa realidade, a Rede de Atenção à Pessoa Indígena (Rede Indígena) situada no Departamento de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, busca contribuir com o enfrentamento das vulnerabilidades as quais as comunidades indígenas estão sujeitas, bem como promover a visibilidade indígena através de ações colaborativas, estimulando diálogos interdisciplinares e interétnicos que apoiam e divulgam a cultura, a educação diferenciada e a cosmovisão dos povos tradicionais.

Em 2017, a comunidade Tekoa Yyrexakã entrou em contato com a Rede Indígena, no intuito de se formar uma parceria de trabalho voltado às crianças da aldeia. Durante a escuta realizada, identificamos em conjunto que seria importante realizarmos ações que promovessem a aproximação entre crianças indígenas e não indígenas, pensando na possibilidade da desconstrução de estereótipos na base do ensino da educação básica, trazendo para crianças não indígenas conhecimentos da cultura tradicional e o encontro com a realidade dos povos originários, promovendo o protagonismo das crianças indígenas no ensino sobre seu povo (RESENDE *et al.*, no prelo). Por conseguinte, iniciamos contato com escolas da cidade de São Paulo, com fácil acesso ao Universidade de São Paulo (USP) e desenvolvemos o projeto em colaboração com duas escolas públicas e uma particular. No ano de 2019, a Escola indígena Djekupe Amba Arandy também se tornou parceira do projeto.

Ainda em 2017, foi construída a Casa de Culturas Indígenas *Xondaro kuery xondaria kuery onhembo'ea ty apy* “Lugar de ensinamento dos guardiões e guardiãs”. A casa, construída de pau a pique, conta com uma estrutura típica de uma casa de reza Mbyá-Guarani (Opy), com um cômodo, porta e janela voltada para o nascer do sol. A casa foi construída em uma colaboração entre indígenas Mbyá-Guarani e não indígenas, fruto da parceria entre o serviço acadêmico, a Rede Indígena e a comunidade do Jaraguá (GUIMARÃES, 2019; GUIMARÃES, 2020). A casa é um espaço tradicional do povo Mbyá-Guarani, fundamental para realização de práticas de fortalecimento da comunidade. Dentro da Universidade, ela pode ser usada para desenvolver diversas atividades, conversas, reuniões, cerimônias e foi o espaço escolhido para promover o encontro entre as crianças indígenas e não indígenas, enquanto espaço acessível a ambas as etnias. Também, oferece familiaridade às crianças do povo Mbyá-Guarani e proximidade suficiente com a Universidade, território conhecido pelas crianças não indígenas. A partir de conversas com comunidades Mbyá-Guarani, surgiu uma demanda referente à realização de atividades com as crianças da aldeia Tekoa Yyrexakã. Conversamos sobre aproximar as crianças indígenas das não indígenas, contribuindo assim para que se fizesse cumprir a Lei Federal no 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino de história e cultura indígena nas escolas públicas e particulares do Brasil. Ainda assim, as culturas dos povos originários são largamente ignoradas e silenciadas, e muitos estudantes desconhecem que há indígenas em todo território brasileiro, inclusive em contexto urbano.

Grande parte dos materiais didáticos utilizados em escolas replicam discursos e modo de pensar das nações colonizadoras, reforçando o preconceito (SILVA, 2010). Esse conhecimento quase nunca vem de um contato direto com o povo em si, de modo que acabamos conhecendo o outro através de visões de indivíduos não indígenas. Como consequência, não há uma atualização do conhecimento sobre os indígenas, o que é repassado às crianças é uma realidade indígena cristalizada no tempo, há um desconhecimento no que tange a realidade dos indígenas atuais, como vivem, o que fazem, o que usam, em que acreditam.

Sendo assim, com a necessidade de se pensar novas práticas educativas para trabalhar a temática indígena nas escolas, levando em conta as identidades e protagonismo dos povos indígenas, e a solicitação da comunidade em formar parceria com trabalhos voltados às crianças, construímos o projeto de extensão “Encontros para Brincar: Compartilhamento de Brincadeiras e Práticas Culturais na Casa de Cultura Indígena da USP” como práticas educativas que permitem trabalhar a temática indígena nas escolas e comunidades. Atividades de brincadeira foram centrais em nosso projeto, pelo seu potencial de impactar positivamente as vivências que iríamos proporcionar às crianças.

A brincadeira e as interações humanas:

As interações humanas permeiam nossa vida do início ao fim. Estamos a todo momento em contato com os outros, em pares, em grupos, presencialmente ou a distância, e estas relações ocorrem em diferentes níveis de complexidade. Hinde (1994) estabelece que as relações ocorrem entre o sistema fisiológico do indivíduo, seu comportamento, suas interações com um outro indivíduo, interação com um grupo e com a sociedade como um todo, e, integralmente, essas relações também estão em diálogo com o ambiente físico e a estrutura sociocultural. Assim, as ações humanas são desenvolvidas em interação com estímulos e experiências vividas ao longo da sua vida.

A brincadeira entre crianças está inserida em relações de diversos níveis, de forma que afeta e é afetada pela sociedade e culturas das quais os brincantes fazem parte. Estudos comparativos apontam que as brincadeiras estariam relacionadas de maneira funcional à cultura: jogos estratégicos são encontrados em culturas onde a obediência e diplomacia são pontos determinantes, brincadeiras físicas são encontradas em culturas que exigem habilidades físicas e assim por diante, de forma que a brincadeira contribui para o aprendizado da cultura, dos valores e habilidades, contribuindo para o desenvolvimento do indivíduo (GOSSO, 2004).

É de grande importância o parceiro com quem se brinca. Como uma construção ativa e coletiva, a brincadeira se forma e transforma a partir das interações das crianças e carregam consigo suas experiências prévias, ajustando, repetindo ou substituindo seus elementos de acordo com as ações e reações dos parceiros, e suas próprias (PEDROSA; CARVALHO, 1995).

Na escola, jogos e brincadeiras podem ser usados como meios para se chegar a algum aprendizado de conteúdo (ARAUJO; CANGUSSÚ; ALVES JUNIOR, 2019). O comportamento de brincar recebe influência direta do ambiente em que se brinca, podemos ver características de diferentes conteúdos e grupos culturais, regionais e históricos na brincadeira, sendo esse um acesso a práticas sociais e culturais de

um grupo. Santos e Dias (2010) ressaltam que as brincadeiras tanto refletem como preparam as crianças para elementos da realidade cultural em que está inserida.

A criança age tanto como uma criadora quanto como uma transmissora de cultura (CARVALHO; PEDROSA, 2002), de forma que apreendem informações do mundo que as permeia e as utilizam para criar suas fontes de saber, fazer e significar. As crianças realizam esse movimento de criação e transmissão sem perceber o que está fazendo, porém, ao entrar em contato com o diferente, conseguem de fato perceber a sua própria cultura. Antes desse contato, ainda que não tenham se dado conta, a diferenciação em relação ao outro faz emergir essa compreensão.

O projeto de extensão

Em nosso projeto de extensão, consideramos de extrema importância a construção desse espaço onde podemos proporcionar às crianças essa quebra de barreiras culturais, ampliando suas redes e, assim, ampliando suas possibilidades diante do mundo e da sociedade. Utilizar a brincadeira para aproximar as realidades de crianças indígenas e não indígenas parece ser uma estratégia promissora, na medida em que, nesse contexto de troca e construção, pode-se favorecer o compartilhamento e transformação de significados entre as culturas. Além de promover essa vivência conjunta, nós avaliamos como o conhecimento sobre os povos originários das crianças não-indígenas, que participaram do nosso projeto de extensão, se organizou antes e depois da intervenção. Para tanto, construímos um questionário em conjunto com educadores indígenas Mbyá-Guarani. Os educadores compartilharam conosco os maiores motivos de sofrerem hostilização (como o uso de roupas, usar celulares e estarem na cidade). Nós nos inspiramos na escala construída por Pedersen *et al.* (2004), utilizada para mensurar atitudes negativas direcionadas ao povo nativo Australiano, para construir um questionário aplicado à nossa realidade. Nosso questionário apresenta perguntas que acessam e reúnem informações a respeito de percepções, crenças e opiniões das crianças sobre o outro, nesse caso especificamente, sobre os indígenas. As perguntas eram de verdadeiro ou falso, permitindo uma comparação sobre o antes e depois de cada indivíduo, sendo um instrumento útil para a obtenção de dados e informações (MOURA; FERREIRA, 2005). Nós apresentamos então as atividades do projeto “Encontros para Brincar”. A fim de avaliar se a intervenção teria aprimorado o conhecimento que os alunos não indígenas tinham sobre culturas tradicionais, analisamos as diferenças entre respostas aos questionários respondidos por crianças não-indígenas antes e depois terem contato direto e indireto com indígenas.

MÉTODO

Participaram da pesquisa 51 alunos do quarto ano da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da USP (FEUSP), com idades entre 9 e 10 anos, que responderam a um mesmo questionário (Figura 2) antes e depois de ter contato com crianças Mbyá-Guarani.

A aplicação do primeiro questionário foi realizada antes que as crianças tivessem contato com os indígenas por nosso intermediário. A intervenção consistiu em uma conversa inicial sobre povos indígenas com as crianças não-indígenas em sala de aula. Em seguida, as crianças de ambos os grupos elaboraram cartas e vídeos, nos quais tiveram a chance de fazer perguntas às crianças do outro grupo e de contar suas atividades diárias e gostos pessoais. Nós visitamos as aldeias Yyrexãkã e Pyau, levando as cartas e projetamos o vídeo. Recolhemos as cartinhas e o vídeo produzidos na aldeia e apresentamos na escola.

Dando prosseguimento às atividades, realizamos dois Encontros para Brincar. Ao todo, 21 crianças das aldeias Yyrexãkã e Pyau (de 9 a 16 anos) e 51 crianças não-indígenas (de 8 a 10 anos) tiveram oportunidade de passarem uma tarde na Casa de Culturas Indígenas *Xondaro kuery xondaria kuery onhembo'ea ty apy* “Lugar de ensinamento dos guardiões e guardiãs”, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. No primeiro Encontro participaram 28 crianças não indígenas (Turma A) e cinco crianças Mbyá-Guarani da Tekoa Yyrexãkã, e no segundo Encontro, participaram 33 crianças não indígenas (Turma B) e 16 crianças Mbyá-Guarani da Tekoa Pyau.

Os encontros tiveram duração aproximada de quatro horas. A programação contou com: 1) apresentações iniciais individuais e coletivas das crianças, bem como de canto e dança típicas, tendo duração de 30 minutos. 2) fala Mbyá-Guarani, contando com espaço para perguntas dirigidas aos mesmos, tendo duração de 30 minutos. 3) brincadeiras estruturadas tipicamente indígenas e não indígenas com cerca de trinta minutos para cada etnia apresentar e ensinar a brincadeira de sua escolha ao outro. 4) lanche coletivo com duração de trinta minutos. 5) brincadeiras livres, em que estavam disponíveis placas de EVA com bordar de encaixe que podiam formar tapetes ou cubos. A atividade livre teve duração de cerca de 40min. 6) encerramento das atividades e despedida (Figura 1).

Por fim, voltamos a visitar a escola não indígena e reaplicamos o mesmo questionário, para verificar se houve alteração na percepção sobre o povo Mbyá-Guarani após nossa intervenção.

Contamos com autorização dos responsáveis pelas crianças para o preenchimento dos questionários. Em cumprimento da Resolução do CNS nº 466/2012 (Brasil, 2013), a presente proposta de investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), respondendo através do CAAE No 86548618.4.0000.5561.



Figura 1: Crianças nos encontros. A) Crianças e educadores em apresentações e fala Mbyá-Guarani. B) Crianças em brincadeira livre. C) Encerramento das atividades e despedida.

Fonte: De autoria própria (2019).

O questionário foi criado com o formato de verdadeiro ou falso, e para realizarmos a análise dos dados, transformamos os dados em “1” e “0”, dessa maneira, independentemente se a criança colocou verdadeiro ou falso nas questões respondidas, somente foram computados acertos (1) ou erros (0).

Utilizamos modelos lineares generalizados mistos (GLMM – *Generalized Linear Mixed Models*) para testar diferenças referentes à participação no encontro presencial e ao gênero do participante. Para as pontuações do questionário aplicado antes das intervenções, avaliamos os efeitos do gênero e do pertencimento a turma A ou B. Já para as pontuações do questionário aplicado após as intervenções avaliamos os efeitos do gênero, pertencimento a turma A ou B, e participação da criança no encontro presencial.

O pertencimento da turma A ou B foi utilizado pois cada turma participou do encontro em datas diferentes, com crianças indígenas diferentes. Usamos a distribuição Poisson, com a função de ligação logarítmica entre a resposta e os fatores. A distribuição Poisson foi selecionada devido aos valores de ajustes dos modelos, assim como, pelo fato que essa distribuição é indicada para modelar valores de contagem. As análises foram rodadas no programa IBM SPSS Statistics 25.

RESULTADOS

As análises realizadas mostraram que, no questionário1, o valor de pontuação mínimo foi 5, enquanto o valor máximo foi 17, e a média das pontuações das crianças foi 11,76. Já no questionário2, o valor mínimo foi 7, o valor máximo 17 e a média das pontuações foi 14,25. Esse resultado é corroborado pelo teste de Wilcoxon, no qual observamos uma diferença significativa entre as pontuações do questionário1 e questionário2 ($p < 0.05$), indicando que as crianças tiveram pontuações significativamente maiores no questionário2. Com relação aos resultados dos GLMM, não foi possível observar efeitos de turma e de gênero para o questionário1, do mesmo modo que não observamos efeitos de turma, gênero e presença no encontro para o questionário2 (ver Tabelas 1 e 2).

Tabela 1
Resultados do
modelo GLMM
para a variável
questionário antes

Efeito	Estatística do teste (Graus de liberdade)	p-valor
Sexo	F (1,732) = 3,018	0,089
Turma	F (1,732) = 0,59	0,44

Tabela 2
Resultados do
modelo GLMM
para a variável
questionário depois

Efeito	Estatística do teste (Graus de liberdade)	p-valor
Sexo	F (0,85) = 3,078	0,86
Turma	F (0,85) = 0,003	0,957
Presença	F (0,85) = 0,757	475

Em seguida, geramos as Redes Sociais Bipartidas no ambiente computacional R (Figuras 2 e 3), que foram utilizadas para quantificar e representar graficamente a estrutura das respostas dos questionários aplicados antes e depois das intervenções. Com esse tipo de rede, conseguimos visualizar como as crianças se agruparam de acordo com a similaridade de suas respostas, ou seja, nossa rede representa o grupo de crianças que acertaram as mesmas questões em um questionário aplicado duas vezes, em momentos diferentes.

Figura 2 Rede
gerada a partir da
matriz da primeira
aplicação do
questionário.

Fonte: os autores

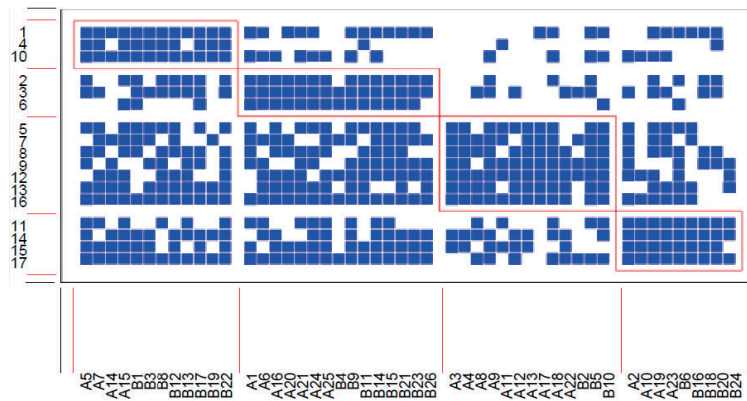
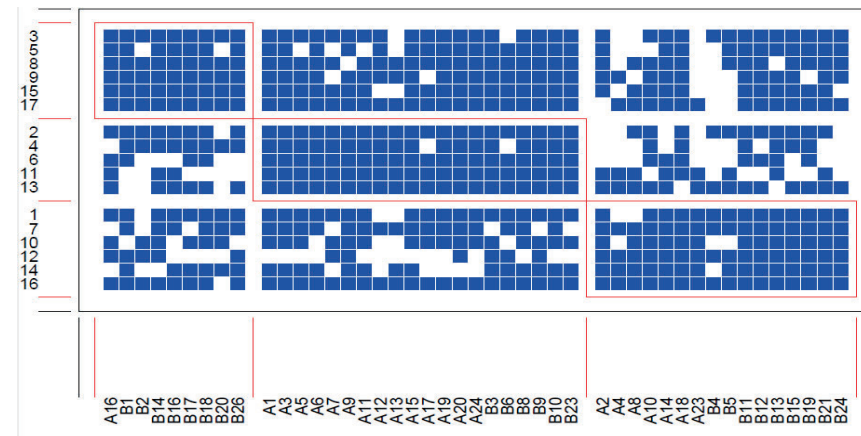


Figura 3 Rede
gerada a partir da
matriz da segunda
aplicação do
questionário.

Fonte: os autores



Nas linhas das matrizes correspondem às questões de 1 a 17 e nas colunas estão identificados os alunos. Os quadrados representados em azul indicam acertos enquanto os espaços em branco representam erros.

Verificamos que houve diferença entre as respostas de antes e de depois das intervenções, e que não houve efeito da participação no encontro presencial, bem como não houve efeito de gênero e de turma (resultados dos GLMM). Pensando na diferença entre presença ou não no encontro, apesar de termos um número baixo de crianças (3) que não participaram do Encontro, todas participaram das demais etapas das intervenções. Além disso, por fazerem parte do mesmo ambiente social de alunos presentes no Encontro, avaliamos que deve haver um fluxo de informações que foi passado durante as interações cotidianas entre os colegas (BORGATTI; EVERETT; JOHNSON, 2018; HINDE, 1994). No que refere à comparação entre gêneros, observamos uma tendência de maior diferença de acertos entre as meninas de ambas as turmas, porém a diferença não se mostrou significativa. Ou seja, apesar de poder haver diferenças que possam reforçar estereótipos de gênero, seja na escolha de pares para brincadeiras, seja nos estilos de brincadeiras, isso não impactou o quanto poderiam aprender sobre outra cultura.

Quanto às turmas, não encontramos diferença significativa entre os acertos de uma turma ou de outra. Mas, de acordo com os resultados construídos pelas redes bipartidas (ver Figuras 2 e 3), observamos diferenças nos conteúdos das respostas: o número de acertos aumentou em ambas as turmas, mas os conteúdos sobre os quais os acertos aumentaram, foram diferentes entre elas.

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Nesse trabalho consideramos a dificuldade de conhecer a realidade indígena ameríndia atual por meio de materiais escolares tradicionais datados, elaborados e ensinados nas escolas sem protagonismo dos próprios indígenas (RESENDE *et al.*, no prelo; LIMA; MARTIM; GUIMARÃES, 2019) e ainda que o trabalho tenha contado com a participação dos indígenas Mbyá-Guarani, as perguntas utilizadas no questionário não foram exclusivas sobre as singularidades desse povo, adotando um caráter mais abrangente. Embora correndo o risco de uma interpretação de indígena genérico, acreditamos que o conhecimento adquirido pelas crianças pode abrir caminhos para compreensão das particularidades, possibilitar novos relacionamentos, informar sobre direitos, reivindicações bem como para o conhecimento e respeito pelas diferenças. Nesse sentido, acreditamos que nossas ações contribuem para a visibilidade dos povos indígenas, para o reconhecimento da comunidade como agente protagonista no ensino da sua própria história e para favorecer uma vivência segura para as crianças indígenas, de maneira que possam adquirir conhecimento sobre as atividades e práticas não indígenas, contribuindo também para sua formação.

Desde a criação do projeto, pudemos realizar seis eventos de Encontro, contando com a parceria de três escolas não indígenas e duas comunidades indígenas, contando com uma média de 200 participantes totais. No decorrer dos Encontros para Brincar, pudemos perceber algumas assimetrias entre as etnias, com a maneira que os grupos se apresentaram. Enquanto as crianças Mbyá-Guarani tinham idades variadas, os não indígenas tinham em sua grande maioria a mesma idade ou pouca diferença de idade. Na educação Mbyá-Guarani, não há formação de classes dividi-

das por idades, pois entendem que povo não deve ser dividido, não há espaço para a criação dessa hierarquização, e a transmissão de conhecimento não vem de uma figura central. A forma de educação do povo Mbyá-Guarani é alinhada com seus valores culturais, que difere bastante da proposta Jurua (não indígena) de educação formal (LIMA; MARTIM; GUIMARÃES, 2019; MACENA; GUIMARÃES, 2016). Enquanto isso, reproduzimos nas escolas não indígenas um ensino que preza pelo controle e obediência dos alunos, com classes hierarquizadas e muitas restrições. Alguns professores das séries iniciais do ensino fundamental podem ver a brincadeira como geradora de desordem, um dos motivos pelo qual pode levá-los a abrir mão desse método de ensino (LOCATELLI, 2017).

De acordo com nossos achados, pudemos perceber que as intervenções foram capazes de estabelecer um processo positivo no que diz respeito a conhecer a cultura do outro, por intermédio não somente da brincadeira, mas de diversos processos que auxiliam para que possamos criar um espaço em que o aprendizado possa fluir de maneira natural.

Pudemos também observar que cada criança foi capaz de absorver diferentes conteúdos do conhecimento sobre o outro, visto que apresentaram números de acertos diferentes nas questões divididas por assuntos. Desse modo, entendemos que o trabalho construído levanta uma oportunidade de pensarmos sobre a pluralidade de alternativas para o aprendizado para além da sala de aula. Além disso, evidencia que intervenções desse tipo são potentes instrumentos pedagógicos que possibilitam aprendizagens sobre conhecimentos trazidos pelos povos originários e a quebra de preconceitos, contribuindo com a inclusão e diversidade.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Katia; CANGUSSÚ, Marina; ALVES JUNIOR, Arlindo. Aprender brincando!. **Tecnologias, Sociedade e Conhecimento**, v. 6, n. 2, p. 96-110, 2019.

BORGATTI, Stephen P.; EVERETT, Martin G.; JOHNSON, Jeffrey C. **Analyzing social networks**. Sage, 2018.

CARVALHO, Ana Maria Almeida; PEDROSA, Maria Isabel. Cultura no grupo de brinquedo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 7, p. 181-188, 2002. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2002000100019>

GOSSO, Yumi. **Pexe oxemoarai: brincadeiras infantis entre os índios Parakanã**. 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-21032006-105319/en.php>

GUIMARÃES, Danilo Silva. **Dialogical multiplication**. Springer Nature, Switzerland, Cham, 2019. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-26702-5>

GUIMARÃES, Danilo Silva. The infinite process of dialogical multiplication: Considerations for psychological research and professional practice. **Dialogical Multiplication: Principles for an Indigenous Psychology**, p. 129-133, 2020.

HINDE, Robert A. Developmental psychology in the context of other behavioral sciences. 1994. <https://doi.org/10.1037/10155-022>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LIMA, Roberto Veríssimo; MARTIM, Jurandir Augusto; GUIMARÃES, Danilo Silva. Nhembo'ea Reko Regua: Trajectories of the Mbya Guarani struggle for a differentiated education. **Culture in Education and Education in Culture: Tensioned Dialogues and Creative Constructions**, p. 107-124, 2019. https://doi.org/10.1007/978-3-030-28412-1_7

LOCATELLI, Adriana. Lúdico como Recurso Pedagógico nas Series Iniciais do Ensino Fundamental. **Ludicidade & Educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Eulim, v. 1. 106-127, 2017.

MACENA, P. L.; GUIMARÃES, D. S. A psicologia cultural na fronteira com as concepções Mbya Guarani de educação. **Psicologia, laicidade e as relações com a religião e a espiritualidade**, v. 2, p. 135-147, 2016.

MOURA, Maria Lúcia Seidl de; FERREIRA, Maria Cristina. **Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação**. In: Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação. 2005.

PEDERSEN, Anne et al. Attitudes toward indigenous Australians: The role of empathy and guilt. **Journal of community & applied social psychology**, v. 14, n. 4, p. 233-249, 2004. <https://doi.org/10.1002/casp.771>

PEDROSA, Maria Isabel; CARVALHO, Ana Maria Almeida. A interação social e a construção da brincadeira. **Cadernos de pesquisa**, n. 93, p. 60-65, 1995.

RESENDE, Briseida Dogo; TCHAKA, Maikon; GONÇALVES, Leandro Karai Mirin Pires; LIRA, Paula Rasia; MORETTI, Christina Maria; GUIMARÃES, Danilo. Kyringué nhemboe nhevãnga rêgua: aprendendo e ensinando a brincar com outras crianças. (no prelo)

SANTOS, Ana Karina; DIAS, Álvaro Machado. Comportamentos lúdicos entre crianças do nordeste do Brasil: categorização de brincadeiras. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 585-594, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000400002>

SILVA, Maria da Penha da. A temática indígena no currículo escolar à luz da Lei 11.645/2008. **Cadernos de Pesquisa**, v. 17, n. 2, 2010.



Lugar 5, Tom Boechat

Perfil epidemiológico de residentes da Comunidade Quilombola Sapê do Norte, Espírito Santo, Brasil

Epidemiological profile among residents of the Sapê do Norte Quilombola Community, Espírito Santo, Brazil

Resumo

As comunidades quilombolas são marcadas pelas iniquidades sociais e dificuldades no acesso aos serviços de saúde, que impactam diretamente no processo saúde-doença. Desta forma, objetivou-se descrever as características epidemiológicas relativas aos aspectos sociodemográficos, adoecimento, hábitos de vida, medidas antropométricas e pressão arterial entre residentes das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, Espírito Santo. Foi realizada a coleta de dados obtendo-se informações socioeconômicas e de situação de saúde; avaliação física da pressão arterial, circunferência da cintura, peso e altura. Foram entrevistados 90 residentes das comunidades Quilombolas, sendo que a maioria eram mulheres, autodeclarados negros, idade superior a cinquenta anos e com baixa escolaridade. Os resultados relacionados às medidas antropométricas revelaram que a maior parte dos quilombolas avaliados apresentaram sobrepeso ou obesidade, circunferência da cintura aumentada, elevada prevalência de etilismo. Mais da metade afirmaram ser hipertensos e 70% dos participantes apresentaram níveis de pressão arterial alterado ($\geq 130/\geq 81$ mmHg). Esses dados demonstram a vulnerabilidade e necessidade de intervenção nessas comunidades para a prevenção de agravos em saúde.

Palavras-chave: comunidades quilombolas; vulnerabilidade social; fatores de risco; doenças crônicas não transmissíveis; determinantes sociais da saúde.

Ana Alice Dias de Castro Luz
Susana Bubach
Laís Silva Saccone
Maila Santana Franco

ana.a.luz@ufes.br
susana.bubach@ufes.br
lalasaccone@hotmail.com
maylla.franco2015
@hotmail.com

Abstract

Quilombola communities are marked by social inequalities and difficulties in accessing health services, which directly impact the health-disease process. Thus, the objective was to describe the epidemiological characteristics related to sociodemographic aspects, illness, lifestyle, anthropometric measurements, and blood pressure among residents of Quilombola communities in Sapê do Norte, Espírito Santo. Data collection was carried out by socioeconomic and health situation information, physical assessment of blood pressure, waist circumference, weight and height. Ninety residents of Quilombola communities were interviewed, most of whom were women, self-declared black, aged over fifty and with low education. The results related to anthropometric measurements revealed that most of the Quilombolas evaluated were overweight or obese, increased waist circumference, high prevalence of alcoholism. More than half claimed to be hypertensive and 70% of participants had altered blood pressure levels ($\geq 130/\geq 81$ mmHg). These data demonstrate the vulnerability and need for intervention in these communities to prevent health problems.

Keywords: quilombolas communities; social vulnerability; risk factors; noncommunicable diseases; social determinants of health

“Declaramos não ter conflito de interesse”.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as iniquidades sociais estão fortemente relacionadas à etnia, sendo que os indivíduos negros, pardos e indígenas compõem o grupo mais afetado negativamente pelo prejuízo ao cuidado em saúde. As iniquidades sociais e disparidades raciais contribuem de modo significativo para a maior incidência de doenças e mortes precoces em negros (SILVA, 2007).

A universalidade, considerada como um dos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS), que seria o pleno acesso aos serviços de saúde e de qualidade para toda a população brasileira, reforçada pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, ainda não se efetivou no cotidiano dos grupos étnicos em situação de vulnerabilidade, como os Quilombolas. Observa-se que investimentos na Atenção Primária a Saúde, com a expansão de Equipes de Saúde da Família, não tem alcançado significativamente esse grupo (OLIVEIRA *et al.*, 2015), contribuindo para piora da condição de saúde, elevada carga de doenças crônicas, complicações e morte precoce. Assim, populações excluídas, como os quilombolas, não são contempladas com processo de crescimento na atenção à saúde e permanecem à margem de qualquer melhoria (FREITAS *et al.*, 2011).

Denominados como remanescentes das comunidades de escravizados de quilombos, os quilombolas, são um grupo minoritário dentro das populações tradicionais. As comunidades quilombolas são “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória própria dotados de relações territoriais específicas, com presunção da ancestralidade negra” (BRASIL, 2003). Apesar dos direitos assegurados por lei, a população quilombola ainda luta por igualdade de direitos, posse e regularização fundiária de suas terras, ampliação de cidadania plena e equidade na saúde pública. Ainda hoje lutam para manter sua cultura, crenças, valores e práticas derivadas da ancestralidade africana. Por isso, é inegável seja uma realidade para negros quilombolas as dificuldades no acesso aos serviços de saúde (SILVA *et al.*, 2022; FREITAS *et al.*, 2011).

As desigualdades sociais, problemas relacionados ao saneamento básico precário, baixa qualidade de vida, baixa escolaridade, falta de acesso a informações e o pertencimento a grupos considerados vulneráveis são condições que interferem diretamente no processo saúde-doença desta população (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Evidências indicam que os negros têm maior incidência de doenças e mortes mais precocemente, em todas as idades (SILVA, 2007). Dentre as doenças que acometem esta população, a hipertensão é duas vezes mais prevalente em negros e está fortemente associada a estratos sociais mais baixos. Estudos norte-americanos sobre doenças cardiovasculares como o *Jackson Heart Study* mostram que, somada a prevalência elevada de hipertensão entre negros, o tratamento requer terapia mais agressiva para o controle da pressão (REDMOND *et al.*, 2016; HARMAN *et al.*, 2013). Além de afetar os adultos, adolescentes já apresentam fatores de risco, como sobrepeso e obesidade, para o desenvolvimento de doenças como a hipertensão e apresentam aumento de pressão arterial considerada como limítrofe (DEVONSHIRE *et al.*, 2016).

Desta forma, as informações sobre a saúde da comunidade quilombola ainda são escassas. Ampliar o conhecimento sobre o processo saúde-doença e como a comunidade quilombola convive com estes problemas é importante para que seja possível traçar estratégias efetivas para o atendimento das demandas geradas por esta população.

Pois, devido aos fatores de risco para doença cardiometabólica estarem presentes, sabe-se que a prevalência de Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) nas comunidades quilombolas é elevada. Estas comunidades também sofrem a influência da transição demográfica o que resulta no aumento da prevalência de doenças crônicas, apesar da elevada mortalidade infantil. Neste sentido, o alvo deste projeto de extensão e pesquisa foi a Comunidade Quilombola do Sapê do Norte (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2017; CALAZANS, 2010) que é composta por 32 comunidades com aproximadamente 1500 famílias e estão localizadas entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, ao norte do estado do Espírito Santo. Assim, objetivou-se descrever as características epidemiológicas relativas aos aspectos socio-demográficos, adoecimento, hábitos de vida, medidas antropométricas e pressão arterial entre residentes das Comunidades Quilombolas do Sapê do Norte, Espírito Santo.

MÉTODOS

Estudo transversal, descritivo, exploratório, com moradores de comunidades quilombolas do Sapê do Norte, na parte localizada nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, pertencente ao estado do Espírito Santo/ES. Esta pesquisa foi desenvolvida a partir das atividades do projeto de extensão “Saúde na Comunidade Quilombola”, iniciado em 2017, que tem como objetivo desenvolver estratégias para promoção à saúde e contribuir com a qualidade de vida dos membros das Comunidades Quilombolas do Sapê do Norte. Neste estudo foram avaliadas as seguintes comunidades: São Domingos, São Jorge, Morro da Arara, Dilô Barbosa, Coxi, Linharinho, Nova Vista, Angelin I, Divino Espírito Santo.

A coleta dos dados foi realizada entre outubro/2017 a abril/2019, por meio de estudantes dos cursos de Enfermagem e Farmácia da UFES – São Mateus/ES. Inicialmente, as visitas às comunidades foram programadas junto ao líder da comunidade ou agente de saúde, para educação em saúde relacionada a fatores de risco cardiometabólicos, entrevista e exame físico. Na entrevista eram coletados dados sobre aspectos socioeconômicos (sexo, idade, cor da pele/etnia, situação conjugal, escolaridade). Na avaliação física eram quantificadas as medidas antropométricas (peso, altura e circunferência da cintura) e a pressão arterial (PA).

A análise dos dados foi descritiva, com apresentação da frequência absoluta e relativa das variáveis em tabelas. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do CEUNES/UFES, parecer nº 2.337.820.

RESULTADOS

Foram entrevistados 90 indivíduos residentes de comunidades quilombolas do Sapê do Norte, sendo 67 (74,4%) são do sexo feminino e 23 (25,6%) do sexo masculino. A idade média dos entrevistados foi de 48,5 anos, sendo a menor 18 anos e a maior idade 75 anos. Em relação ao estado civil, 39 (43,5%) dos entrevistados afirmaram ser casados e 12 (13,4%) da população são viúvos, e possuem, em média, 4 filhos.

Cerca de 79 (63,3%) dos entrevistados se autodeclararam de cor/raça negra ou parda, 6 (6,7%) se autodeclararam brancos, 1 (1,2%) se declarou de cor/raça amarela e 1 (1,2%) não respondeu ao questionamento. Além disso, 72 (80,1%) afirmaram ser

quilombolas. Em relação à escolaridade, 45 (45%) dos entrevistados possuem ensino fundamental (incompleto ou completo), cursaram ensino médio (completo ou incompleto) foi a resposta de 23 (25,5%), 15 (16,7%) são analfabetos e 3 (3,4%) dos entrevistados possuem ensino superior. Quatro entrevistados (3,4%) não responderam à esta pergunta.

Os hábitos relacionados ao estilo de vida foram avaliados. Dentre os entrevistados, 4 (17,3%) dos homens e 4 (6%) das mulheres são tabagistas e, 8 (11,95%) das mulheres e 16 (69,56%) dos homens entrevistados relataram consumir bebida alcoólica frequentemente (mais que 3 vezes por semana).

Sobre os fatores de risco cardiovasculares, o índice de massa corporal (IMC) foi avaliado, sendo que o sobrepeso está presente em 15 (22,4%) das mulheres entrevistadas e 4 (17,4%) dos homens. A obesidade foi verificada entre 16 (23,9%) das mulheres e 2 (8,7%) dos homens (Tabela 1).

Também foi observado que a maior parte da população avaliada apresenta circunferência da cintura (CC) aumentada ou muito aumentada. Entre as mulheres, 56 (83,56%) possuem CC aumentada ou muito aumentada. Já os homens que estão na mesma situação estão 6 (26,09%) dos entrevistados (Tabela 1).

A pressão arterial foi mensurada e identificou-se que a maior parte dos participantes apresentam alguma alteração. Na condição de pré-hipertensão estão 29 (43,28%) das mulheres e 7 (30,43%) dos homens avaliados. Com níveis pressóricos com algum grau de hipertensão arterial, foi o resultado encontrado em 17 mulheres (25,37%) e 10 (43,48%) dos homens (Tabela 1).

Variáveis		Feminino		Masculino		Total	
		N	%	N	%	N	%
Índice de Massa Corporal (kg/m ²)	Baixo peso	4	5,97	0	0	4	4,44
	Peso normal	15	22,39	6	26,09	21	23,33
	Sobrepeso	11	16,42	4	17,39	15	16,67
	Obesidade	16	23,88	2	8,7	18	20
	Não avaliado	21	31,34	11	47,83	32	35,56
Circunferência da cintura (cm)	Normal	8	11,94	11	47,83	19	21,11
	Aumentado	10	14,93	4	17,39	14	15,56
	Muito aumentado	46	68,66	2	8,7	48	53,33
	Não responderam	3	4,48	6	26,09	9	10

Tabela 1 – Fatores de risco cardiovasculares entre residentes da Comunidade Quilombola Sapê do Norte, Espírito Santo.

Nível pressórico (mmHg)	Normal ($\leq 120/\leq 80$)	20	29,85	4	17,39	24	26,67
	Pré-hipertensão (121-139/81-89)	29	43,28	7	30,43	36	40
	Hipertensão grau I	12	17,91	5	21,74	17	18,89
	Hipertensão grau II (160-179/100-109)	2	2,99	3	13,04	5	5,56
	Hipertensão grau II ($\geq 180/\geq 110$)	3	4,48	2	8,7	5	5,56
	PA não foi aferida	1	1,49	2	8,7	3	3,33
Total		67	100	23	100	90	100

Para compreender o conhecimento que a população estudada possuía sobre doença, foi avaliada a prevalência de autorreferência de hipertensão arterial sistêmica (HAS) entre os entrevistados. Foi observado que 27 (40,3%) mulheres e 11 (47,83%) dos homens afirmaram ser hipertensos. Não soube ou tem dúvidas a respeito do diagnóstico, foi a resposta de 12 (13,33%) dos entrevistados (Tabela 2).

Tabela 2 - Prevalência de autorreferência de hipertensão arterial entre residentes da Comunidade Quilombola Sapê do Norte, Espírito Santo.

Hipertensos	Feminino		Masculino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	27	40,3	11	47,83	38	42,22
Não	32	47,76	8	34,78	40	44,44
Não soube responder	8	11,94	4	17,39	12	13,33

DISCUSSÃO

A partir dos dados obtidos, foi possível notar a alta prevalência de autorreferência de diagnóstico de hipertensão arterial e de níveis pressóricos alterados, sobrepeso e obesidade, circunferência da cintura muito aumentada, entre residentes das comunidades Quilombolas do Sapê do Norte.

Considerados como minoria racial, os quilombolas pertencem a um grupo com ancestralidade africana que traz consigo a exclusão social e isso reflete diretamente no processo de saúde e doença desta população. Fatores como saneamento básico precário, baixa escolaridade, falta de acesso a informações, insegurança alimentar, acesso aos serviços de saúde dificultado, estão diretamente relacionados com o adoecimento e prejuízos à qualidade de vida de quilombolas.

A baixa escolaridade é uma realidade para negros (BORRET et al., 2020), incluindo os quilombolas das comunidades avaliadas. O estudo mostrou que quase metade dos quilombolas participantes deste estudo possuem no máximo o ensino fundamental completo (até 4 anos de estudo). De modo similar ao observado nesta pesquisa, outros estudos mostram que a prevalência de baixa escolaridade pode alcançar até 72% da população quilombola avaliada (OLIVEIRA; CALDEIRA, 2016; OLIVEIRA et al., 2015; BEZERRA et al., 2014).

Estudos mostram que a baixa escolaridade pode contribuir para comportamento de saúde menos saudáveis, demora na busca por ajuda profissional e dificuldade no cumprimento de orientações dadas por profissionais de saúde, incluindo mudança de estilo de vida e adesão à terapia medicamentosa, impactando negativamente na saúde. De fato, a escolaridade pode melhorar a compreensão de informações, contribuir para escolhas racionais voltadas para a saúde e autocuidado (KRETSCHMER; LOCH, 2022; MAHMOODI *et al.*, 2019). Assim, a baixa escolaridade, falta de acesso à informação e à serviços de saúde, e fazer parte de um grupo considerado como vulnerável, contribui também para a ocorrência de DCNT em quilombolas.

No Brasil, as doenças cardiovasculares (DCV) são a principal causa de óbitos. Estas doenças são de etiologia complexa e refletem a relação entre aspectos genéticos, socioeconômicos, história de morte prematura na família por DCV, a presença de outras doenças como diabetes mellitus e dislipidemia e o estilo de vida (tabagismo, etilismo, sedentarismo, sobrepeso/obesidade e estresse) (ROSA *et al.*, 2021; OLIVEIRA; CALDEIRA, 2016). Além disso, a circunferência da cintura é considerada um importante indicador de risco de DCV pois, o acúmulo de gordura visceral está relacionado com maiores riscos de hipertensão, diabetes, resistência à insulina, aterosclerose e esteatose hepática não alcoólica (SILVA *et al.*, 2020).

Para compreender sobre os fatores de risco associados nos residentes das Comunidades quilombolas do Sapê do Norte, foi avaliado a prevalência de tabagismo, etilismo, medidas antropométricas e a pressão arterial, aferida. Em relação ao consumo de bebida alcoólica, a maior parte dos homens (70%) e 11% das mulheres dos residentes das comunidades participantes do estudo afirmaram beber pelo menos 3 vezes por semana. O tabagismo é mais prevalente entre os homens (17%) em comparação às mulheres (6%). Observou-se que 37% dos quilombolas participantes do estudo estão em situação de sobrepeso ou obesidade. Ainda, a CC associada ao risco aumentado ou muito aumentado de doenças cardiovasculares foi observada em mais da metade dos residentes das comunidades quilombolas. Estes dados adicionam mais fatores de risco à uma população conhecidamente vulnerável e com maior predisposição à hipertensão arterial e suas complicações.

Outro dado a ser observado é que a obesidade/sobrepeso e CC aumentada foram mais prevalentes entre as mulheres. No mesmo sentido, estudos realizados em uma comunidade do Maranhão (SILVA *et al.*, 2022) e em Minas Gerais (QUEIROZ *et al.*, 2021) mostrou resultados similares. Segundo Queiroz e colaboradores (2021), as mulheres apresentam maior prevalência de gordura abdominal ou obesidade, principalmente entre as da zona rural. As mulheres apresentam mais excesso de peso, devido ao acúmulo maior de gordura visceral e subcutânea do que os homens. Ainda, alterações hormonais relacionadas à menopausa podem contribuir para o aumento de peso e adiposidade abdominal (GONÇALVES *et al.*, 2016). Outro fator apontado é que o trabalho manual rural (lavoura, pesca e agropecuária) pode exigir mais fisicamente e nem sempre próximo à residência, pode ser considerado como fator de proteção contra obesidade e neste sentido, os homens mais envolvidos com este tipo de atividade apresentam peso mais adequado em relação às mulheres. Na contrapartida, as mulheres frequentemente realizam atividades domésticas, criação de animais de pequeno porte e cultivo de hortaliças e outros alimentos mais próximos ao domicílio (SILVA *et al.*, 2022; JESUS *et al.*, 2022; QUEIROZ *et al.*, 2021).

Outra questão a ser considerada no que diz respeito à elevada prevalência de sobrepeso e obesidade e CC aumentados, é a alimentação. Tradicionalmente, as comunidades quilombolas tem a agricultura como base para sua sobrevivência e economia. Entretanto, estudos com comunidades quilombolas têm reportado aumento no consumo de alimentos industrializados, caracterizados por ter em sua composição níveis elevados de sódio, gordura e carboidrato (SILVA *et al.*, 2022; JESUS *et al.*, 2022; QUEIROZ *et al.*, 2021). Apesar da disponibilidade em muitas comunidades de frutas, legumes e hortaliças, o consumo têm diminuído. Uma das explicações vem do estudo realizado por Freitas e colaboradores (2018) em uma comunidade na área metropolitana de Belém – PA. Foi observado que apesar da disponibilidade de frutas e legumes na comunidade quilombola, estes eram vendidos e notou-se aumento do consumo de industrializados, de qualidade nutricional inferior e contribuindo com o ganho de peso, risco de doenças cardiovasculares e de diabetes.

A compreensão sobre a prevalência de HAS na população geral permite que ações e políticas sejam desenvolvidas para evitar complicações e mortalidade. Ainda, o rastreamento de novos casos é crucial para o acompanhamento de indivíduos com fatores de risco de DCV. Neste sentido, foi questionado aos participantes que residem nas comunidades quilombolas o conhecimento do diagnóstico de HAS e a PA foi aferida. A distribuição foi similar entre aqueles que afirmavam serem hipertensos (42,2%) e não serem portadores de HAS. Entretanto, após aferir a PA, observou-se que 40% dos quilombolas têm sua PA classificada como pré-hipertensão e 30% estavam com a PA elevada ($\geq 140/\geq 90$ mmHg).

No cenário desse estudo, 70% dos residentes quilombolas possuem alteração na PA e 42% afirmaram ser hipertensos. Resultados similares foram encontrados no estudo realizado por Bezerra e colaboradores (2014), em que foi observado 45% diagnóstico autorreferido em uma comunidade quilombola na Bahia. Pauli e colaboradores (2019) no Rio Grande do Sul, também observou prevalência de 38,3%. O diagnóstico de autorreferência de HAS é uma ferramenta válida para identificação em estudos populacionais, contudo, subestima a prevalência de desfechos, principalmente naqueles com dificuldade de acessos aos serviços de saúde e de condições básicas, como os quilombolas (PAULI *et al.*, 2019; BEZERRA *et al.*, 2014).

O desconhecimento sobre possível diagnóstico de HAS é uma preocupação, pois muitos indivíduos podem já serem portadores da doença e não fazem tratamento adequado. A baixa escolaridade observada nos residentes das comunidades quilombolas podem contribuir para este fenômeno. Assim, quando foram questionados sobre um possível diagnóstico de HA, 13,3% dos entrevistados não souberam responder a este questionamento. Este dado reforça a necessidade de acompanhamento contínuo por profissionais de saúde da ESF Estratégia Saúde da Família ao qual estas comunidades estão adscritas, além de outras medidas.

A elevada prevalência de HAS entre comunidades quilombolas, observada neste e em outros estudos, mostram que a presença de fatores de risco para DCV, a situação vulnerabilidade e dificuldade no acesso aos serviços de saúde, reforça que estratégias precisam ser realizadas de modo contínuo para minimizar tais iniquidades.

Neste sentido, projetos de extensão tem como objetivo primário aproximar a universidade e seus alunos da comunidade no qual estão inseridos. Os projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos nas Comunidades do Sapê do Norte realizados

pelos alunos do curso de Farmácia e Enfermagem da Universidade Federal do Espírito Santo, campus São Mateus, permite vivenciar práticas relacionadas ao exercício profissional, aplicar conhecimentos teóricos, além da oportunidade única do contato com uma população com tantas demandas. A inserção dos estudantes na realidade dos residentes das comunidades quilombolas os faz refletir sobre a sociedade em que estão inseridos, proporciona humanização nos atendimentos e sensibiliza para o atendimento das demandas das comunidades.

Os dados obtidos foram entregues aos gestores municipais após as visitas e as soluções debatidas em grupos de trabalho formado entre membros da Universidade, Comunidade, Gestores estaduais e municipais, com intuito de resolver demandas dos residentes das comunidades, propor soluções e contribuir com a melhoria da qualidade de vida. Dentre os desafios e limitações vivenciados pela equipe do projeto foi o deslocamento para as comunidades, pois era realizado por meio de estradas não pavimentadas, que em períodos de chuva intensa, as visitas eram canceladas. A colheita de café foi outro período que afetou as visitas, pois os residentes das comunidades quilombolas da região frequentemente trabalham nestas atividades. Apesar da insuficiência de dados oficiais sobre a Comunidade do Sapê do Norte, o que influencia diretamente no acesso aos serviços de saúde ofertados pelos municípios, o projeto contribuiu na aproximação e conhecimento sobre a realidade experienciada pelos quilombolas.

CONCLUSÃO

A elevada prevalência de fatores de risco entre residentes das comunidades Quilombolas do Sapê do Norte demonstram a vulnerabilidade, dificuldade no acesso a serviços e necessidade de intervenção, para a prevenção contínua de agravos e redução de iniquidades em saúde. Neste sentido, políticas públicas devem ser implementadas para ampliar o acesso aos serviços de saúde de acordo com as necessidades das comunidades quilombolas. Ainda, estratégias de educação em saúde devem ser realizadas para orientar a população e promover autonomia e autocuidado.

Somado a isso, os dados obtidos podem contribuir com a elaboração de políticas destinadas a reduzir as iniquidades sociais que fazem parte da realidade destas comunidades.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, V. M. et al., **Inquérito de Saúde em Comunidade Quilombola de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil (Projeto COMQUISTA):** aspectos metodológicos e análise descritiva. Ciências e Saúde Coletiva. 2014; 19(9): 1835-1847.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto no 4887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União 2003; 21 nov. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 12 de abril de 2023.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs)**. Portaria nº146/2017, publicada no Diário Oficial da União de 25/04/2017. Brasília: DF. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/quadro-geral-07-07-2017.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

BORRET, R.H.; ARAUJO, D.H.S.; BELFORD, P.S.; OLIVEIRA, D.O.P.S.; VIEIRA, R.C.; TEIXEIRA, D.S. **Reflexões para uma Prática em Saúde Antirracista**. Revista Brasileira de Educação Médica. 2020; 44 (sup.1): e0148. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/WXBd8cr76HZw9MhrcYNwMtP/?lang=pt&format=pdf>

CALAZANS, M. Agricultura, identidade e território no Sapê do Norte quilombola. Publicado em mar. 2010. Disponível em: <http://aspta.org.br/article/agricultura-identidade-e-territorio-no-sape-do-norte-quilombola/#:~:text=O%20modelo%20agr%C3%ADcola%20dos%20plantios,poss%C3%ADvel%20mediante%20expuls%C3%A3o%20e%20criminaliza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 27 abr. 2023.

DEVONSHIRE, A.L.; HAGER, E.R.; BLACK, M.M.; DINER-WEST, M. TILTON,N. **Elevated blood pressure in adolescent girls: correlation to body size and composition**. BMC Public Health. 2016; 16:78-84.

FREITAS, D. A.; CABALLERO, A. D.; MARQUES, A. S.; HERNANDEZ, C. I. V.; ANTUNES, S. L. N. O. **Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão de literatura**. Rev. CEFAC. 2011; 13(5):937-943.

FREITAS, I. A.; RODRIGUES, I. L. A.; SILVA, I. F. S.; NOGUEIRA, L. M. V. **Perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade quilombola na Amazônia Brasileira**. Revista Cuidado. 2018,9(2),2187-2200. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-09732018000202187&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 de abril de 2023.

GONÇALVES, J. T. T.; SILVEIRA, M. F.; CAMPOS, M. C. C.; COSTA, L. H. R. **Sobrepeso e obesidade e fatores associados ao climatério**. Ciência & Saúde Coletiva, 2016, 21(4), 1145–1156.

HARMAN, J.; WALKER, E. R.; CHARBONNEAU, V.; AKYLBKROVA, E. L.; NELSON, C.; WYATT, S. B. **Treatment of hypertension among African Americans: the Jackson Heart Study**. Journal Clinical hypertension. 2013; 15(6): 367-374.

JESUS, V. S.; COSTA, M. C. N.; CAMARGO, C. L.; TRAD, L. A. B.; NERY, J. S. **Hypertension in Quilombola children and adolescents**. Medicine (Baltimore). 2022;101(11):e28991. doi:10.1097/MD.00000000000028991. Acesso em: 15 de abril de 2023.

KRETSCHMER, A.C; LOCH, M.R. **Association between eating behaviors and positive self-perception of health in Brazilian Adults**. Revista de la Soc. Lat. de Nutrición. 2022; 72 (2); 84-92.

MAHMOODI, H.; NAHAND, F.J.; SHAGHAGHI, A.; SHOOSHTARI, S.; JAFARABADI, M.H. JALALIZAD, F.; ABDOLREZA, H. **Gender-based cognitive determinants of medication adherence in older adults with chronic conditions**. Patient Prefer Adherence. 2019; 15(13):1733-1744.

OLIVEIRA, S. K. M.; CALDEIRA, A. P. **Fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis em quilombolas do norte de Minas Gerais**. Cad saúde colet. 2016 Oct;24(4):420–7. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X201600040093>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

OLIVEIRA, S.K.M.; PEREIRA, M.M.; GUIMARÃES, A.L.S.; CALDEIRA, A.P. **Autopercepção de saúde em quilombolas do norte de Minas Gerais, Brasil**. Ciências & Saúde Coletiva. 2015; 20(9): 2879-2890 (b).

PAULI, S.; BAIRROS, F. S.; NUNES, L. N.; NEUTZLING, M. B. **Prevalência autorreferida de hipertensão e fatores associados em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva. 2019,24(9),3293–3303.

QUEIROZ, P. S. F.; MIRANDA, L. P.; OLIVEIRA, P. S. D.; RODRIGUES NETO, J. F.; SAMPAIO, C. A.; OLIVEIRA, T. L.; SILVA, M. E. O. **Obesidade abdominal e fatores associados em comunidades quilombolas do Norte de Minas Gerais, 2019**. Epidemiologia e Serviços de Saúde. 2021, 30,3,e2020833. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742021000300023>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

REDMOND, N. et al. **Prevalence of masked hypertension and its association with subclinical cardiovascular disease in African Americans:** results from Jackson Heart Study. *Journal of American Heart Assoc.* 2016; 5(3):e002284.

ROSA, R.S.; RIBEIRO, I.J.S.; SOUZA, L.H.R.; CRUZ, D.P.; DAMASCENO, R.O.; SOUZA JUNIOR, E.V.; BOERY, R.N.S.O. **Cardiovascular Risk and Factors Associated to the Health in Hypertensive African Descent People Resident in Quilombola Community.** *Rev Cuidarte.* 2021; 12(2): e1165. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15649/cuidarte.1165>. Acesso em: 12 de abril de 2023.

SILVA, J. A. N. **Condições sanitárias e de saúde em caiana crioula, uma comunidade quilombola do Estado da Paraíba. Saúde Sociedade.** 2007; 16:111-24.

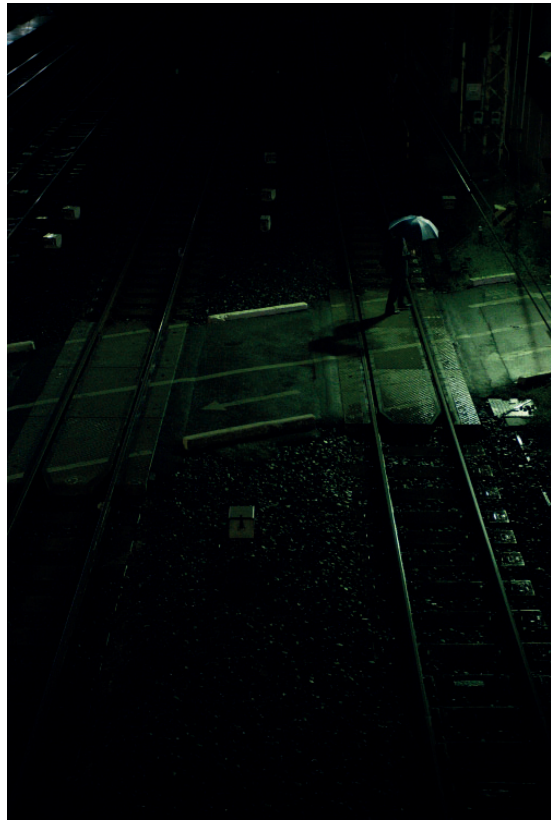
SILVA, T. C.; MARTINS NETO, C.; CARVALHO, C. A.; VIOLA, P. C. A. F.; RODRIGUES, L. S.; OLIVEIRA, B. L. C. A. **Risco nutricional e cardiovascular em idosos quilombolas.** *Ciência & Saúde Coletiva.* 2022; 27(1), 219–230. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.30132020>. Acesso em: 12 de abril de 2023.

SILVA, R. S.; ROSS, J. R.; SILVA, A. C.; SILVA, N. C.; SANTOS, R. T. C.; LÚCIO, R. R. **Doenças Cardiovasculares:** Fatores de Risco Modificáveis para em Mulheres Quilombolas. *Rev. enferm. UFPI* ; 9: e8501, mar.-dez. 2020.



Ensaio Visual

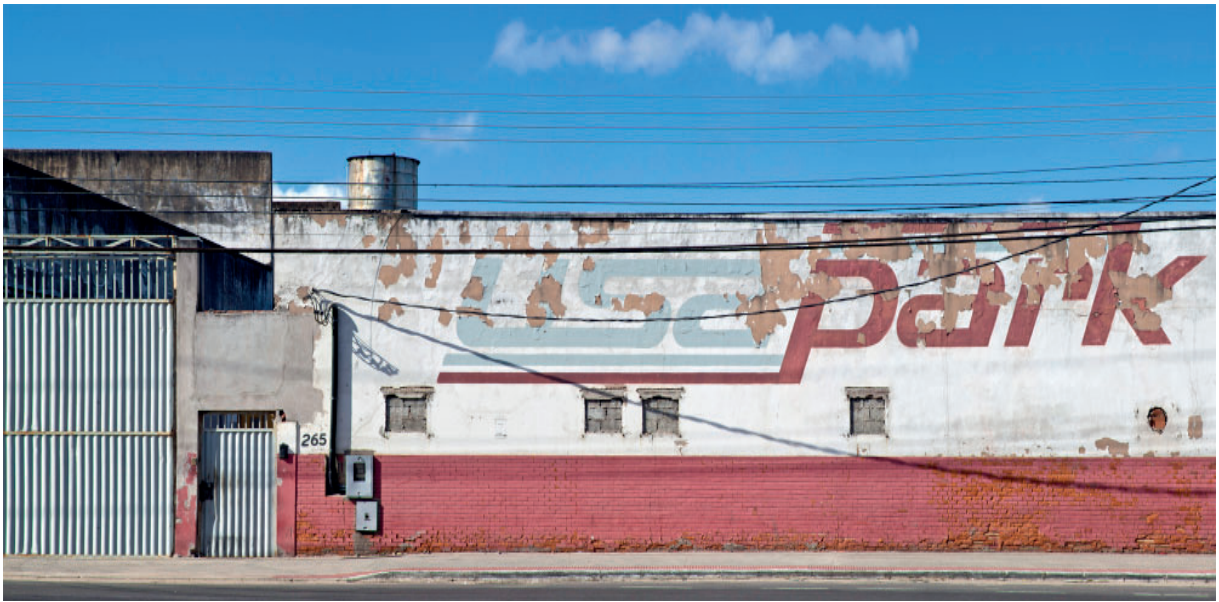
Tom Boechat é graduado em Artes Visuais (2011), Mestre em Artes (2013) e Doutor em Geografia (2022) pela Universidade Federal do Espírito Santo. Desde 2013 é professor do Departamento de Artes Visuais da Ufes, onde desenvolve pesquisa sobre a fotografia documental e sobre o livro de fotografia em diálogo com o campo da arte. Já participou de exposições no Museu Vale, na Galeria OÁ, na Galeria Homero Massena, na Galeria de Arte Espaço Universitário, na Galeria de Arte e Pesquisa da Ufes e no Museu de Arte do Espírito Santo (MAES). Possui trabalhos produzidos em Nova Iorque, Rio de Janeiro, Tóquio, Bangalore, Buenos Aires e Vitória.













“A exposição faz uso crítico de certas noções acerca da fotografia arraigadas no senso comum, a fim de provocar tensões e questionamentos.”

- Tom Boechat